



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

THATYANA MARIAH BARTALO ATHAYDE

**CASOS E NAUFRÁGIOS NA ILHA DE SUPERAGUI:  
POÉTICAS ORAIS DO CAIÇARA PARANAENSE**

---

Londrina  
2018

THATYANA MARIAH BARTALO ATHAYDE

**CASOS E NAUFRÁGIOS NA ILHA DE SUPERAGUI:  
POÉTICAS ORAIS DO CAIÇARA PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos Literários da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes

Londrina  
2018

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

A865c Athayde, Thatyana Mariah Bartalo.  
Casos e naufrágios na Ilha de Superagui: poéticas orais do caiçara paranaense  
/ Thatyana Mariah Bartalo Athayde. – Londrina, 2018.  
134 f. : il.

Orientador: Frederico Augusto Garcia Fernandes.  
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de  
Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Poesia Oral – Teses. 2. Performance – Teses. 3. Ilha de Superagui – Teses.  
4. Cultura caiçara – Teses. I. Fernandes, Frederico Augusto Garcia. II. Universidade  
Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Letras. III. Universidade Estadual de Maringá. IV. Título.

CDU 82-1.09

THATYANA MARIAH BARTALO ATHAYDE

**CASOS E NAUFRÁGIOS NA ILHA DE SUPERAGUI:  
POÉTICAS ORAIS DO CAIÇARA PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos Literários da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia  
Fernandes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

---

Profa. Dra. Marta Dantas da Silva  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Maria Carolina de Godoy  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 29 de novembro de 2018.

*Para Linete e Dandara.  
As mulheres responsáveis  
por minha estadia  
neste planeta.*

## AGRADECIMENTOS

No processo de composição deste trabalho pejei com diversas incertezas e naufrágios pessoais que, certamente, cooperaram com o despertar de uma pesquisadora em mim. Por outro lado, fiz de uma convicção o lume que clareou os caminhos desde o momento em que essa dissertação ainda era um sonho distante: a certeza de que o trabalho seria concebido por muitas pessoas, como no mutirão caçara. Foi por me sustentar no caráter de coletividade que essa realização se tornou possível. Assim, a oportunidade de agradecer aos participantes e companheiros, é relevante e prazerosa.

Em primeiro lugar, agradeço as energias divinas que me ampararam permanentemente. Ao Divino Espírito Santo, devoção despertada durante o trabalho de campo. A todos os orixás, cada qual com sua sagrada sabedoria. A falange dos Marujos, que tanto me inspiraram para pensar o mar. A falange dos Caboclos, que ensinam sobre a inseparabilidade entre homem e natureza. A todo o Povo D'Água.

*In memoriam* agradeço ao meu pai, Sebastião Athayde Filho. Primeiro grande narrador da minha vida e a pessoa que me ensinou a ouvir e gostar de histórias orais. Sua voz sempre ecoará em meus caminhos.

Agradeço profundamente a todo o povo caçara por seu altruísmo, alegria e o entusiasmo pela arte de “jogar conversa fora”.

A minha família de sangue. Mãe Linete Bartalo, o espelho de vida e pesquisa. Dandara Bartalo, a vida abençoada que me fez mãe. Irmão André Henrique, privilégio de compartilhamento das vivências de sempre.

Aos filhos caninos Peluda, Preto e Leão. Aos felinos, Ninja e Marujo. O carinho sublime dessas vidas me move.

Ao Frederico Fernandes, pelo exemplo de competência e integridade profissionais, por sua humanidade, amizade e acolhimento. O Fred ensina principalmente que nenhuma tempestade é eterna.

As professoras Marta Dantas da Silva e Maria Carolina de Godoy pelas contribuições e por fazer da banca de qualificação uma experiência prazerosa e fecunda.

Aos professores do Curso de Letras Vernáculas e Clássicas, do Programa de Pós – Graduação em Estudos Literários e aos funcionários da Universidade Estadual de Londrina.

Agradeço a Madalena Pires, amiga querida e exemplo de força. Ao Natael dos Santos, por todos os fandangos que bailamos, pelas músicas que cantamos e os risos e

lágrimas que compartilhamos. Ao seo Antonio Cardoso, o pirata da Praia Deserta, por todos os ensinamentos, por sua sabedoria de vida e pelo amor que transborda em cada palavra. Aos familiares de todos os narradores, pela receptividade e afeto.

Agradeço a dona Bega e João Michaud, seus filhos, noras, genros, e netos que se firmaram como meus primeiros parentes na Ilha. Ao coração colossal de Rose e Mauro Squenine que me proporcionaram a solidez de um lar com portas sempre abertas no Superagui. A ternura dos filhos de Rose: Ñanderu, Lua Maria e Radharani. A doçura dos pais de Mauro, seo Teodoro e dona Conce. Ao Laurentino e Sandra, por fazer do AKdov o Museu Vivo do Fandango e também o espaço de mais amizades perenes. Ao povo de Superagui, aqueles que eu não sei o nome e também os que sei. Dona Floriza, Magal, Bernadete Squenine e o filho Gabriel, Jéssika Caroline e seus filhos Arthur e Isa, ao Herbert e ao Roger que representam a nova geração do fandango na Ilha. A comunidade de fandanguieiras e fandanguieiros que amanhecem nos belos bailes do Akdov.

Agradeço a todos os mestres de Fandango, Folia de Reis, Folia do Divino, Congada, Marujada, Ciranda e todos os membros do território caiçara que, vivificando o corpo coletivo, levam essas manifestações adiante. Ao povo de todas as comunidades em Paraty, Ubatuba, Iguape, Cananéia, Guaraqueçaba e nas ilhas paranaenses.

Agradeço a Patricia Martins por acreditar em meu trabalho e abrir passagem para o alargamento da pesquisa e a todos os pesquisadores e artistas que bebem do universo caiçara e devolvem resultados consistentes para a comunidade. Karina Coelho, Ary Giordani, Roni Tinoco, Renato Caiçara, Andressa Gonçalves, Zé Marques, a todos os produtores culturais, aretesãos, artistas e os interlocutores junto ao IPHAN, muito obrigada!

Ao povo de Paranaguá, da Ilha dos Valadares e do Mandicuera, meu eterno muitíssimo obrigada! Não encontro maneiras de expressar ao Poro de Jesus meu encantamento com sua presença. Jairo de Souza, Mestre Aorélio Domingues, Mariana Zanette e as meninas Luma, Malu e Francisca, agradeço a vocês!

*In memoriam* agradeço a pessoas que cumpriram suas missões durante a tessitura deste trabalho. Aos jovens Anthony Zanella, ao Christian Ferreira e ao Chico Potiguar Felix, amigos de sorrisos luzentes. Aos meus avós Manoel Bartalo e Gersi da Silva Bartalo, também desencarnados durante o processo da pesquisa.

Tháise Molin e Tiago Michaud e a operação cupido que deram à Sarah dois irmãos, David Arthur e Annah Alicy, caiçaras londrinenses. Juliana Martins pelo apoio incondicional e feminista, Aurea Palhano, Herman Schmitz, Raquel Palma, Ricardo Costa, Michele Fogaça, Maria Luceny e Helena. Ao Cássio Marcelo, pelo reencontro, brilho e

continuidade de um amor nascido em Superagui. A Tarsila Rubira, Ramon Rodrigo e Iris Rubira pelas boas vindas matogrossenses quando meu barco se afastou do mar. Eu agradeço a todos que participaram desse processo, de maneira profunda e grandiosa. Muitíssimo obrigada!

Ao povo do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, sempre de braços abertos e com trocas tão valiosas.

E finalmente, em tempos que anunciam tantas perdas de direitos, não poderia me furtar a agradecer ao CNPQ pela bolsa de estudos que me possibilitou cumprir o período de pós-graduação.

Ô de casa! Amanhece!

ATHAYDE, Thatyana Mariah Bartalo. **Casos e naufrágios na Ilha de Superagui**: poéticas orais do caiçara paranaense. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta reflexões sobre as poéticas da oralidade com base em relatos de moradores da comunidade caiçara da Ilha de Superagui – litoral norte-paranaense. Lançar o olhar sobre uma cultura que alicerça grande parte de suas vivências na atividade da pesca artesanal, inevitavelmente, instiga uma reflexão sobre a relação entre as dinâmicas da existência humana e sua integração com o mar. As dualidades fartura e escassez, remanso e desassossego, vida e morte, são uma constante no cotidiano de pessoas que recolhem do mar a sua subsistência. Com o objetivo de expressar os elementos relevantes tanto palpáveis, quanto subjetivos que circundam o universo caiçara, propus um texto que envereda por múltiplos caminhos e tece investigações que perpassam desde elementos geográficos e biológicos da região, impressões de viajantes e questões históricas, para enfim, reunir a essas considerações as narrativas coletadas em campo. O trabalho de coleta e o direcionamento da escrita do texto, foram amparados pelas estratégias cartográficas, derivadas das reflexões de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Dessa forma, procurei praticar o pensamento rizomático, que se traduz em movimento e abertura para diferentes direções. Quanto à seleção e sequenciamento das narrativas, busquei fazê-los de forma a possibilitar a apreciação das memórias no espaço e rotina dos caiçaras, como também, os modos pelos quais as histórias revelam marcas identitárias individuais e coletivas. Pensar na potência poética de relatos orais, pressupõe ter em vista o nomadismo e a fugacidade de uma poesia que inexiste sem a faculdade da voz e a dimensão física de corpos vivos, o que leva a refletir acerca das singularidades do evento performático e da participação ativa das personagens envolvidas nesses acontecimentos. Com base nos conceitos de poéticas da voz e performance, tal como postulou Paul Zumthor, busquei compreender os eventos de transmissão da fala caiçara em suas múltiplas dimensões, considerando a voz como mais um território dessa identidade. Enfim, divisei a temática dos naufrágios e concluí que, pela aura de consternação que envolve os episódios, as histórias que versam sobre o mote acabaram por se tornar um ápice dos fluxos narrativos. Ou seja, há que se vivenciar caminhos no acesso a essas memórias e eles devem ser contextualizados para que o objetivo desponte. Destarte, a mesma bússola sensível que guiou as escutas, foi utilizada na estruturação do texto, respeitando os percursos que precedem os naufrágios em si.

**Palavras-chave:** Poesia oral. Performance. Ilha de Superagui. Memórias. Cultura caiçara.

ATHAYDE, Thatyana Mariah Bartalo. **Tales and shipwrecks on Superagui Island**: oral poetry of caiçara from Paraná. 2017. 134 pp. Dissertation (Masters on Literary Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

### ABSTRACT

This dissertation presents reflections about oral poetics based on the reports from residents of Superagui, an island located at Paraná's north coast. To investigate fishermen's culture inevitably instigates a reflection on the relation between the dynamics of human existence and its integration with the sea. Some dualities such as, abundance and scarcity, backwater and restlessness, life and death, are a constant in the daily life of people surviving from the sea and their subsistence. With the purpose of expressing the relevant elements both palpable and subjective that surround the universe of fishermen, I proposed a text that goes through multiple paths and weaves investigations ranging from geographic and biological elements of the region, impressions of travelers and historical issues, the narratives collected in the field. The work of collecting and directing the writing of the text was supported by the cartographic strategies, derived from the reflections of Gilles Deleuze and Felix Guattari. In this way, I tried to practice rhizomatic thinking, which translates into movement and opening to different directions. As for the selection and sequencing of the narratives, I tried to do them in order to allow the appreciation of the memories in the space and routine of the caiçaras, as well as the ways in which the stories reveal individual and collective identity marks. To think about the poetic power of oral reports presupposes having in view the nomadism and fugacity of a poetry that does not exist without the faculty of the voice and the physical dimension of living bodies, which leads to reflect on the singularities of the performative event and active participation of the characters involved in these events. Based on the concepts of poetics of voice and performance, as postulated by Paul Zumthor, I sought to understand the events of transmission of caiçara speech in its multiple dimensions, considering the voice as another territory of this identity. Finally, I looked at the shipwreck issue and concluded that, through the aura of dismay surrounding the episodes, the stories about the mote ended up becoming an apex of narrative flows. That is, one has to live paths in access to these memories and they must be contextualized for the purpose to emerge. Thus, the same sensitive compass that guided the eavesdropping was used in the structuring of the text, respecting the routes that precede the shipwrecks themselves.

**Keywords:** Oral poetry. Performance. Superagui Island. Memories. Caiçara culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amanhecer no porto de pequenas embarcações na Rua da Praia/Paranaguá .....	23
Figura 2 - Corpos em performance .....	31
Figura 3 - Canoa aproada.....	39
Figura 4 - Mapa Da Região De Superagui.....	40
Figura 5 - Mapa do Mosaico das Unidades de Conservação do Lagamar.....	45
Figura 6 - Amálgama vida e morte .....	50
Figura 7 - Gaivotas em dia nublado/Praia Deserta .....	69
Figura 8 - Chegada ao abrigo de Superagui, que fica do lado norte da baía de Paranaguá.....	74
Figura 9 - Vista da vila de Barra do Superagui.....	84
Figura 10 - Casa abandonada na Vila de Superagui e o mar.....	93

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APPA	Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ESEC	Estação Ecológica
FBDH	Fundo Brasil de Direitos Humanos
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MOPEAR	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná
PNS	Parque Nacional do Superagui
PARNA	Parque Nacional
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>PREPARATIVOS PARA O EMBARQUE - APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>1      <b>EXPEDIÇÃO 1 – ENTRE PIRATAS E CAIÇARAS</b></b> .....	18
1.1      A ESCOLHA DA NAU.....	23
1.2      PRIMEIRO PEÇO LICENÇA: SOBRE ANZÓIS, REDES E O MAPA DO TESOURO.....	31
1.3      ESTRADA DE MANGUE, RIO E MAR: PARANAGUÁ > SUPERAGUI.....	39
<b>2      <b>EXPEDIÇÃO 2- PERIGO NA BARRA, NAUFRÁGIOS E</b></b> <b>          <b>MEMÓRIAS</b></b> .....	62
2.1      INDÍGENAS, JESUÍTAS, AFRICANOS E OS MARUJOS EUROPEUS .....	69
2.2      ILHA À VISTA: ENTRE BÚFALOS, PEIXES E MANDIOCA .....	84
2.3      DESBRAVANDO A ILHA COM MADALENA, A MULHER DAS COBRAS .....	93
2.4      CONHECENDO A BARRA COM TUCANO.....	99
2.5      SEO ANTÔNIO CARDOSO, UM FILÓSOFO CAIÇARA.....	109
2.6      SEM ABALROAR – NA VOLTA AO CAIS.....	113
<b>3      <b>VAMOS DAR A DESPEDIDA – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b></b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>ANEXOS</b> .....	129
ANEXO A .....	130
ANEXO B .....	133

## PREPARATIVOS PARA O EMBARQUE - APRESENTAÇÃO

A pesquisa, aqui apresentada, nasceu com o objetivo de pensar o papel revelador da oralidade em performance na comunidade caiçara da Ilha de Superagui, localizada no litoral norte-paranaense. Tendo realizado viagens regulares à Ilha desde o ano de 2012, passei por um processo de imersão cada vez maior no modo de vida caiçara e suas histórias, ao mesmo passo que, fui influenciada pela perspectiva das poéticas orais nas formas de contemplação e convívio com essa cultura. Esse amálgama entre teoria e prática, mesmo ainda sem muita clareza, só foi possibilitado pela participação, durante minha graduação em Letras Vernáculas e Clássicas, no projeto “Cartografias das Poéticas Orais no Brasil”, período no qual pude conhecer o trabalho de Frederico Augusto Garcia Fernandes, orientador deste trabalho, e de outros intelectuais que se debruçam sobre a riqueza das poéticas da oralidade.

A experiência de integrar este projeto, as imersões na leitura de materiais produzidos em diferentes instituições do Brasil e o diálogo com os colaboradores foram a mola propulsora que me possibilitou identificar o vigor da *poiesis* nas narrativas de vida dessa comunidade. Destarte, é evidente que a bagagem possibilitada pela iniciação científica, finalizada no ano de 2013, foi imprescindível para formalizar as performances de escuta vivenciadas na Ilha, em pesquisa a ser desenvolvida no âmbito acadêmico. Preliminarmente, envolvida pelas reflexões sobre como essas vozes se afirmam e se autoidentificam por meio do fandango caiçara, iniciei um processo de diagnóstico que abrangeu os moradores da Ilha, mestres fandangeiros, pesquisadores e produtores culturais, concomitantemente ao processo de leitura e reunião de materiais que pudessem amparar um possível estudo.

Com o perdão da analogia, esse primeiro projeto naufragou quando percebi que o fandango, embora fosse um tema evidentemente notório desse universo, naquele momento, já estava representado por inúmeras pesquisas<sup>1</sup> que começaram a despontar principalmente após o processo de reconhecimento do fandango pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial do Brasil, no ano de 2012. A amplitude dos saberes compartilhada no modo de vida caiçara parecia pedir mais reflexão e, a verdade é que o fandango não precisaria

---

<sup>1</sup> O Dossiê de Registro do Fandango Caiçara é um documento extremamente detalhado e basilar aos estudos do fandango. Quanto às pesquisas acadêmicas, dentre outras, não menos importantes, cito os trabalhos de Patrícia Martins “Um divertimento trabalhado: prestígios e rivalidades no fazer fandango da ilha dos Valadares” (dissertação); Carlos Eduardo Silveira “Fandangeiros, Folcloristas e “Produtores Culturais”: um estudo sobre a trajetória conceitual do fandango” (monografia), “Folclore, cultura e patrimônio: da produção social do(s) fandango(s)” (dissertação); Gabriel Bertolo “Narrativas do espólio: uma etnografia sobre o fandango e a “perda” cultural caiçara” (dissertação); Bruno Esslinger de Brito Costa “O Fandangeiro Narrador: cultura popular, território e as contradições do Brasil moderno nas modas de viola caiçara” (dissertação) e Daniele Maia Teixeira Coelho “Reflexões sobre a eficácia do registro do Fandango Caiçara como forma de expressão do Patrimônio Cultural do Brasil” (dissertação)

ser colocado de escanteio, pelo simples fato de se constituir como a manifestação artística mais representativa do universo caiçara.

O alcance de uma definição precisa em relação à temática que norteia esta empreitada se revelou coletivamente no fluxo de vivências e interlocuções travadas no *locus* onde se situa a pesquisa. A troca entre viajantes, pesquisadores e residentes da Ilha, se intercambiando entre os papéis de público ouvinte e performers, resultou num lampejo de investigações sobre as relações entre a existência humana e uma localização espacial cercada pelo mar. Percebendo que o mote dos naufrágios se mostrou impulsionador de muitas narrativas, ao longo de alguns dias, engendrou-se uma rede de estímulos para a abordagem do assunto, sugestões entre uma conversa e outra para que se contassem episódios sobre os acidentes marítimos do entorno. Dessa forma, tive acesso a relatos sobre a história naval da região e, nessas vivências experimentei os processos de escuta e interlocução que forneceram a principal semente desta dissertação.

O entendimento acerca da fugacidade da voz, assim como a influência dos aspectos espaciais e temporais na constituição de uma narrativa, gerou a imposição de em momento algum, perder de vista a inevitabilidade das (re)significações e (re)elaborações dos causos de naufrágio emergentes na voz dos ilhéus. Dessa forma, o desenho do texto que relata a pesquisa foi pensado de maneira aberta, já que é na situação de coleta que a tripulação se assenta e quem capitaneia o barco são os narradores. O olhar que fundamenta tanto a coleta, quanto o processo de escrita, encontra amparo no conceito de cartografia pensado por Deleuze e Guattari (1995) na introdução da obra *Mil Platôs*. Segundo Passos (2015, p. 10) o sentido da cartografia reside no “[...] acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas”.

Partindo dos conceitos de rizoma e mapa<sup>2</sup>, a busca foi no sentido de produzir uma cartografia de Superagui, construída pela voz do seu habitante mais característico, o portador do patrimônio cultural legado por uma história e uma geografia. O procedimento se realizou com observações e escutas criativas e afetivas, comportadas pela poética dos relatos, dando conta de um modo peculiar de viver e ver o mundo. A questão principal e mais abrangente do estudo era saber que visibilidade as poéticas orais, a que essa cartografia deu acesso, poderiam oferecer da identidade de um espaço e da integração humana construída para nele viver e sobreviver.

---

<sup>2</sup> Os conceitos serão discutidos no tópico 1.2 e demonstrados ao longo das análises das narrativas coletadas em campo.

Os capítulos foram então pensados como expedições, nas quais o atributo do pesquisador é artesanal e acontece como a tessitura de uma rede que tem por objetivo a união dos fios das histórias. Também lanço mão do recurso de textos visuais integrados ao texto escrito, de forma a proporcionar um passeio ao rico mar da cultura paranaense. Em relação à exposição das fontes, diferente de outras pesquisas que envolvem entrevistados, não há a preservação do anonimato dos participantes. Ao contrário disso, optei por usar seus apelidos, exatamente da maneira como se autodesignam e são conhecidos pela comunidade. Os integrantes desse trabalho são autores de suas histórias e senhores de suas vozes, portanto, uma imposição que se apresenta ao texto escrito é a valorização desses nomes e das figuras humanas que os trazem. Outra questão é a maneira como optei por grafar o meu próprio nome nas transcrições. “Thatê” é Thaty na prosódia caiçara e a maneira pela qual a comunidade se refere a mim. Não apenas a pesquisadora, mas também a amiga e como já os ouvi muitas vezes dizer, “nossa parente que mora fora, mas que sempre volta visitar a gente”.

Outra questão que se impõe aos trabalhos voltados à oralidade é o esclarecimento dos objetivos da pesquisa aos participantes. Isto posto, concordo com Bom Meihy (2010, p.35) em sua afirmação de que “[...] o trato social entre as partes deve ser cuidadoso. Não apenas as informações sobre o projeto devem ser prestadas como, principalmente, os resultados devem ser divulgados.” Neste trabalho, os narradores estiveram cientes de que suas histórias integrariam uma pesquisa e autorizaram o uso dos registros gravados e das imagens.

A primeira expedição, “Entre piratas e caiçaras”, se desdobra em debates sobre fundamentação teórica e método: os conceitos de poéticas da voz, performance e procedimentos cartográficos. Esse momento introdutório é também um exercício interdisciplinar no qual se buscou amalgamar informações produzidas por diferentes áreas do conhecimento, no intuito de oportunizar uma imersão pela natureza da Baía de Paranaguá e da Ilha do Superagui. A apresentação da Ilha navegou em diferentes localizações temporais e desfrutou de olhares de viajantes aventureiros e da ótica dos narradores que participaram da coleta das narrativas. Com o objetivo de evidenciar a peculiaridade da árvore genealógica em Superagui, se inclui nesta expedição uma investigação acerca da história do projeto suíço de colonização da ilha, iniciado em 1852. A discussão envolvendo o processo de criação do Parque Nacional do Superagui é mais uma demanda exigida para a contextualização do *locus* e para que se compreenda a relação do caiçara com o uso dos recursos naturais. O debate sobre a legislação ambiental e seus impactos sobre as comunidades tradicionais é intenso e

está presente em várias esferas e narrativas que permeiam o cotidiano da Ilha do Superagui e de outras comunidades caiçaras.

A segunda expedição é capitaneada pelos três narradores que participaram da coleta formalizada e gravada, ocorrida em junho de 2017, viagem na qual acompanhei também a Festa do Divino Espírito Santo. Essa experiência, além de fixar os autores que integraram esse coletivo, serviu para pensar de forma mais aprofundada as estratégias de fundamentação dos caminhos de escuta e de produção escrita. Questões concernentes às estratégias metodológicas, à constituição da performance, e às poéticas da oralidade, são amarradas aos relatos que descortinam aquilo que denominei “tesouros da oralidade caiçara”. Trata-se de histórias nas quais é possível vislumbrar o engendramento entre afetos e identidade dos narradores/autores em suas relações com o espaço, a memória e o pertencimento ao todo que é o “Universo Superaguense”.

E se as metáforas da pesca serviram aos mergulhos no cotidiano do Superagui, ao convívio com os moradores e à minha própria condição de pesquisadora, não me furto em trazê-las também à produção do texto escrito. A identificação do Cruzeiro do Sul se localiza nesta parte da travessia e sua luz se mostra rutilante como o reflexo dos peixes tirados da água salgada. A atividade do pescador só é bem-sucedida quando dirigida pela paciência. Assim vislumbro esta pesquisa, ao entender que o exercício de pescar histórias orais só é possível com a serenidade da espera pelo momento exato de atirar a rede, a tarrafa, o anzol e que, acima de tudo, o pescado não é de minha escolha.

A coleta serviu principalmente para compreender que o pesquisador é apenas um instrumento dos narradores e que o leme só me é dado no momento solitário de tessitura do texto. Aprendi também que naufrágios significam momentos trágicos e dolorosos, não só para quem vive junto ao mar e que, no entanto, mesmo nas águas dos dissabores, os caminhos percorridos pelas embarcações antes que afundem, são imersos em simbologias, trocas, ensinamentos, e acima de tudo, sabedoria de vida.

## 1 EXPEDIÇÃO 1 – ENTRE PIRATAS E CAIÇARAS

*Ai, vou me embora  
Vou me embora  
Correr a costa do mar, ai  
Marinheiro me leva.*

*Ai, se for vivo eu voltarei  
Se a morte não me matar, ai  
Marinheiro me leva.*

Marinheiro

Repertório tradicional do fandango caiçara

A definição da palavra caiçara no Novo Dicionário Aurélio da Língua portuguesa é apresentada da seguinte forma:

Caiçara. [Do tupi Kai'sara.] 1. Estacada de proteção, à volta das tabas ou aldeias indígenas. 2. Cerca feita de varas ou galhos. 3. Ramos de árvores postos dentro da água como armadilha de peixe; curral. 4. Galhos de árvores abatidas no corte de madeira. 5. Cercado de madeira, à margem de um rio ou igarapé navegável, para embarque de gado. 6. Palhoça, junto à praia, para abrigar as embarcações ou apetrechos dos pescadores. 7. Cerca tosca de troncos e galhos, em torno de uma roça, para impedir a entrada do gado. 8. Recesso onde o caçador se embosca. 9. Malandro, vagabundo. 10. Sardinha-laje. 11. Caipira. 12. Praiano. 13. Natural ou habitante de Cananéia (SP). 14. De, ou pertencente ou relativo à Cananéia (SP) (FERREIRA, 1975, p. 250).

Não obstante a significação hostil que ao longo dos tempos tomou o caiçara como preguiçoso, sem esquecermo-nos que ao indígena foi dado o mesmo tratamento, atualmente, se defende outra leitura do vocábulo. De acordo com o professor Diegues o território caiçara abrange “o espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias que associa a pequena agricultura e a pesca, além de elementos culturais comuns, como o linguajar característico, festas e uma forma específica de ver o mundo” (DIEGUES, 2004, p.25).

Geograficamente concebido, esse território se encontra desde a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, até Guaratuba, no Paraná. No entanto, pesquisas recentes possibilitadas pela união entre agentes da cultura caiçara e do IPHAN, apontam para um possível alargamento desse mapa, já que há indícios da prática do fandango caiçara<sup>3</sup> no estado

<sup>3</sup> Manifestação poética, musical, coreográfica e festiva, o fandango caiçara é uma forma de arte híbrida que reflete o modo de vida de comunidades litorâneas situadas entre o sul do Rio de Janeiro e o estado do Paraná. A tessitura da arte fandanguera é garantida por uma multiplicidade de elementos, que envolve a confecção dos instrumentos (tradicionalmente viola, machete, adufe e rabeca), a elaboração dos versos (muitas vezes um processo criativo de improvisação entre os mestres), a dança (bailado e batida de tamanco) e, finalmente o baile (momento de celebração da comunidade). Os fazeres fandangueros, em suas dimensões artísticas e sociais, atravessaram séculos, de maneira geral, mantidos em suas formas tradicionais. Atrelado aos mutirões de roça e

de Santa Catarina. Ao se pensar na história do desenvolvimento desse modo de vida, costuma-se dizer que as comunidades tradicionais caiçaras são um dos últimos traços visíveis do momento no qual os colonizadores ibéricos e os indígenas brasileiros iniciaram o processo de miscigenação no “Novo Mundo”; tão selvagem quanto a rejeição à cultura de acúmulo e ao sentido do trabalho europeu.

Novamente integrada ao espaço da vila, munida de câmera e gravador, com os amigos já de sobreaviso da proposta, andei pela praia, reencontrei os autores que estavam no esboço do mapa de narradores e busquei criar um cronograma de coleta, tendo em vista o nível de interação com as pessoas e o conhecimento prévio do repertório de causos que cada narrador domina. Uma semana de chuvas abundantes mediando caminhadas e contatos, foi apenas mais uma forma de constatar que o rumo das investigações dependia, indiscutivelmente, tanto das novas situações de performance, quanto das possibilidades de deslocamento e dos obstáculos naturais ocasionados pelas tempestades. Esses episódios me fizeram compreender no âmbito da prática de coleta e pesquisa, muitas das leituras que embasam o meu olhar sobre as poéticas da voz. A respeito desse impasse, Fernandes (2007, p. 332) esclarece que

[...] a experiência poética escapa ao controle metodológico, algo inaceitável nas ciências biológicas e exatas, em que o método garante a repetição da experiência, sem alterar seu resultado, de modo a “comprovar” sua eficácia. O “acaso”, essa palavra que foi evitada pelo discurso científico do século XVIII e XIX, não deve ser ignorado na abordagem de uma poética que se manifesta à margem do cânone literário.

O contato com sujeitos em tempo e espaço únicos reitera a excepcionalidade dos discursos mostrando, portanto, que a pesquisa qualitativa requer “[...] procedimentos mais abertos e ao mesmo tempo mais inventivos” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 8). A emergência de novos relatos desabrochados em novos encontros ilustra o posicionamento de Fernandes (2007, p. 332) quando explica que a performance é um evento poético singular. Contemplar a energia poética que surge da presença viva de corpos comprometidos, o que fala e o que escuta, em situação de performance “[...] nos remete mais uma vez à existência física dos sujeitos” (ZUMTHOR, 2014, p. 70). Essa é uma questão que deve ser colocada à frente para se pensar as estratégias de construção do conhecimento neste estudo. Outra questão a ser reconhecida como basilar para se pensar o caráter qualitativo do trabalho é o fato de contatos e parcerias já estarem firmados durante pelos anos de convivência com os autores. Assim,

---

relacionado aos sacramentos católicos, o fandango era festejado no cotidiano das famílias em colheitas, batizados e casamentos. Atualmente, os bailes adquiriram outras dinâmicas, ganhando o espaço público, os bares e as associações de cultura popular.

graças à prévia inserção junto ao grupo, o surgimento de novos relatos, se deu de forma mais orgânica e íntima na memória da comunidade.

Meu primeiro exemplo de lição na pescaria de histórias orais foi o desejo de utilizar como clímax das narrativas a história do Sin Hai II, navio encalhado na Praia Deserta em 1970, durante cerca de seis meses. Ainda em tempos de elaboração do projeto, estive diante de surpreendentes relatos sobre esse naufrágio e, com ousadia pensei que poderia adiante, ser este o guia temático quando da coleta autorizada e registrada, claro, modificado por inúmeros elementos irrepetíveis, mas com a permanência do tema “navio chinês”.

Depois, ao invés do mote “Navio Chinês”, ou de acidentes marítimos envolvendo embarcações de grande porte, despontaram histórias de naufrágios vividos pelos próprios narradores ou pessoas próximas a eles, em situações de pesca ou deslocamento de passageiros na Barra de Superagui, banco de areia bem próximo à chegada da Vila e local de incontáveis acidentes. O processo de reconhecimento da profundidade metafórica dos naufrágios se deu de maneira dilatada e pungente, tanto por compartilhar dos infortúnios vivenciados pelos caiçaras, quanto por concluir que todas as histórias de vida possuem episódios de afundamentos. A existência humana parece com o eterno trabalho de remendar o casco da nau para que seja possível encarar as tempestades implacáveis que sempre chegam de súbito.

Desse modo, percebi que se alicerçar também em minhas próprias abstrações, nos afetos deflagrados durante as performances auditivas e nas inúmeras escutas posteriores, é revelar o prazer que “[...] emana de um laço pessoal estabelecido entre o leitor que lê e o texto, [...] esse prazer constitui o critério principal, muitas vezes único de poeticidade” (ZUMTHOR, 2014, p. 28). Leituras auditivas, visuais e olfativas, inevitavelmente são imersas em subjetividades que, num primeiro momento, parecem impossíveis de serem descritas no espaço da página, pois o texto, aqui, é também paisagem visual e sonora. É tato, aroma, boca salgada, pé no chão, cheiro de lenha, areia úmida. Entretanto, não nos furtamos ao desafio de propor uma amostra, em forma de palavra escrita, dessa poesia caiçara que brota por todos os cantos da Ilha de Superagui. A expedição que sinalizou os tesouros escavados pela performance da voz, contou com os seguintes tripulantes/autores: Mada (Madalena), Tucano (Natael) e Seo Antônio Cardoso.

Fiando-se no caráter de coletividade e compartilhamento da experiência, tal como pressupõe a prática cartográfica, aponto para uma situação vivenciada durante a coleta, na qual o próprio narrador/autor Seo Antônio, explicita, de forma desembaraçada e sucinta, o objetivo da pesquisa. Estávamos finalizando uma longa prosa quando saímos de seu barraco

de fogo, para respirar longe da fumaça da lenha e começar as despedidas. Há dias chovia sem parar e, com efeito, a fatia de Mata Atlântica do litoral paranaense, faz lembrar a quem conhece, o *Caso Pluvioso* do Drummond, em que Maria chovia, inundava e tecia rios. Atravessei as trilhas com as águas pelos joelhos, apavorada com medo das famosas e temidas jararacas para reencontrar o amigo bom de prosa que apelidei de “Pirata da Praia Deserta”. Ali, findando o rumo das conversas, em seu sítio e de seus antepassados, Seo Antônio olhou para o céu e meditou:

Seo Antônio: Hoje uma lua clara, hoje vai fazer uma lua bonita. É dia de lua, é amanhã né? Se pela lua cheia não chover, não chove mais. E você vai viajar amanhã?

Thatê: *Tenho que viajar amanhã. Mas acho que em agosto volto de novo pra escutar mais história. É... escutar história... conversar com as pessoas né?*

Seo Antônio: É! Porque as histórias é no mesmo que ficar conversando... é então! Porque você não tá vendo, que num jantar, às vezes se entende muitas coisas boas. Num jantar, num almoço. E a gente se entende-se. Qualquer coisa.

Thatê: *E é isso aqui né? Sentado na beira dum foguinho, tomando um cafezinho...*

Seo Antônio: Não sofre falta de nada!

Thatê: *Amém!*

Seo Antônio é um homem que defende, em seus relatos e no espelho de sua própria história, uma forma simples e desapegada de viver a vida. Seu discurso também aponta para um olhar complexo e meditativo que evidencia a consciência do performer em relação à proposta da pesquisa e de seu papel enquanto autor de sua voz. É somente pelo engajamento de ao menos duas personagens que se alternam nos papéis de quem fala e escuta que é possível construir relações avencas.

Esse trecho também ilustra a relevância do cultivo de laços de convívio junto aos participantes, e convida à reflexão de que tais laços, quanto mais aprofundados e prévios à coleta, implicarão numa indissolubilidade entre quantidade e qualidade. Acredito, que o fato de já conhecer os narradores/autores, da mesma forma como eles me conhecem, de ter observado diversas vezes suas pausas e movimentos, tanto corporais, quanto narrativos, foi fundamental para o direcionamento de minha atenção e entrega a cada instante e palavra. Essa é uma maneira de compreender os diversos tempos contidos nas narrativas orais,

entendimento que agrega também a iniciativa de ligar ou desligar o gravador, de fazer um registro fotográfico, falar, ouvir, enfim, dedicar respeito aos seres humanos que confiaram suas vozes a esses registros.

Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 21), “Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas”. Tomar a prática cartográfica como acompanhamento de percursos, e não como planejamento de caminhos é compreender as múltiplas possibilidades do crescimento rizomático, em relação às vivências e aos processos de construção do pensamento.

Em agosto de 2017, a perspectiva de retornar para a Ilha se desfez. Esse foi o mês da 8ª Festa do Fandango em Paranaguá, evento do qual tive o privilégio de acompanhar a programação e recolher/vivenciar mais questões que também se integraram a esse flunar. Ali, engrandeci minha rede de interlocutores e tive a oportunidade de participar como debatedora, convidada pela UFPR, de uma mesa intitulada “O litoral caiçara em perspectiva: território, arte e cultura”. Todos os momentos de debate com pesquisadores, membros do IPHAN e, principalmente com os mestres e habitantes de todo o território caiçara, inegavelmente exerceram significativa influência no resultado das reflexões pontuadas neste trabalho.

De qualquer maneira, mesmo não tendo retornado à Ilha em agosto, os ventos já permitiram outras canecas de café em Superagui. A gente se entende e se conhece sempre que há o desejo e, os caiçaras são pessoas que transbordam em disposição para momentos generosos de prosa.

**Figura 1** - Amanhecer no porto de pequenas embarcações na Rua da Praia/Paranaguá



**Fonte:** Acervo da autora, 2012.

### 1.1 A ESCOLHA DA NAU

*A voz jaz no silêncio do corpo como o corpo em sua matriz. Mas ao contrário do corpo, ela retorna a cada instante, abolindo-se como palavra e como som. Ao falar, ressoa em sua concha o eco deste deserto antes da ruptura, onde, em surdina, estão a vida e a paz, a morte e a loucura. O sopro da voz é criador.*

Paul Zumthor, *Introdução à poesia oral*

A metáfora da “nau” é utilizada como alusão à teoria que ampara esta pesquisa, uma embarcação que conduz pelos caminhos fluviais os interlocutores envolvidos nessas expedições à Ilha do Superagui. Assim, este tópico tem por objetivo traçar um panorama dos estudos sobre oralidade, mostrar o atual estado das pesquisas no contexto brasileiro e apresentar os conceitos que serão aplicados às análises das narrativas coletadas em campo.

Uma das questões que serve costumeiramente como ponto de partida àqueles que se propõem pensar o lugar dos estudos da oralidade ao longo dos tempos, é o desenvolvimento da ideia de que a literatura escrita, aguilhada nas páginas dos livros é erudita, superior, ao passo que “[...] prefixos como ‘para’ ou ‘sub’ podem ainda ser encontrados em publicações recentes para classificar a literatura popular” (FERNANDES, 2002, p. 23).

Esse olhar resulta de um processo histórico da cultura ocidental, no qual, gradativamente se dissociou a poesia da música e da voz, em detrimento de maior valorização da literatura escrita. Essa mirada grafocêntrica estruturada por uma ideologia da supremacia da escrita sobre o oral, se considerarmos o domínio da escrita como sinônimo de poder, acabou por se tornar a base do cânone literário.

Ao se tomar o contexto cronológico de pesquisa em poéticas que se fundamentam na voz, é possível perceber várias formas de abordagem da oralidade, podendo-se localizar no século XVI uma centelha para o início da sistematização desses estudos. Fernandes (2008) aponta para a afirmação de Renato Ortiz no livro *Românticos e Folcloristas*, no qual o autor “Informa que durante o século XVI é redespertado o interesse pela coleta e estudo de textos da cultura popular e, é claro, incluem-se aí os de produção, circulação e armazenamento oral”. Com base nesta afirmação, é possível localizar no século seguinte, a trilha pela qual seguiram os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm. Antes dos Grimm, já haviam sido publicados alguns dos resultados de recolhas de narrativas orais, mas eles são reconhecidos como “[...] os primeiros a estabelecer um programa sistemático de recolha e de estudo” dessas fontes (NUNES; NOGUEIRA, 2013).

Ao adentrar o século XX,

[...] os estudos da chamada literatura oral e popular tiveram uma mudança substancial. Contribuíram, para isso, as pesquisas de Milman Parry, que, na década de 1920 demonstrou que os clássicos *Ilíada* e *Odisséia* eram originados, circulados e atualizados numa cultura oral. Mesmo com a morte precoce aos 33 anos, Parry conseguiu pavimentar um caminho que mais tarde seria percorrido pelos chamados ‘oralistas’ e adeptos do *oral formulaic* (FERNANDES, 2008, p. 179).

As trilhas abertas por Parry foram profícuas e, pode-se dizer que com a expansão dos Estudos Culturais, a oralidade finalmente passa a ganhar contornos de autonomia junto aos Estudos Literários, quando eclode a organização de teorias que abarcam o nível discursivo dos textos, para além de uma análise cerrada na literariedade, como era a prática até o momento. Nome significativo a figurar este ciclo de rupturas é o de Eric

Havelock (1903/1988). Para o autor, o início dos anos 1960, marca o desenvolvimento dos estudos sobre as relações entre as dimensões da oralidade e da escrita

[...] quando foram publicados quatro textos que punham em evidência a oralidade: os livros *The Gutenberg Galaxy*, de McLuhan, *La pensée sauvage*, de LéviStrauss, *Preface to Plato*, do próprio Eric Havelock, e o artigo de Jack Goody e Ian Watt, 'The Consequences of Literacy'. O aparecimento simultâneo desses quatro textos em quatro países diferentes (Canadá, França, Inglaterra e Estados Unidos), sem que houvesse comunicação entre seus autores, é comparado por Havelock no texto "A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna" a um "dique prestes a romper-se, liberando uma onda de atividades intelectuais" dirigidas à explicação da equação oralidade-escrita (MITALLE; QUEIROZ, 2014, p. 5-6).

Nessa mesma virada epistemológica, seguem os trabalhos de oralistas como Albert Bates Lord, considerado discípulo e continuador da pesquisa de Parry, Ruth Finnegan, que desenvolveu extensas pesquisas de campo na África subsaariana e no ambiente urbano inglês, e Walter Ong, que além de pensar na tecnologização da palavra, cria os conceitos de oralidade primária e secundária. Segundo Galvão e Batista (2006, p. 407),

A primeira refere-se à oralidade das culturas intocadas pelo letramento ou por qualquer conhecimento da escrita ou da imprensa ou, ainda, a das pessoas totalmente não familiarizadas com a escrita. Por sua vez, a "oralidade secundária" refere-se à atual cultura de alta tecnologia, em que uma nova oralidade é sustentada pelo telefone, rádio, televisão e outros meios eletrônicos que, para existirem e funcionarem, dependem da escrita e da imprensa.

Esse exercício de sintetização acerca das principais pesquisas que provocaram novas e necessárias reflexões sobre o lugar da expressão oral nos Estudos Literários é a base para se compreender um período no qual "A supremacia do escrito sobre o oral passa a ser questionada, colocando em pé de igualdade a produção literária escrita e falada" (FERNANDES, 2002, p. 23). Dessa maneira,

Na medida em que as investigações sobre cultura oral avançam, há uma tendência em excluir a designação 'literatura', por considerá-la vinculada à letra e não à voz. *Litera*, de onde vem 'literatura', mesmo que etimologicamente signifique 'letra', expressa também uma amplitude significativa, podendo ser entendida como 'cultura'. Assim sendo, se literatura não pode ser desvinculada de cultura, ela pode acolher tanto a letra quanto a voz. É necessário, dessa forma, o adjetivo para diferenciar a literatura da voz, performática, da literatura escrita, divulgada em livros e que alimenta a idéia de sistema literário (FERNANDES, 2002, p. 23).

As sementes lançadas pelos Estudos Culturais expandem a concepção de texto literário e, conseqüentemente, as possibilidades de leitura e análise, antes cerradas basicamente nas perspectivas de gênero e período. É uma guinada conceitual que retira o foco da literariedade para conferir destaque à abordagem discursiva. (FERNANDES, 2007, p. 30). Esse olhar renovado abriu espaço para um novo fluxo de reflexões que, fortaleceu a produção teórica e libertou a literatura da clausura de séculos em relação ao diálogo com outras áreas do

conhecimento, dando espaço a interseções principalmente com outras disciplinas das Ciências Humanas.

Considerar a oralidade como objeto de estudo, é também levar em conta essa veia interdisciplinar fortalecida a partir das aberturas provocadas pelos reposicionamentos de horizontes no âmbito dos Estudos Literários. Nesse sentido, pode-se afirmar que as interlocuções travadas com a História, a Sociologia e a Antropologia foram fundamentais para o desenvolvimento de métodos que amparam pesquisas nas quais se faz necessário o trabalho de campo, tanto na área da Linguística, quanto da Literatura. No que concerne ao desenvolvimento de disciplinas nos domínios da Literatura, percebe-se que o estudo do oral se encontra em posição ainda distante de encontrar notoriedade nos currículos dos cursos de Letras em instituições brasileiras. Ao que parece, essa literatura que brota da voz, carece de acompanhamentos que remetem ao folclore ou a uma aura de popular (num sentido muitas vezes arrevesado) para ocupar ambientes em cursos superiores. Por outro lado, o empenho de profissionais da área junto às agências de fomento à pesquisa, a ação de professores engajados na abertura de espaços nos cursos de pós-graduação e o considerável crescimento de publicações, contribuem para a corporificação da literatura e poesia orais na esfera dos Estudos Literários.

A esse respeito, vale assinalar o trabalho desenvolvido pelos membros do Grupo de Trabalho, GT Literatura Oral e Popular<sup>4</sup>, da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). O Grupo de Trabalho, fundado no ano de 1985, ano seguinte à criação da própria ANPOLL, é estruturado por comitês regionais que se reúnem em encontros anuais para debater temáticas como, a articulação entre pesquisadores, métodos para a realização de pesquisas, políticas públicas e desenvolvimento de estratégias para a realização de eventos voltados à literatura oral. Um dos resultados agenciados pelo GT é a Boitatá<sup>5</sup>, uma revista eletrônica semestral que tem “por objetivo principal disseminar trabalhos inéditos decorrentes de produções científicas de pesquisadores nacionais e estrangeiros que investigam as poéticas orais e a literatura popular<sup>6</sup>”. Pelo sistema de avaliação de periódicos da CAPES, a revista é classificada como Qualis B1 e se encontra, até o presente momento, na edição 23. Outro importante fruto que tem como ordem do dia o debate e a reunião de pesquisadores, também gerado pelo GT, é o Seminário Brasileiro de

<sup>4</sup> O histórico do GT Literatura Oral e Popular, desde o ano de 1985 até 2008, foi descrito por Doralice Alcoforado (2008) no artigo “Literatura oral e popular: um grupo de trabalho e de intercâmbio”.

<sup>5</sup> Os trabalhos publicados pela Revista Boitatá podem ser acessados pelo link: <http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.inf.br/conteudo/home>

<sup>6</sup> Texto extraído da página de apresentação da Revista Boitatá. (GT LITERATURA ORAL E POPULAR, 2016)

Poéticas Oraís. O evento foi realizado pela primeira vez no ano de 2010, na Universidade Estadual de Londrina sob a temática “Vozes, Performances, Sonoridades” e, atualmente está a caminho de sua quinta edição.

Por fim, destaco a abrangência do grupo de pesquisa Cartografia das Poéticas Oraís do Brasil, iniciado em 2008 e financiado pelo CNPQ. A cartografia proposta nesse projeto também desfruta de uma tendência rizomática, posto que, almeja sinalizar de forma horizontal, multidisciplinar e não hierarquizada “[...] quem e como se produz pesquisas em poéticas orais no País, bem como identificar as principais vertentes acadêmicas em torno do tema (PORTAL DE POÉTICAS ORAIS, 2018)”. Dos resultados mais importantes obtidos ao longo do tempo de atuação da equipe, resalto o desenvolvimento do sítio Portal de Poéticas Oraís. Uma plataforma de pesquisa na qual podem ser acessados diversos conteúdos tais como, textos, áudios, vídeos, notícias sobre encontros acadêmicos, entrevistas e afins, tudo isso numa proposta colaborativa em que o usuário tem também a possibilidade de disponibilizar materiais que se enquadrem na temática da oralidade. O Portal dispõe da coordenação geral do professor Frederico Fernandes, em conjunto com mais sete coordenadores regionais, que representam diferentes Instituições de Ensino Superior<sup>7</sup> brasileiras, além de reunir um corpo discente de colaboradores para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito da iniciação científica. Dessa maneira, os projetos de pesquisa<sup>8</sup> criados nessas universidades possuem vínculo direto com a elaboração do próprio Portal e com o GT Literatura Oral e Popular da ANPOLL.

Como estudante de graduação em Letras Vernáculas e Clássicas na Universidade Estadual de Londrina, realizei uma iniciação científica junto ao projeto Estudos e abordagens de poéticas orais (2000-2010): desenhando uma cartografia da região Sul, um dos projetos resultantes do grupo de pesquisa Cartografia das Poéticas Oraís do Brasil. Como colaboradora, me responsabilizei por delinear um perfil do estado das pesquisas em poéticas orais na UFRGS. Esse trabalho compreendeu um levantamento bibliográfico das fontes produzidas nessa instituição, leituras, produção de relatórios e resenhas, participação em eventos e reuniões do grupo de pesquisa associado à ANPOLL. As experiências possibilitadas pela participação no projeto foram basilares para uma abertura de olhar acerca das poéticas da

<sup>7</sup> As Instituições que compõem o Projeto e seus coordenadores regionais são: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), representada por Edil Silva Costa; Universidade do Estado do Pará (UEPA), representada por Josebel Akel Fares; Universidade Federal do Pará (UFPA), representada por Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões e José Guilherme dos Santos Fernandes; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) representada por Eudes Fernando Leite e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representada por Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

<sup>8</sup> Os Projetos de Pesquisa e parceiros do Portal de Poéticas Oraís estão disponíveis em: <http://portaldepoeticasorais.inf.br/site/?pg=expediente>

voz. Adentrei o universo de narradores urbanos da cidade de Porto Alegre, conheci reflexões acerca da oralidade na obra de João Guimarães Rosa, tomei contato com diversos artigos originados do Colóquio Literatura, História e Oralidade, entrevistei a professora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, e, reunindo essa diversidade de perspectivas apresentei, no ano de 2013, meu relatório final sob o tema A Pesquisa em Poéticas Oraís na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todo esse encadeamento para a construção de conhecimento teórico ocorreu de maneira simultânea ao período no qual às viagens para Superagui se tornaram regulares.

Os pressupostos teóricos que direcionam o grupo de pesquisa Cartografia das Poéticas Oraís do Brasil tem como princípio norteador a ideia de texto em seu contexto de produção, o que implica apreender a poesia oral em meio à comunidade que a manifesta. Nesse sentido, as ideias e conceitos trazidos por Paul Zumthor<sup>9</sup> em livros tais como, *Introdução à poesia oral* (2010), *A letra e a voz: a “literatura” medieval* (1993), *Escritura e nomadismo: entrevistas e ensaios* (2005) e *Performance, recepção, leitura* (2014), entre outros, foram significativos para guiar meu olhar nas incursões pelo universo oral do caixara de Superagui. A respeito das contribuições legadas por esse autor, Ferreira (2007, p.144) salienta que

Apontando para diferentes graus do escrito/oral e modos de ser do texto oral, em trabalhos como o bem conhecido *La permanência de la voz*, Zumthor seria aproximado naturalmente dos chamados oralistas, como Walter Ong e Ruth Finnegan, entre outros, de quem tanto se aproxima quanto se afasta. Inquieto, seria incapaz de permanecer numa direção única: apostava na dinâmica interna do texto e das energias que o movem, e que terminam por fazer dele, como bem disse ‘uma epifania da voz’.

Dessa maneira, pode-se afirmar de saída que, em relação a outros oralistas, o grande diferencial nos estudos desse autor “[...] nos remete à especificidade do texto oral que, segundo sua concepção, não se preenche jamais, atuando em regime de movência e intercursos de linguagens e de códigos expressivos”. É a partir daí, de acordo com Ferreira<sup>10</sup> (2011, p.12) que, Zumthor analisa e põe em xeque as teorias tradicionais da recepção.

---

<sup>9</sup> Nascido no ano de 1915, em Genebra, Paul Zumthor se tornou mais conhecido pelos seus estudos como medievalista. Não menos sólidas e vigorosas, também desenvolveu produções como filólogo, crítico literário, poeta, romancista, dramaturgo, tradutor, além de ter construído uma sólida carreira como professor acadêmico. Criado em Paris, iniciou nesta cidade sua carreira universitária, tendo vivido depois desse período muitos anos na Holanda, para enfim se fixar em Quebec no Canadá. Viajante/pesquisador resolutivo foi um apaixonado pelas vozes do cordel brasileiro e dos griôs africanos. Entender seu universo conceitual é desvendar também o espírito zumthoriano, já que o próprio autor se identifica como um nômade. Ao falar de sua infância como um suíço no meio pequeno-burguês parisiense onde cresceu, Zumthor relata um sentimento que se enraíza em sua vida “de que o lugar em que estou é sempre outra parte”. O autor faleceu no ano de 1995, no Canadá.

<sup>10</sup> Jerusa Pires Ferreira é professora, ensaísta e a primeira tradutora da obra de Paul Zumthor no Brasil. Jerusa foi a interlocutora que motivou Zumthor a viajar pelo Brasil, além de ser considerada a responsável pela disseminação do que ela própria denomina como “universo conceitual zumthoriano”.

Empenhar-se em definir de forma precisa a poesia oral significa deixar escapar por entre os dedos sua amplitude, visto o caráter de complexidade, multiplicidade e heterogeneidade dessa manifestação. Assim, Zumthor ao invés de delimitar as poéticas da voz num modelo epistemológico cartesiano, prefere refletir de maneira sensível acerca dos traços comuns representativos da obra vocal. Para o autor

[...] a voz permanece inobjetivável, enigmática, não especular. Ela interpela o sujeito, o constitui e nele imprime a cifra de uma alteridade. Para aquele que produz o som, ela rompe uma clausura, libera de um limite que por aí revela, instauradora de uma ordem própria: desde que é vocalizado, todo objeto ganha para um sujeito, ao menos parcialmente, estatuto de símbolo. O ouvinte escuta, no silêncio de si mesmo, esta voz que vem de outra parte, ele a deixa ressoar em ondas, recolhe suas modificações, toda ‘argumentação’ suspensa. Esta atenção se torna, no tempo de uma escuta, seu lugar, fora da língua, fora do corpo (ZUMTHOR, 2010, p. 15-16).

Ora, se é na produção do som por meio da vocalização que se faz possível marcar a presença do sujeito num determinado tempo/espço, pode-se afirmar que a voz abriga e revela marcas de identidade, no caso, impressas no ato de enunciação, no qual toda a existência de um corpo e suas memórias se tornam veículos de significações. Ainda segundo o autor, uma poética da oralidade deve se interrogar “[...] sobre as relações instáveis das quais resulta” (ZUMTHOR, 2010, p.138). Portanto, a poesia oral é uma elaboração pautada na constante ressignificação da palavra e do mundo e se constitui por uma articulação entre sujeitos que emitem palavras, gestos e expressões, em direção a receptores que as acessam, em um encontro de universos mergulhados em subjetividades. Dessa forma, é relevante considerar as maneiras do dizer e não o dizer fechado em si mesmo, o que efetivamente importa é o “funcionamento de um discurso” e o sentido “[...] é direção, vetor, mais que culminância.” (ZUMTHOR, 2010, p. 140).

No universo conceitual elaborado por Paul Zumthor, as poéticas da voz não podem ser pensadas fora do contexto da performance. Há, segundo o autor, uma relação de interdependência entre esses dois princípios. Por sua vez, a performance, como modo de comunicação poética é para ele,

[...] a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida. Locutor, destinatário, circunstâncias (quer o texto, por outra via, com ajuda de meios linguísticos, as represente ou não) se encontram concretamente confrontados, indiscutíveis. Na *performance* se redefinem os dois eixos da comunicação social: o que junta o locutor ao autor; e aquele em que se unem a situação e a tradição (ZUMTHOR, 2010, p.31)

Por conseguinte, parto do pressuposto de que as práticas que envolvem essa pesquisa e aplicação de conceitos, no contexto da coleta de campo, são como revelações que nascem de confronto da tríade emissor/receptor/texto. É um modelo de trabalho que se

solidifica apenas por meio de vivências, nas quais a minha atenção corporal é testemunha das realizações vocais do corpo (individual e coletivo) e do território (geográfico, físico e enunciativo) caiçaras. Assim, nessa leitura sinestésica possibilitada pelos encontros com a voz caiçara, experimentei a afirmação de Zumthor (2005, p.93) quando defende que “Uma performance da qual participo verdadeiramente, como ouvinte pessoalmente, comprometido, transforma tudo em mim”. Finalmente

A situação performancial aparece então como uma operação cognitiva, e eu diria mais precisamente fantasmática. Ela é um ato performativo daquele que o contempla e daquele que desempenha. [...] Assim percebida a performance não é uma soma de propriedades de que se poderia fazer o inventário e dar a fórmula geral. Ela só pode ser apreendida por intermédio de suas manifestações específicas. Ela partilha nisso com a poesia (e sem dúvida a poética) um traço definidor fundamental (ZUMTHOR, 2014, p. 44-45).

A performance, como um evento criador atravessado pela voz para a transmissão de uma mensagem poética, como insiste Zumthor, num aqui e agora, deve ser considerada pelo seu caráter dinâmico. Dessa forma, o olhar direcionado à essência processual do fenômeno performático, que acolhe e dá vida ao texto oral, deverá ser o guia das investigações de nossa segunda expedição.

**Figura 2** - Corpos em performance



**Fonte:** Acervo da autora/Junho/2017.

## 1.2 PRIMEIRO PEÇO LICENÇA: SOBRE ANZÓIS, REDES E O MAPA DO TESOURO

*Primeiro peço licença  
que assim foi o meu ensino  
Depois da licença dada  
eu mesmo me determino!*  
Fandango da Ilha dos Valadares

*Martim Pescador  
Tá na hora,  
A sua jangada  
Tá no mar!*

*A onda  
já lhe chamou,  
Iemanjá  
vai te levar!*  
Ponto Tradicional da Umbanda

A embarcação se encontra atracada no porto e ao longe já se escuta o marulhar das ondas em suas infindáveis cheias e vazantes, é a maré cumprindo sua eterna

sina. O casco da nau flutua sobre a água, indicando que já temos o aparato teórico eleito e descrito para espreitar as poéticas da voz caiçara na Ilha do Superagui.

O próximo passo é avaliar com maior minúcia as ferramentas utilizadas para que eu fosse pescada pelas poesias dos narradores que compõem esta pesquisa. O envolvimento com um trabalho que inclui coleta de campo exige capacitação no manuseio das ferramentas apropriadas para se atingir resultados. Assim também é o ofício do pescador, com a diferença de que não labutamos com canoas, remos, cercos e anzóis. Nesse caso, a missão é percorrer espaços e depois organizar as experiências vividas no contexto das atividades de coleta por meio da palavra escrita. Conhecer a malha de cada rede, o lugar e a hora adequada para atirá-la ao mar, equivale a pensar as estratégias das relações *in loco* e a posterior escritura do texto. Assim, esse tópico tem por objetivo descrever o processo de construção da pesquisa e a metodologia que a apoiou.

De partida, algumas questões se colocam. Como abrir uma fresta da cortina que resguarda as memórias e o cotidiano da Vila de Superagui? Como capturar de forma sensível a grandeza de uma manifestação poética tão efêmera e transformá-la em pesquisa?

Essas e outras questões insistentes se fizeram presentes desde o momento em que mapeei o desejo de desenvolver um projeto de mestrado a respeito da comunidade caiçara do Superagui. Para pensar o meu processo de pesquisa desde o seu real princípio, uma das questões que pontuo é um nada científico magnetismo que a Ilha e os moradores de lá exerceram sobre mim, desde a primeira passagem pela Praia Deserta, em 2006. Encantamento seguido de crescente afetividade foram os sentimentos que me deslocaram, sempre que pude, para Superagui. No entanto, à primeira vista, algo tão subjetivo não justifica o nascimento de uma pesquisa acadêmica. Nos corredores universitários não se argumenta fazendo uso de um simples “porque eu amo”. Mas, no final das contas as paixões carregam em si mesmas essa propriedade fecunda da criação. Desse modo, não me abstenho de confirmar, que esses ingredientes tão íntimos foram fundamentais para que eu abrisse meu corpo e todos os meus sentidos à poesia oral da comunidade que me acolheu nesse espaço.

Envolvida nos enredos das histórias e no cotidiano das famílias com as quais convivi, aos poucos, familiarizei-me com a sonoridade tão peculiar da fala caiçara, ao mesmo passo em que fui explorando o vasto “vocabulário caiçarês”. O fato de estar sempre retornando para a Ilha, nesses períodos em viagem de férias acompanhada de minha filha, foi basilar para a construção de uma acolhida junto à comunidade, questão que depois se mostrou crucial para o desenvolvimento da pesquisa. Percebi, no decorrer desses anos, um ressentimento evidente no discurso de vários moradores em relação a muitos dos profissionais

que ali estiveram para recolher materiais e, no entanto, nunca voltaram para apresentar resultados. A essa questão se acrescenta uma relação verticalizada pelas características comportamentais de um modelo de turismo que, ocupa e usufrui do espaço, mas parece ignorar a existência dos valores e do modo de vida compartilhado pela comunidade, e contribui para a permanência de um olhar exotizado e estigmatizado ao julgar como primitivo e inferior o conhecimento de mundo do caiçara. Esse legítimo ressentimento somado a arbitrariedades históricas, como subtração de territórios e perda de direitos relacionados à manutenção do modo de vida tradicional, acabou por criar uma divisão muito simples para caracterizar as pessoas: nosso povo e os de fora. Por outro lado, ainda que os laços de parentesco sejam fundamentais para configurar essa divisão, existem inúmeras exceções que acabam por integrar pessoas de fora ao grupo. Com exceção das inclusões ocorridas em função do casamento, a distinção se faz a partir do momento em que uma presença passa a ser recorrente e associada a uma determinada família, no meu caso, a estreiteza com um núcleo dos Michaud e outro dos Squenine. A solidificação dessa conexão refletiu de maneira direta nas formas pelas quais se deram a abertura de novos espaços, relações e acesso às histórias individuais e coletivas, como um cartão de acesso para a expansão da rede.

Nesse universo simbólico, o espaço da casa é evidentemente significativo, posto que, a aprovação de um indivíduo como hóspede, representa subjetivamente, uma admissão ao seio familiar. Compartilhar espaços no interior da habitação, participar da divisão de tarefas diárias, auxiliar no trabalho com a pesca, seja indo ao mar ou limpando o pescado, compor a mesa de refeições, colaborar com a compra de suprimentos, entre outras circunstâncias familiares comuns, dissolve e subverte a aura também exotizada do “de fora” para convertê-lo em um “dos nossos”.

Dessa forma, a construção dos contatos na Ilha se intensificou quando deixei de ser uma frequentadora de camping para me instalar em uma casa. Muitas das minhas inseguranças sobre a delicadeza que exige um estudo assentado em uma comunidade tradicional já tão estereotipada se extinguíram quando, em uma situação de conversa com um morador, ele me disse que eu havia me tornado caiçara, pelo fato de sempre retornar à Ilha, eu era “da gente aqui”.

A essa altura, em fase de encerramento da graduação, se encontrava em fase de organização o pré-projeto de mestrado *As poéticas do fandango caiçara na Ilha de Superagui*. Destaco essa questão por considerar expressivo o primeiro momento de imersão na bibliografia, pesquisas acadêmicas e projetos que recaem não apenas no tema do fandango, mas em estudos sobre a cultura caiçara e a história do litoral paranaense sob várias

perspectivas. Concomitantemente às leituras, passei a me comunicar com pesquisadores, produtores culturais e artistas que, de alguma forma, localizam suas investigações a este território.

Nessas circunstâncias uma interlocução relevante para esse mapeamento do processo de construção da pesquisa se deu com a Patrícia Martins<sup>11</sup>, profissional engajada nas discussões sobre as Políticas Públicas do Patrimônio Cultural e nas Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais. Comunicando-nos durante alguns meses via *web*, por meio dela recebi indicações de leitura e contatos valiosos para o aprofundamento das minhas perquirições. Sem planejamento algum, acabamos por nos encontrar pessoalmente na Ilha, ocasião em que ela coletava dados para sua tese de doutorado. Indubitavelmente, a dinâmica da comunicação oral, a presença viva dos nossos corpos para a estruturação de um diálogo e o encolhimento de uma distância formal, significaram benefícios diretos ao desempenho da interlocução. Foi por meio das observações dela que constatei a grandeza da rede de narradores que já havia sido concebida, o viés antropológico inegável do projeto, como também a possibilidade de buscar um tema mais específico, migrando do fandango para os naufrágios. A oportunidade de conversa em questão se deu meio junto a um grupo de moradores, em um período no qual, minha curiosidade sobre as histórias de embarcação afundada era intensa, fato que colaborou para o surgimento de vários relatos. Atentas a essa profusão de vozes, em silêncio, nos olhamos e sorrimos, para depois vocalizar uma compreensão alcançada. Sem danos, posso confirmar que a emergência desse novo tema foi um *insight* simultâneo entre mim e Patrícia.

Com essa nova temática constituída propus outro pré-projeto no intuito de pleitear uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários na UEL. Ingressada no mestrado, cumpro disciplinas obrigatórias e eletivas, nas quais, em sua maioria, me foi oportunizado produzir artigos de conclusão que aproximam as poéticas da voz e a cultura caiçara aos assuntos abordados em sala de aula, exercício estimulante para o enriquecimento das perspectivas de abordagem possíveis em uma mesma área de estudos.

Nas reuniões de orientação, expus as inquietudes que experienciei sobre o conflito entre a rigidez acadêmica e a subjetividade que envolve o escopo dessa pesquisa. Que método poderia acolher um caráter científico sem fluidificar as vozes que fazem circular a

---

<sup>11</sup> Patrícia Martins é doutora em Antropologia Social e coordenadora do curso de Ciências Sociais no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Suas pesquisas no âmbito da Pós-Graduação recaem sobre reflexões acerca do fandango caiçara. Integrou a equipe de profissionais na produção do Dossiê de Registro do Fandango Caiçara e participa ativamente do Comitê de Salvaguarda do Fandango Caiçara. Desenvolveu diferentes projetos no contexto do patrimônio cultural junto à UNESCO e ao IPHAN.

poesia oral? Quanto se perderia fixando-as num modelo fechado de análise? Claramente, as perspectivas teóricas pensadas por Paul Zumthor já apontam para uma ruptura desses padrões deficientes para uma real imersão no universo oral, no entanto, ainda existiam lacunas a se preencher. As peculiaridades que envolvem o estudo e a necessidade de esquadrihar os caminhos que já haviam sido percorridos direcionaram a proa das discussões para uma prática cartográfica, período no qual traçamos finalmente, as estratégias para os registros da coleta em campo e o posterior desenho do texto.

A sistematização da cartografia no Brasil surgiu a partir do ano de 2005, quando se iniciaram os debates entre professores, pesquisadores e estudantes da área de Psicologia, para a elaboração das pistas do método da cartografia. Esse projeto, desenvolvido por dois núcleos localizados na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), reuniu colaboradores tanto pela aproximação com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, quanto por um descontentamento em relação às metodologias que servem às pesquisas em Ciências Humanas.

A problemática da insuficiência de metodologias que amparem estudos na área das humanidades recai sobre as raízes racionalistas da ciência, com a difusão da epistemologia cartesiana. Embora os pressupostos de Descartes tenham sido confrontados em muitos momentos da história, e o século XX se configure como cenário significativo de guinadas conceituais percebe-se, no âmbito acadêmico, que muitas pesquisas ainda esbarram em uma “[...] abordagem clássica da ciência, pautada numa política cognitiva representacional”. Trata-se de uma forma de construção do conhecimento que “[...] pressupõe sujeito e objeto como polos prévios ao processo do conhecer e busca leis e princípios invariantes; supõe que científico é aquilo que pode ser reproduzido com os mesmos resultados e garantido por um observador isento ao objeto de estudo” (POZZANA, 2016, p. 47).

Ora, se a tradição determina que o método se dispõe a servir a comprovação de hipóteses e que, todo o processo de um estudo deve obedecer ao caráter de imparcialidade, as pesquisas em Ciências Humanas parecem carregar a sina de sacrificar o que deveria ser sua substância, em detrimento de uma perseguição vã por exatidões. Assim, um dos questionamentos que norteia as investigações do grupo que organiza as pistas do método cartográfico nesse contexto, pontua uma interrogação inevitável que diz respeito à natureza das pesquisas qualitativas e quantitativas. Enquanto esta se beneficia de questionários, métodos estatísticos e tecnologias, aquela parece repelir sistemas e padrões de análise, pelo fato de reunir “[...] grande parte das investigações no campo dos estudos da subjetividade”. Para além da distinção entre um e outro tipo de pesquisa, dado que nas duas há a possibilidade

de constituição das práticas cartográficas, “[...] restam em aberto impasses relativos à adequação entre a natureza do problema investigado e as exigências do método. A questão é como investigar processos sem deixá-los escapar por entre os dedos” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.8).

O desenvolvimento deste conceito de cartografia se diferencia da ciência de representação gráfica da Geografia e encontra referências na introdução do primeiro volume de *Mil Platôs*, concebido por Deleuze e Guattari. De largada, na primeira linha do texto, os autores pontuam que uma escrita a quatro mãos é feita de muita gente, já que cada pessoa são várias. Sobre o uso de pseudônimos em outro livro anterior a esse, o *Anti-Édipo*, obra aclamada na área da psicanálise, os autores explicam que assim fizeram “Não para chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados” Deleuze e Guattari, ao apresentar essa ideia, não se referem ao apagamento da figura do autor e, sim buscam confirmar as pluralidades do próprio ser e dos universos que concorrem com cada existência. Dessa forma, os autores sustentam que

Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. Fabrica-se um bom Deus para movimentos geológicos. Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.10).

Os autores são precisos ao apresentar a objetivo de *Mil Platôs*, um livro que não tem a pretensão de configurar uma imagem do mundo, da realidade. Se a diversidade é a gênese do pensamento, que por sua vez é a matéria do texto, é possível compará-la às linhas estratificadas, segmentadas e em constante rearranjo, como as placas tectônicas da Terra, sem um sistema hierarquizante ou totalizante. Segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2015, p.10), “Tal geologia filosófico-política convoca a uma decisão metodológica, ou melhor, a uma atitude (ethos da pesquisa) que opera não por unificação/totalização, mas por ‘subtração do único’, como na fórmula do n-1. Menos o Uno. Menos o Todo”. Ao estabelecer essa recusa do “todo”, se busca a representação da realidade como um

[...] plano de composição de elementos heterogêneos e de função heterogenética: plano de diferenças e plano do diferir frente ao qual o pensamento é chamado menos a representar do que a acompanhar o engendramento daquilo que ele pensa. Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas. [...] A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta no pensamento, sua força performática, sua

pragmática: princípio ‘inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real’. Nesse mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem mesmo uma entrada (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.10).

A ausência de direcionamentos, centro, entrada e saída, para a tessitura de um mapa é um dos preceitos para uma atividade rizomática. Conceito central para o entendimento da composição de *Mil Platôs*, o rizoma, diferente da raiz, se expande sem uma organização preestabelecida. Em uma analogia com a botânica, Deleuze e Guattari pensam essa estrutura de ramificações em nível filosófico e segundo as seguintes características: 1) Conexão; 2) Heterogeneidade; 3) Multiplicidade; 4) Ruptura a-significante; 5) Cartografia; 6) Decalcomania.

Sem a pretensão de descrever minuciosamente cada princípio, já que o rizoma serve para pensar a reversão das normas metodológicas tradicionais, que serão pormenorizadas no decorrer das análises, vale aludir às principais ideias que conduzem a estruturação da cartografia praticada em campo e no texto. Ao refletir sobre as características pontuadas pelos autores, percebe-se um caráter autorreferencial no encadeamento das propriedades da trama rizomática. Se na botânica, um estrato gera o outro, os princípios pensados por Deleuze e Guattari se conectam da mesma maneira, concatenados como as ramificações de um bulbo.

Desse modo, em relação aos princípios 1 e 2, temos que

[...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. [...] cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estados de coisas (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 14).

Os dois primeiros princípios, ao expor a infinidade de possíveis conexões do rizoma, naturalmente levam ao delineamento da terceira característica. Nela, se sustenta o ponto de vista de que “Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p.15).

Sobre a quarta característica, de ruptura a-significante, os autores postulam que

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

Finalmente, os princípios 5 e 6 explicam o caráter de cartografia e decalcomania. Ao descrever o mapa os autores explicam que, dessa maneira pensada a ideia se configura como o avesso de um feitiço de reprodução. Desse modo, o mapa é

[...] aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

As peculiaridades de mapa e decalque são apresentadas em conjunto na introdução de *Mil Platôs*, não por uma questão de complementaridade e, sim pela oposição entre um e outro conceito, posto que “Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao ‘mesmo’. Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete sempre a uma presumida competência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.21).

A abertura conduzida por Deleuze e Guattari para um questionamento das estratégias metodológicas de pesquisa, se harmoniza com as necessidades do pesquisador em poéticas da voz, pela valorização dos traços moventes e dinâmicos que configuram tanto a própria poesia oral. Dessa maneira, ao transpor as categorias do rizoma para a análise da performance temos a perspectiva da “[...] obra literária, sendo tomada como um acontecimento” no qual ela se encontra “cindida entre passado próximo e futuro iminente”.

Ao se inocentar de qualquer compromisso com a gênese da realidade, a abordagem cartográfica (re) apresenta a realidade, em uma diversidade em constante rearranjo. A abordagem cartográfica consiste no acompanhamento dos percursos em uma realidade em rearranjo, nos quais não devem ser desconsideradas as redes (rizomas) constituidoras do quadro processual (FERNANDES, 2012, p.153).

Assim pensado o caminho de um estudo, em seu caráter de contínua construção do objeto, torna-se possível expressar os fluxos de mudança, a infinita possibilidade de alternativas e, a aproximação dos movimentos da vida; na busca por uma forma humana e sensível de se fazer pesquisa.

**Figura 3 -** Canoa aprouada



**Fonte:** Acervo da autora/Junho/2017.

### 1.3 ESTRADA DE MANGUE, RIO E MAR: PARANAGUÁ > SUPERAGUI

*Aqui venho de tão longe  
Rompendo marés e vento  
Somente para não faltar  
No vosso divertimento.*

Duas moças na janela

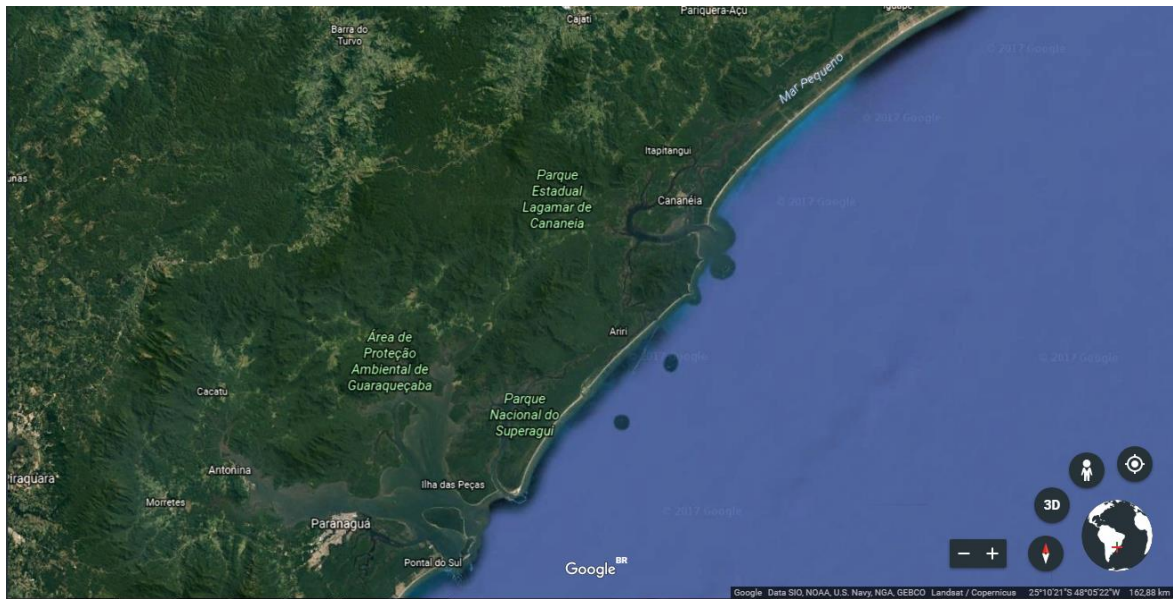
Repertório tradicional do fandango caiçara

*Fui no mar colher laranja  
Fruta que no mar não tem  
Vim de lá todo orvalhado  
Da onda que vai e vem*

Uma noite ao luar

Repertório tradicional do fandango caiçara

**Figura 4 -** Mapa da região de Superagui



**Fonte:** Google Earth.

A proposta de um passeio em campo aberto segue a pista do caráter processual de construção do objeto, assim como pressupõe a prática cartográfica. A ideia de agenciamento, tal como indicam Deleuze e Guattari (1995), se traduz pelo crescimento, multiplicação de dimensões e mudança de natureza, à medida que o rizoma aumenta suas conexões. Dessa maneira, uma estrada de mangue, rio e mar, pela complexidade concreta e abstrata de caminhos sobre as águas, é a metáfora eleita para indicar tal diversidade de itinerários que se apresentam até nossa chegada à Ilha do Superagui.

Assim, a geografia e o bioma paranaenses acabam por ser tornar mais um dos segmentos do rizoma que orienta as análises das narrativas poéticas coletadas. Essa escolha se dá, tanto pelo exercício de inter/multidisciplinariedade, quanto por se compreender que a reunião dessas informações torna possível o delineamento de uma análise sobre os aspectos comuns da autoidentificação caiçara e sua localização espacial entre a floresta e o mar. Essa questão se torna mais evidente na expedição II, momento em que será possível perceber a questão do espaço concreto como um dos elementos determinantes da obra vocal em Superagui. Além disso, é mais uma forma de posicionar os possíveis interlocutores deste texto, evidenciando os elementos naturais que influenciam e fundamentam esse modo de vida.

A Ilha integra o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Paranaguá, uma área que se estende por uma faixa costeira de 200 quilômetros desde a cidade de Paranaguá

até o sul de São Paulo, em Iguape. Dado fundamental a se ter em vista é que o Mosaico<sup>12</sup> do Lagamar é o maior trecho contínuo de Mata Atlântica preservado no país. Entre quatro classificações gerais de vegetação Atlântica, o caso do litoral paranaense encontra categorização como Floresta Ombrófila Densa, termo contemporâneo e que substitui a denominação anterior de Floresta Tropical Pluvial.

A terminologia recente, conceitualmente mais ampla, não exclui uma semelhança importante entre os dois nomes. Pluvial e ombrófila, respectivamente radicais de origem latina e grega sustentam a mesma ideia de que estamos tratando de uma vegetação “amiga das chuvas” (IBGE, 2012). Ainda que o índice pluviométrico da planície litorânea paranaense seja mais alto no verão, o regime de chuvas da região é significativo ao longo do ano todo, sem um regime de secas, como há em outras zonas da Mata Atlântica. A partir dessas informações, vale pontuar que os caiçaras do Paraná mantêm contato com uma floresta verde e úmida o tempo todo.

É importante saber ainda que o Lagamar foi declarado pela UNESCO, no ano de 1991, a primeira Reserva da Biosfera<sup>13</sup> brasileira. Sobre a questão geográfica do termo Estuarino-Lagunar, grosso modo, pode-se dizer que os estuários são áreas de transição entre o rio e o mar e, além de possuírem características ambientais únicas, comportam uma diversidade de espécies da fauna e da flora, que dependem exclusivamente desses ambientes. Se originalmente, o bioma Mata Atlântica ocupava cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup>, estendendo-se por 17 estados ao longo do Brasil, “Após séculos de exploração, os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos hoje a cerca de 22% de sua cobertura original [...]” (BRASIL, 2015), desmatamento que resulta de um processo histórico e remonta à chegada dos ibéricos ao país..

É relevante também destacar que o Santuário Ambiental do Lagamar comporta uma extensa área de manguezais, “[...] um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais e sujeito ao

<sup>12</sup> O termo Mosaico, segundo a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) “Definido pela lei SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), se refere a um [...]conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, cuja gestão deve ser feita de maneira conjunta e integrada”. (SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM, 2014).

<sup>13</sup> As reservas da Biosfera, segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, foram concebidas pela UNESCO, no ano de 1972. “As Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por 110 países, têm sua sustentação no programa ‘O Homem e a Biosfera’ (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e com agências internacionais de desenvolvimento. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9985 de 18 de julho de 2.000), em seu capítulo XI, reconhece a Reserva da Biosfera como ‘um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais’. Cada Reserva da Biosfera é uma coleção representativa dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece. Terrestre ou marinha, busca otimizar a convivência homem-natureza em projetos que se norteiam pela preservação dos ambientes significativos, pela convivência com áreas que lhe são vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos. (BRASIL, 2018).

regime das marés” (SHAEFFER-NOVELLI, 1995). Classificado como Área de Preservação Permanente (APP), o mangue é considerado espaço fundamental para a efetivação do equilíbrio ecológico, sendo considerado o berço da reprodução de peixes, aves, mamíferos, insetos, crustáceos e moluscos. Além disso, costuma-se qualificar o mangue como a espinha dorsal da floresta, em função do trabalho desempenhado pelas abundantes e profundas raízes, que retêm sedimentos e, dessa maneira, impedem a erosão. Ecossistema fundamental na recuperação de áreas degradadas por seu papel na absorção e fixação de gás carbônico, a Baía de Paranaguá é berço de uma diversidade biológica notável em relação aos mangues. Ali se encontram três espécies: mangue vermelho, branco e preto (ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, 2018).

No que tange aos domínios do litoral paranaense, a área mais significativa do Mosaico é a Baía de Paranaguá, maior baía do estado e que abriga em seus limites cerca de trinta ilhas (NOSSO LITORAL DO PARANÁ, 2017), tanto desertas, quanto povoadas. Assim, o Mosaico “[...] é composto por 55 unidades de conservação (UCs), sendo 32 no Paraná”. Dividido entre dois estados “Compreende uma área de 1.622.168 ha, das quais 677.659 ha (42%) correspondem à porção marinha e 944.509 ha (58%) representam a porção terrestre” (PARANANGUÁ, 2017).

Esses dados gerais sobre o Lagamar e a baía de Paranaguá nos informam sobre o contexto socioambiental em que o litoral paranaense está inserido: sua peculiar formação geográfica e seus dados expressivos de preservação da Mata Atlântica e de espécies marinhas o transformaram em um território repleto de Unidades de Conservação (UC) (COELHO, 2014, p.30).

Com isso, é evidente que a região abarcada pelo Mosaico tenha se tornado objeto de inúmeros projetos que apontam para a proteção, a recuperação e a pesquisa, amparadas por políticas públicas ambientais, nas esferas federais, estaduais e municipais e também no setor privado. Deste último, pode-se apontar o caso da Reserva Natural Salto Morato, mantida pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, em Guaraqueçaba. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o Salto Morato tem uma abrangência total de 2.252,83 hectares e, ainda que oficialmente sejam reconhecidos apenas 819,18 hectares, o plano de manejo da reserva atesta que “a área restante, embora não reconhecida, é também manejada da mesma forma, e medidas vem sendo tomadas no sentido da regularização fundiária e do seu posterior reconhecimento como RPPN” (Plano de manejo Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2011, p.1).

A necessidade da criação de Unidades de Conservação e Reservas Particulares se mostra ainda pela riqueza de espécies endêmicas que compõem fauna e flora

da região. Do reino animal, as espécies mais representativas dessa parte específica de Mata Atlântica, são o Papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) e o Mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), os dois em uma área de recorrência que abarca apenas o extremo norte do litoral paranaense e uma pequena área do litoral sul de São Paulo.

As pesquisas oficiais sobre o Papagaio-de-cara-roxa iniciaram-se nos anos 1980, capitaneadas pelo ornitólogo Pedro Scherer. Dos trabalhos surgidos a partir da iniciativa de Scherer, vale destacar os esforços do projeto de monitoramento, biometria e construção de ninhos artificiais, iniciado em 1998 e, desenvolvido pela ONG Sociedade de Pesquisa de Vida Selvagem (SPVS) em articulação com as comunidades locais. Se antes a ave constava no grupo “vulnerável” na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, hoje, após duas décadas, o papagaio-de-cara-roxa faz parte da categoria “quase ameaçado” (SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGE, 2013). Graças à articulação entre caçaras e pesquisadores, hoje é possível observar a revoada dos bandos de papagaio todos os finais de tarde na Ilha do Pinheiro, refúgio eleito pelas aves. Integrada ao território do Parque Nacional do Superagui, esta ilha só tem visitação permitida a pesquisadores, mas de barco é possível se aproximar do local para contemplar um dos eventos mais emblemáticos da região. Se atualmente a Ilha do Pinheiro consagrou-se como um núcleo de observação de aves por ser o refúgio eleito do Cara Roxa, fato pouco divulgado é que esse espaço foi o cenário de uma das estações de observação da ilustre Expedição Imperial, para o estudo do eclipse total do sol em sete de setembro do ano de 1858. Entre os membros da comissão, contratado por Dom Pedro II para o Imperial Observatório, o botânico e astrônomo francês Emmanuel Liais foi o primeiro no Brasil que se utilizou da técnica da fotografia para o registro de estudos astronômicos (NADER; SANTOS; CAMPOS, 2013). Outro nome não menos eminente a compor a Expedição Imperial é o de Karl Julius Platzmann, que, embora tenha se dedicado firmemente aos estudos na área da linguística dos idiomas indígenas latino-americanos, também foi botânico, gravurista e pintor. Assim como Liais, que após a Expedição, permaneceu por mais de vinte anos no Rio de Janeiro, Platzmann também prolongou sua estadia no Brasil, com a diferença de que elegeu a Baía de Paranaguá como morada. Em sua obra *Aus der Bai von Paranaguá*<sup>14</sup>, composta principalmente por correspondências entre o autor e sua família, encontram-se descrições que se revelam como

<sup>14</sup> Obra publicada na cidade de Leipzig, Alemanha, no ano de 1872. O livro, além de um tratado sobre a fauna e a flora da Baía de Paranaguá, é principalmente uma pesquisa etnográfica sobre o modo de vida das comunidades da região. Traduzido para o português apenas no ano de 2010, por Francisco Lothar Lange, sob o título *Da Baía de Paranaguá*, o livro em alemão é considerado obra raríssima. O formato digital da obra em alemão pode ser encontrado na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4472>. Acesso em: 12 abr. 2018.

verdadeiras odes aos homens e à natureza do lugar. Residindo durante seis anos na Vila de Bertiooga, costa leste da Ilha das Peças, Platzmann foi um grande observador dos hábitos das aves, servindo atualmente inclusive aos estudos de ornitologia. Como é de se supor, o alteroso Papagaio-de-cara-roxa encontra seu lugar na obra do autor. Integrado à comunidade, Platzmann é mais uma testemunha do espetáculo da revoada.

Além disso, pode-se ouvir papagaios em suas casas com grande frequência. Apesar de barulhentos, são ariscos, e, todas as tardes, têm de abandonar a mata do continente, para pernoitarem em alguma ilha onde não haja predadores. De fato, antes do pôr do sol, vêm-se inúmeros papagaios voando alto, vindos do continente, gritando, sempre formados em linhas, por casais (PLATZMANN apud STRAUBE, 2013, p. 149).

Atualmente sabemos que a pernoite do papagaio acontece na Ilha do Pinheiro, acidente insular pertencente à Baía dos Pinheiros. Neste lugar encontramos-nos entre a Ilha das Peças e a Ilha do Superagui, esta última, nosso destino, no intuito de conhecer o *Leontopithecus caissara*. O caso do Mico-leão-da-cara-preta é ainda mais representativo no que tange à ideia de pertencimento da identidade caiçara no contexto de Superagui, em relação aos “seus” animais, de “sua” floresta. Os pequenos primatas foram catalogados apenas no ano de 1990, pelas pesquisadoras Vanessa Guerra Persson e Maria Lúcia Lorini, e

O caráter surpreendente da descoberta reside no fato de um primata tão conspícuo, habitando uma área de mata atlântica a menos de 300 km da cidade de São Paulo, permanecer desconhecido pela ciência até o final do século XX, quando já havia indícios de que a espécie enfrentava riscos de extinção (LORINI; PERSSON, 1990).

A ocorrência do Mico-leão-da-cara-preta é “[...] restrita à Mata Atlântica do litoral norte do Paraná (Ilha de Superagui) e litoral sul de São Paulo” (LUDWIG; MARTINS; AMARAL, 2018) sendo que os exemplares da espécie encontrados além dos limites da Ilha são explicados pelo fato de que, originalmente, Superagui era uma península<sup>15</sup>.

Colhereiro, tiê-sangue, onça parda, bugio, paca, cotia, veado, jaguatirica, ainda que sejam espécies representativas da fauna na Baía dos Pinheiros, parecem ter lugar secundário para se pensar uma das territorialidades presentes no discurso da comunidade. Para uma reflexão mais apurada sobre como se manifesta a relação entre o caiçara e seu espaço geográfico, vale elencar algumas informações sobre um processo histórico, ocorrido entre as décadas de 1980 e 1990, quando do início da implantação das Unidades de Conservação (UC’s), denominado como “anos verdes”. Foi também nesse período que

<sup>15</sup> Superagui só ganhou formato de ilha com a realização das obras do Canal do Varadouro, em 1952. O istmo do Varadouro protagoniza uma longa história de disputas políticas iniciadas na segunda década do século XIX entre as províncias paulista e paranaense. Para saber mais, sugere-se a apreciação do documentário *Canal do Varadouro: história cultura e natureza*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YTWkM-fJ178>. Acesso em: 29 mar. 2018.



são isentas do pagamento de impostos, medida que, embora passível de questionamentos, encontra base no argumento da perspectiva de incentivo para que se efetivem essas implantações. Segundo Coelho (2014, p. 46), a sequência de instalação dessas Reservas aconteceu da seguinte forma

Em 1994 são criadas as RPPNs Fazenda Figueira e Salto Morato, cujo proprietário é a Fundação O Boticário de proteção à natureza. Em 1999 foi criada a RPPN Sebuí, propriedade de Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda; no ano de 2007 é criada a RPPN Serra do Itaqui, propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

Para se refletir acerca das políticas ambientais no contexto brasileiro, é essencial considerar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972. O evento reuniu 113 países e 250 ONG's (BRASIL, 2012) em torno de debates sobre as consequências geradas pela degradação do meio ambiente e resultou na composição da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, documento que orienta os princípios de comportamento e responsabilidades que devem nortear as elaborações sobre políticas ambientais. Pode-se afirmar que a Conferência simboliza a emergência da institucionalização do ambientalismo, e a propagação das correntes de preservacionismo e conservacionismo<sup>16</sup> que impulsionaram a eclosão dos partidos verdes ao redor do mundo todo. Nesse sentido, vale destacar uma diferença fundamental entre as duas correntes, uma vez que, o preservacionismo pode ser descrito “[...] como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)” (DIEGUES, 2010. p. 30), enquanto o conservacionismo preconiza o uso consciente e o manejo adequado dos recursos naturais pelo homem. Ao refletir sobre o pensamento preservacionista, Diegues aponta para o mito moderno da natureza intocada e do mundo selvagem como

[...] uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma ‘proteção total’ (DIEGUES, 2001, p. 53).

---

<sup>16</sup> O preservacionismo, considerado como a ala mais radical das correntes ecológicas, teve como precursor o ecologista John Muir (1838-1914), o “Pai dos Parques Nacionais”. O conservacionismo, anunciador da atual proposta de desenvolvimento sustentável, tem como principal nome Gifford Pinchot (1865-1946). O livro O mito moderno da natureza intocada, de Antonio Carlos Diegues, traz uma análise detalhada sobre a história das escolas de pensamento ecológico, sua propagação no Brasil e, criticamente, pontua as relações de conflito entre leis ambientais e comunidades tradicionais.

Segundo Diegues, esse mito se enraíza em ideologias religiosas, especialmente a cristã e se vincula a alegoria do paraíso perdido. Dessa forma, a apropriação desse pensamento pela máquina política, se revela na idealização dos parques nacionais estadunidenses a partir da

[...] segunda metade do século XIX, pela qual porções de território consideradas 'intocadas' foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essas áreas selvagens foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais. Essa representação do mundo natural, expressa pelos chamados 'preservacionistas puros' como John Muir e Thoreau, constituiu-se na justificativa para a criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas. Esse modelo de conservação chamada de 'moderna' e a ideologia que lhe é subjacente espalhou-se para o resto do mundo. (DIEGUES, 2001, p. 53).

Estes ideais conduzem então, a criação das agências estatais voltadas ao meio ambiente no Brasil. Assim, o histórico de criação das UC's se encontra na mesma esteira do discurso ambientalista ocidental que, quando considera a presença humana em áreas de preservação, o faz sob a perspectiva arbitrária do mundo selvagem, na qual a coexistência entre homens e espaços de preservação simboliza um inconveniente. Dessa forma, confirma-se que o estabelecimento de leis para os espaços de proteção no Brasil, é permeado pela desarticulação entre preocupações ambientalistas e socioeconômicas. Nesse contexto, tal problemática se associa a um agravante específico que, é o fato de grande parte das áreas de preservação ambiental se estabelecerem em áreas de ocupação humana, muitas delas, habitadas por comunidades tradicionais.

Assim, a importação de um modelo de preservação que visa ao atendimento de um turismo seletivo, no qual apenas as classes abastadas têm a oportunidade de desfrutar as belezas da natureza intocada, tem consequências catastróficas para os países mergulhados em problemas sociais. Isso acontece em parques espalhados pelo continente africano, asiático, na Latino América e América Central. Como a ideologia conservacionista

[...] se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as 'populações tradicionais' de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e os primeiros 'ideólogos' dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a 'crise da conservação' (DIEGUES, 2001, p. 37).

Ramachandra Guha (2000), ao refletir sobre as formas pelas quais as perspectivas preservacionistas adentraram o século XX e XXI, aponta para um processo que ele denomina como “Imperialismo verde”. A necessidade em incluir a figura do biólogo para se pensar, de maneira crítica as políticas de preservação, segundo Guha, é fundamental. Ao pensar sobre nas implicações comumente associadas às ações dos biólogos, o autor pondera que “na continuidade dos colonizadores brancos, que julgavam representar os interesses dos colonizados, os biólogos da conservação se arvoram em representantes dos interesses de proteção da natureza nos países do Terceiro Mundo” (GUHA apud DIEGUES, 2000, p. 18).

Sobre as incongruências geradas pela adoção de teorias elaboradas nos países desenvolvidos por países do “sul”, “[...] com o apoio, muitas vezes disfarçado, de grandes organizações conservacionistas internacionais”, Diegues aponta o alcance de resultados catastróficos. Segundo o autor, “se um novo enfoque para a conservação da natureza não for construído e implementado, podemos assistir à destruição impiedosa de nossos ecossistemas tropicais e também da grande diversidade cultural dos povos e comunidades que nelas habitam” (DIEGUES, 2000, p. 41).

Ao tomar as comunidades tradicionais como agentes da manutenção da biodiversidade, pelo profundo conhecimento e domínio das formas de manejo nas atividades de agricultura e extrativismo, Diegues (2000, p.43) defende que “no processo de elaboração das estratégias de conservação, essas populações não somente devem ser ouvidas, como devem dispor de poder deliberativo nos órgãos de decisão, o que raramente acontece em países como o nosso.”

No contexto das comunidades caiçaras, esse processo que ignora os saberes tradicionais se faz sentir, sobretudo, a partir da criação das UC's e simboliza o alicerce dos conflitos entre moradores e órgãos de proteção ambiental. A problemática da exclusão das populações nativas na elaboração de projetos para a salvaguarda da fauna e flora locais é apenas um dos pontos dessa complexa rede de controvérsias, posto que, quando se efetiva a inclusão de agentes internos para o desempenho de funções, isso acontece de maneira verticalizada, na qual os nativos servem como funcionários que emprestam sua mão de obra ao progresso científico, ou, ironicamente, são apenas alvos de projetos na área da educação ambiental. Para ilustrar a questão, apresento um trecho da entrevista com Seo Antônio Cardoso, no qual ele conta sobre uma visita dos funcionários do ICMBio em sua casa. O excerto revela dois grandes problemas comuns ao PNS: a questão do lixo e o cunho verticalizado das relações entre moradores e agentes do parque.

Seo Antônio: Foi um dia, ela veio aqui de novo, conversar comigo aqui. E ela com a federal, conversou comigo bastante coisa, e eu também conversei com ela, bastante e aí ela... no tempo que eu fiquei doente veio aqui trouxe cem reais pra mim.

Thatê: *Quem? A Guadalupe?*

Seo Antônio: A guarda Lupe. Eu juntei cinco mil garrafa pet aqui na praia, ela pegou trouxe aqui pra mim.

Thatê: *Cinco mil garrafa pet nessa praia?*

Seo Antônio: Nessa praia, eu digo só nesse pedaço do porto até a barra do rio, ali. (Aponta com o dedo para a direção de um rio que passa a cerca de um quilômetro de sua casa, a partir da praia).

Thatê: *Meeeeuuu Deus do céu!*

Seo Antônio: Aham...

O discurso de Seo Antonio manifesta uma leitura positiva sobre a relação que mantém com os funcionários do ICMBio, e mostra se sentir “querido” pela preocupação que pareceram demonstrar em seu período de enfermidade. Por outro lado, ele não parece identificar certa subordinação imposta pelas maneiras como se firmam esses vínculos. O empréstimo da mão de obra de um homem com a idade avançada para um trabalho extenuante e imensamente benéfico ao parque, não parece ser recompensada de maneira justa. Seo Antônio se adequa aos interesses de limpeza da Praia Deserta, mas não possui um contrato regulado por leis trabalhistas para desempenhar essa função, o que nos leva a concluir que o trato entre as partes não é uma via de mão dupla. Seo Antônio reside na ponta da trilha da Praia Deserta, distante pelo menos quatro quilômetros dos pequenos comércios da Vila, e teve dois problemas graves com ferimentos nos pés, transtorno que o impossibilitou de caminhar grandes distâncias durante meses. Ou seja, o dinheiro nesse caso não representa solução para suas necessidades que, no momento eram alimentos e remédios. Os cem reais oferecidos a ele por Guadalupe, só reforçam a egolatria e o sentimento de dominação e vantagem de um ser sobre outro.

Conhecida por todos os moradores de Superagui, a controversa Guadalupe, se tornou popular por residir durante mais de duas décadas na Ilha ocupando o cargo de chefia do PNS. Uma situação cômica é a corruptela que os moradores criaram com seu nome, talvez pelo próprio gracejo tão comum ao caiçara de fazer piada com tudo, ou por realmente achar que o nome da chefe é Lupe e o “guarda” é uma adjetivação relacionada ao seu trabalho. O fato é que a maioria dos moradores se refere a ela como guarda Lupe. A guarda Lupe, aparece

inclusive como personagem caricaturesca do episódio 6 da série “Caiçaras”<sup>17</sup>, produzida pela Associação de Cultura Popular Mandicuera. O capítulo intitulado “Ribana” (trocadilho com a sigla IBAMA) é mergulhado num humor contundente e discute justamente a questão da criminalização das práticas de extrativismo no universo caiçara.

**Figura 6 - Amálgama vida e morte**



**Fonte:** Acervo da autora.

A subalternização da sabedoria tradicional permanece como uma das maiores tensões no engendramento entre as políticas de preservação e a manutenção de fatores culturais peculiares nesse modo de vida. Nesse caminho, a história das vilas de Superagui parecem se dividir em um “antes e depois” da instalação do IBAMA e da criação do Parque Nacional, que até os dias atuais não possui um plano de manejo.

A ausência da participação dos moradores na elaboração do plano de manejo é uma história que se arrasta desde a inauguração do próprio Parque. Essa questão se tornou uma das grandes polêmicas no cotidiano da Vila, e gerou indisposições entre a Associação de Moradores e os gestores do Parna, ao ponto de culminar em um conflito judicial. Em junho do ano de 2015, a Justiça Federal do Paraná determinou o acesso dos pescadores artesanais aos estudos e documentos formulados pelo ICMBio.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ekmaNhAmzRI>

A Ação Civil Pública (ACP) que culminou na decisão de primeira instância é da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Paraná. O pedido à Justiça, segundo o que consta nos autos, foi elaborado pelas defensorias porque teriam ocorrido atos de ‘violações dos direitos humanos praticados pelo ICMBio durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui (PNS)’. O parque foi criado em 1989, mas 25 anos depois ainda não tem o plano de manejo (SENKOVSKI, 2015, p. 1).

Esse processo, além de requerer a participação ativa dos caiçaras na produção dos documentos, também questiona uma postura arbitrária dos órgãos de defesa ambiental, no que concerne à criminalização das práticas tradicionais de pesca e plantio. Nesse sentido, a contenda é ainda mais ampla, se considerarmos que as interdições impostas aos caiçaras ainda incluem outros dois órgãos nessa rede de relações; o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e a Polícia Ambiental Força Verde. As histórias de pescadores presos por condutas consideradas como crimes ambientais são frequentes nas comunidades caiçaras e, um dos fatos que corroboram essas ações, é que a própria legislação se apresenta recheada de falhas abrindo brechas para condutas ilegítimas por uma parcela corrompida dos agentes das corporações. Porém, os pescadores, de maneira geral, parecem se furtrar de exercer o direito de denúncia nas entrevistas pelo receio de possíveis represálias. Pode-se afirmar que esse é um dado antropológico altamente significativo, dado que, são informações que não se manifestam enquanto uma materialidade nas entrevistas gravadas, mas se subentende na relação com o grupo. Por mais que a comunidade já tenha se familiarizado com minha presença na ilha, um gravador ligado parece gerar a sensação de que sou uma agente do estado e, dependendo do que será feito a partir das informações concedidas, existe o risco de que os pescadores sejam ainda mais lesados. Contudo, o momento que se segue ao desligamento do gravador simboliza uma oportunidade de desatar os nós dessas tensões silenciadas pelo medo, na qual o real sentimento sobre as condutas da Força Verde pode ser expresso, porque sem a presença da tecnologia eu me dispo da roupagem de pesquisadora e volto a ser a Thatê.

Avançando nessas observações, não há como desprezar uma contradição gritante nas diretrizes de condutas que envolvem os órgãos ambientais. De um lado, as práticas de pesca industrial pelas multinacionais estrangeiras, que, reconhecidamente, depredam a biodiversidade marinha e degradam os estoques pesqueiros em larga escala, são exercidas livremente. Trata-se de atividades de arrasto em larga escala que, aniquilam populações de botos, tartarugas, tubarões, crustáceos, moluscos, cardumes imaturos e corais, que, inutilizados, voltam mortos para o mar. Por outro lado, o caiçara que conhece todas as

dinâmicas de reprodução dos animais da terra e do mar, as lajes<sup>18</sup> específicas para a extração de cada tipo de pescado e todo o manejo das práticas de pesca e agricultura, são tratados como delinquentes transgressores, inimigos da lei.

Em várias conversas não gravadas, ouvi relatos que apontam para a existência de uma minoria de “camaradas” que, de fato, não respeitam as temporadas das espécie em suas atividades, mas por significar uma parcela pequena do total de pescadores, essas pessoas não representam a identidade coletiva nesse espaço. Quanto ao encarceramento arbitrário de pessoas que já vivenciaram essa situação, estive diante de narrativas que apontam sempre para a necessidade do sustento familiar.

Nesse sentido, aponto para uma “linha de fuga”, no sentido pensado por Deleuze e Guattari, que assinala os caminhos de um processo histórico não muito distante. Quando ainda não havia a proibição do plantio, tradicionalmente, a subsistência das famílias caiçaras se produzia com a complementaridade das atividades relacionadas à terra e ao mar. A lógica de se respeitar o tempo adequado para cada trabalho, é atualmente descrita minuciosamente pela ciência, mas obedece aos mesmos critérios utilizados pelas populações tradicionais. Dessa forma, em tempos nos quais ainda se fazia possível manter o modo de vida herdado da ancestralidade, o trabalho na roça se intercalava com a pesca e acontecia de acordo com as estações do ano. No verão a pesca prevalecia, enquanto o inverno era dedicado à terra; com a caça e as atividades nos roçados. Vale pontuar que a pesca servia como alimento das famílias e, somente no caso de haver excedentes, se efetuavam permutas entre moradores e comerciantes. Com a proibição das práticas de agricultura, o sustento das comunidades do Superagui passou a depender exclusivamente da pesca, modificando todas as relações de trabalho e compelindo a comunidade a adentrar um universo, até então obscuro para a maioria dos nativos da Ilha. Essa talvez tenha sido a desterritorialização mais austera vivenciada pela população do Superagui. A necessidade em gerar excedentes que servissem às

---

<sup>18</sup> As lajes marinhas são formações de pedra submersas e acolhem grande diversidade de vida marinha. Em algumas oportunidades que tive de pescar no mar, com o casal Rose e Mauro Squenine, da família que habitualmente me hospeda na Ilha, fui surpreendida pelo notável conhecimento acerca desses “endereços” de pescadores. Nessas situações, como o objetivo era uma pescaria para satisfazer nossas próprias refeições, realizamos a pesca de linhada; que utiliza apenas linha, enrolada em alguma base improvisada (boia de isopor ou lata de alumínio), chumbada e anzol. Em uma bateira (os caiçaras dizem batera, com a tônica no “e”) de madeira a motor, se amarra a tradicional canoa de um pau só. Essa embarcação pequena serve de apoio para o arrasto de uma pequena quantidade de camarão para ser utilizado como isca viva. Mauro se diz “um caiçara legítimo” e demonstra orgulho em ter sido criado na/pela pesca. Nessas experiências, observei profunda competência para o reconhecimento dos lugares nos quais se podem tirar diferentes tipos de pescado. Ancorados em um ponto, atirávamos as linhas e se, ao tempo de aproximadamente quinze minutos, não fosse fígado nenhum peixe, Mauro ligava o motor e navegava por poucos metros, onde, para o meu espanto, vinha um peixe atrás do outro. Cada laje, dependendo de sua profundidade, abriga diferentes espécies de pescado. Assim, em cada uma dessas experiências, sempre voltávamos para casa levando uma espécie predominante no resultado final da pescaria.

relações de comércio, foi uma das grandes rupturas sentidas no cotidiano das famílias em função das proibições que se assomaram à criação do PNS. Sobre esses meandros, escutei diversas histórias (não gravadas) sobre pessoas mais velhas que nunca tinham visto dinheiro. Alguns deles se negaram veementemente a lidar com o “vil metal” até o dia de sua morte.

Se atualmente os pescadores se habituaram as práticas do comércio de pescados, permeada muitas vezes pela presença da figura do atravessador; grande parte dos moradores da Vila se mostra contrária à presença do PNS e atribui ao parque e ao convívio forçado com funcionários do ICMBio, motivo de desgostos e adversidades. Nesse sentido, vale reforçar a ideia de um espírito antihumanista, já apontado por Guha (2000, p. 89), na implantação e gestão dos parques que incluem a presença humana. Segundo o autor, a criação desses espaços, evidentemente, “[...] desconsiderou o interesse dos povos tribais que habitam nessas áreas, por muitas gerações, em favor dos interesses dos amantes da natureza e dos urbanos que querem ver os parques como diversão, livres da intervenção humana”.

O reconhecimento das injustiças de uma desterritorialização forçada da comunidade, da cruel invisibilização dos trabalhadores da pesca e a depredação da vida marinha por parte de grandes empresas, em sua maioria nas mãos do capital estrangeiro, gerou revolta entre os pescadores artesanais do Superagui. Assim, a promoção de debates entre os caiçaras em articulação com ativistas dos Direitos Humanos, culminou em 2008, na criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR). Esse Movimento integra a “Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e Santa Catarina, que inclui também grupos organizados de quilombolas, ilhéus, benzedeiros e benzedoras, faxinalenses, religiosos de matriz africana, ciganos, indígenas e cipozeiros” (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 2013). É também um dos braços do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), que articula as lutas pelos direitos de populações em territórios pesqueiros (lagunares e costeiros), em dezessete estados brasileiros. Criado no ano de 2009, durante a III Conferência Nacional da aquicultura e pesca, o MPP assenta seu principal discurso no enfrentamento à política desenvolvimentista brasileira. O privilégio em formas de leis e subsídios à especulação imobiliária, ao agro e ao hidronegócio, ao turismo de massa, além dos grandes empreendimentos (estatais e privados) de infraestrutura como portos, hidrelétricas, e indústrias de exploração de petróleo e gás; são alguns dos reverses vivenciados pelos pescadores artesanais, que, ao final das contas, produzem cerca de 70% dos pescados no país.

O fortalecimento dos vínculos e do diálogo entre o Moppear e o MPP se mostrou frutífero e rendeu mobilizações significativas para o enfrentamento judicial entre a

comunidade de pescadores artesanais do Superagui e o ICMBio. A dificuldade em compreender os textos técnicos dos documentos oficiais, reforçou a parceria entre caiçaras e pesquisadores na busca por estratégias de resistência. Dessa forma, a pedido do próprio MOPEAR, uma equipe multidisciplinar que envolveu cientistas sociais, gestores e engenheiros ambientais, geógrafos, advogados, biólogos, historiadores, entre outros profissionais, foi reunida no intuito de produzir um parecer técnico que subsidiasse as objeções caiçaras no que concerne à elaboração do plano de manejo no PNS.

Assim, a pauta específica dos debates foi a reivindicação, junto ao ICMBio, do envolvimento na elaboração do plano de manejo iniciado em 2011, sem a efetiva consulta e participação popular. O encontro ocorreu na Vila de Barra do Superagui, mesma localidade onde se situa esta pesquisa, e acolheu moradores de diversas comunidades do entorno sob o lema: “Na terra ou no mar, nós vamos lutar!”. Entre as instituições representadas nos debates

[...] estavam MOPEAR, MPP, associações de moradores das comunidades de Tibicanga, Barra do Superagui, Barbados, Bertioga, Barra do Ararapira e Barrancos (balneário de Pontal do Paraná), as Colônias de pescadores de Matinhos e Guaraqueçaba, Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, MOIRPA (Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná), Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDH), CAOPDH do Ministério Público, Gabinetes dos deputados estaduais Péricles de Mello e Tadeu Veneri, Gabinete da vereadora Cleonice Santos de Pontal do Paraná, Frente Parlamentar dos Povos e Comunidades Tradicionais, Defensoria Pública do estado do Paraná, Defensoria Pública da União, Secretaria de estado da Justiça e Cidadania (SEJU), Coordenação Regional 9 do ICMBio<sup>84</sup>, representantes do ICMBio do Parque Nacional do Superagui, Instituto Federal do Paraná, UFPR (Litoral e CEM), Projeto Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais do Sul do Brasil, Projeto Nova Cartografia Social e prefeitura municipal de Guaraqueçaba (COELHO, 2014, p. 127).

Como encaminhamentos subsequentes ao encontro estão a elaboração do documentário “Na terra e no mar: nós vamos lutar!”<sup>19</sup>, a organização do texto da “Carta aberta à sociedade brasileira do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Litoral do Paraná – Mopear” (Anexo A), e um documento (Anexo B) redigido com a finalidade de solicitar apoio ao movimento junto ao poder público. Os principais objetivos das atividades do MOPEAR são descritos pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) da seguinte maneira

Mapear as comunidades do entorno do Parque Nacional do Superagui envolvidas na proposta de criação de uma Reserva Extrativista Marinha. 2) Promover oficinas de operadores de direitos que instrumentalizem os pescadores artesanais no processo de criação dessa unidade de conservação e na participação na construção do plano de manejo. Realizar cursos de formação que promovam espaços de diálogo na comunidade e facilitem a compreensão das temáticas; produção de materiais audiovisuais, como mapas, cartilhas e vídeos que serão disponibilizados na internet.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCI>

Reivindicar a formalização de uma Reserva Extrativista Marinha que será acompanhada de dados coletados nas comunidades (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 2013 apud MAFRA, 2018, p. 244).

A direção dessas discussões aponta para um movimento de reterritorialização entre os pescadores artesanais, que se iniciou coletivamente há pouco mais de uma década, ocasionado pela incorporação de ideias legalistas sobre a natureza no discurso caiçara, que acabam por formar novos sujeitos de direito.

Somando-se à luta dos movimentos sociais pela defesa das garantias de direitos das populações tradicionais, está a Associação Mandicuera<sup>20</sup> de Cultura Popular, que dentre inúmeras ações no litoral paranaense, é responsável por uma nova onda de popularização do fandango junto aos caiçaras. Das inúmeras ações desenvolvidas pela Associação, vale frisar que, se por um lado os trabalhos se voltam para a manutenção das tradições culturais caiçaras, há outra faceta nessas realizações que revela a compreensão de pertencimento desse grupo de acordo com as especificidades de um tempo e espaço atualizados, também em um movimento de reterritorialização. Um processo evidente de atualização do fazer fandangueiro proposto pelo Mandicuera pode ser observado sob a ótica de inúmeros elementos. A incorporação de instrumentos elétricos nos bailes, a presença de mulheres em espaços antes dedicados apenas aos homens, o uso das ferramentas tecnológicas para a divulgação dos eventos, a participação em editais de fomento à cultura, e, principalmente uma mudança temática nas letras das canções. O impacto do crescimento das cidades, o êxodo de parte significativa da população das comunidades mais afastadas do continente, a diminuição das possibilidades de extração do alimento do mar e da terra, a criminalização das atividades de pesca e um conturbado momento histórico de golpes jurídicos midiáticos são alguns dos fatores que se fazem sentir na eclosão de um movimento de renovação das práticas fandanguieras. A dimensão social do trabalho de mestre Aorélio e seus parceiros, faz concluir que estamos diante de um momento no qual o fandango extrapola seu papel poético e festivo, e se torna arma de politização e engajamento coletivo da comunidade que entende a urgência de se reconectar ao seu próprio campo de significações.

Para encerrar este tópico, proponho a leitura da “Moda da Força Verde”, de autoria do Mestre Aorélio Domingues. Trata-se de um fandango tocado em ritmo de chamarrita, tradicionalmente usado na região de Paranaguá, na abertura dos bailes. Não a toa, essa canção é a primeira do CD “Amanhece, fandango pancada”, lançado no ano de 2017.

---

<sup>20</sup> As ações desenvolvidas pelo Mandicuera serão abordadas em diversos pontos deste trabalho, dada a amplitude e alcance dos projetos executados pelo grupo.

*Moda da Força Verde  
(Mestre Aorelio)*

*Coitado do pescador  
Que precisa de pescar  
Atrás da nota de cem  
Pro pão não deixar faltar  
A turma da força verde  
Estão saindo pro mar*

*A turma da força verde  
Se dizem de autoridade  
Chegando na embarcação  
Eles multam de verdade  
Se a malha não der certo  
Eles mandam pra cidade*

*Eles vem de voadeira  
E prendem nosso pescado  
Depois vão com a família  
Almoçar lá no mercado  
Depois comem com cerveja  
O peixe que foi pescado*

*Eles prendem malha cinco  
E prendem meu gerival  
Não deixam mais dar um cerco  
Não deixam cortar um pau  
Liberam a pesca lá fora  
Dizendo que não faz mal*

*Companheiro Chico Mendes  
Revira no seu caixão  
Vendo o que o ICMBio  
Tá fazendo com o povão  
Usando seu nome ilustre  
Pra acabar com a tradição*

*Coitado do Chico Mendes  
Que está lá no cemitério  
Tá vendo a razão do povo  
De gente que fala sério  
Vê o caiçara sofrendo  
Com a turma do ministério*

*Nem mesmo o meu fandango  
Eu posso mais tocar  
Pra viola de fandango  
Caxeta não retirar  
Os fabriqueiros desistiram*

*De tanta multa levar*

*Vamos dar por despedida  
Bem na beirinha da praia  
Antes que o IBAMA venha  
Proíba tomar Cataia  
Só falta eles proibirem  
De ter um rabo de saia*

A Moda da Força Verde, é inspirada justamente nos desdobramentos dos conflitos de território vivenciados pela comunidade de Superagui, no entanto, as ideias representadas nessa canção servem para uma reflexão abrangente sobre as dinâmicas das lutas encadeadas ao longo de toda a extensão dos territórios caiçaras.

Um dado significativo é que no áudio há várias falas que não foram transcritas no encarte do CD. Durante a introdução da moda, entre o som de viola, rabeca, adufo e um grave baixo elétrico, Mestre Aorélio faz o chamamento aos companheiros de luta.

*Um abraço pro povo de Paranaguá,  
Guaraqueçaba, Iguape e Cananéia!  
Um abraço pro pessoal da Ilha dos Valadares,  
Costeira, Ponta do Caju,  
Barra do Ararapira, Superagui,  
Vila de São Miguel, e é claro,  
Um abraço pro povo do toco mole!  
Amanhece!*

Examinar as diferenças acerca do texto, tal como se encontra no encarte do disco e de falas que foram sendo incorporadas a canção durante o processo de gravação no estúdio, remete diretamente ao acontecimento da performance. Trata-se de elementos que apontam para o texto em trânsito, para a movência do texto oral e também para uma característica que Zumthor (2010, p. 138) constata acerca das habilidades do poeta oral, que “[...] desfruta da liberdade de retocar seu texto incessantemente, como mostra a prática dos cantadores”, o que faz da poesia oral uma elaboração pautada na constante ressignificação da palavra, dos contextos e do mundo daqueles que narram em direção àqueles que a recebem. O introito proposto por Aorélio reforça o sentido da letra e o perfil comunitário do fandango caiçara, além de acentuar a oposição localizada entre as esferas da comunidade e cidade. Esse

performer convoca seus camaradas a se associarem às reflexões sobre um território e um anti-território, no qual a cidade se faz representar por formalidades e leis, e o espaço de solução de conflitos se dá no âmbito jurídico. Diferente disso, na comunidade, a resolução de divergências acontece pelas vivências e relações mediadas pela tradição, porque é a própria tradição que rege os princípios de respeito e limites de conduta.

Não somente a indicação dos locais nos quais estão os interlocutores intimados pelo performer denotam a estreiteza entre poeta e receptores, mas também outras particularidades do universo caiçara se presentificam nessa introdução. “Amanhece” é o grito de guerra nascido de uma tradição no fandango caiçara, que se assenta na prática de só finalizar o baile quando o sol se levanta e; o “povo do toco mole” é uma referência aos fandangueiros, que lidam com a caxeta, madeira mole utilizada na construção dos instrumentos tradicionais. Esses códigos confirmam a ideia de enraizamento dessa poesia e trazem em si a oposição do “nós” e os “de fora”, ou seja, caiçaras e Força Verde. Vale pensar então como essa poesia alça a comunidade ao transmitir percepções, aconselhamentos e revelar a ameaça que o “de fora” (fiscais e policiais) pode representar para o grupo.

A primeira estrofe já aborda de forma crítica e irônica a desterritorialização imposta ao nativo do Superagui quando da criação do PNS. Se antes pescavam para comer, agora têm de trocar o pescado por um pedaço de papel com o desenho de um peixe, trabalho dobrado para, finalmente, obter o mesmo resultado: víveres para a família. Fica o alerta de que a Força Verde não trabalha de fato para coibir as práticas de devastação dos recursos naturais. Equivocadamente, o foco desses agentes, é oprimir o pescador artesanal, baseados apenas em uma postura arrogante e em uma ideia de supremacia conferida por um cargo de autoridade, a Força Verde é então abonada pela farda e pelo motor potente da voadeira que sobrepuja qualquer canoa de pesca.

Ao final da segunda estrofe, é abordada a questão da malha, que deve ter um tamanho específico para cada espécie de peixe. Se o pescado que já foi retirado do mar não conferir com a malha da rede, o pescador é preso e multado, além de ter sua produção confiscada. O final da terceira estrofe aponta para as posturas corruptas comuns aos policiais da Força Verde que, dependendo da quantidade de pescado apreendida, se valer a pena, vendem aos atravessadores, ou, se for pouco, dividem entre eles mesmos. O fato é que os produtos apreendidos, habitualmente chegam ao município de Paranaguá, que apesar de sediar um dos maiores portos do Brasil, ainda mantém, em sua parte histórica e arredores, uma aura de cidade pequena, na qual todos se conhecem. Assim, o Mercado do Café, frequentado por pessoas de todas as camadas sociais, acaba por ser um espaço de arremate e confirmação

dessas práticas desonestas. Esses versos revelam exatamente o contraste entre o mundo urbano, dado pelas relações legais que intermediam a vida em sociedade, e a vida em comunidade, com as relações de “camaradagem” que permeiam as relações de trabalho e convívio entre os caiçaras.

Na quarta estrofe, são mencionadas ferramentas e práticas possíveis apenas no modelo de pesca artesanal. Aqui, novamente é possível perceber a aura de intimidade que une esse coletivo no qual o poeta se inclui, dado o conhecimento das técnicas de pesca e o domínio de termos autênticos do “universo caiçarês”. O gerival é um instrumento parecido com a tarrafa de arremesso e serve para pegar camarão no interior das baías em canoas a remo. Enquanto o cerco é considerado uma técnica milenar de pesca, que no mar conta inclusive, com a colaboração dos botos para cercar cardumes. O cerco fixo se constrói com uma paliçada de taquara e serve comumente à captura de robalos, paratis e tainhas. As duas técnicas indicadas nessa estrofe são utilizadas em áreas mais próximas da praia, ao passo que a liberação da pesca “lá fora” (em alto mar) só pode ser praticada por grandes embarcações, no caso, os barcos pesqueiros industriais.

A quinta e sexta estrofes revelam o reconhecimento da figura de Chico Mendes como “um dos nossos”, um camarada como eles, que também foi levado à luta pelos direitos de uma comunidade invisibilizada pelo interesse do capital. Os seringueiros amazonenses, assim como os caiçaras, foram dizimados pela introdução de agentes externos em seu território, aqui pensado como identidade e pertencimento. Nada mais ultrajante então que usar o nome do seringueiro para batizar um Instituto que, além de não honrar o sangue derramado em prol do desmatamento da Amazônia, se efetiva como o prenúncio da crueldade em relação às possibilidades de manutenção da tradição dessas populações.

Em seguida, na sétima estrofe, a referência aos mestres da *luthieria*, que os caiçaras preferem denominar como fabriqueiros, se apresenta mais um triste capítulo da aniquilação dos saberes tradicionais caiçaras. Ao se verem criminalizados pelo corte da caxeta, madeira utilizada na construção dos instrumentos artesanais, muitos mestres, acabaram por desanimar e desistir do ofício. Sobre esse contexto, a maior ironia se dá pelo fato de que o conjunto de espécies conhecidas como caxeta, apresenta a característica comum de brotar em touceiras, como o bambu. Isso significa dizer, que com o corte correto não se perde madeira, pelo contrário, quando mais se retira maior a possibilidade da touceira se expandir, pois é um tipo de vegetação que exige a poda.

A estrofe da despedida, em um tom bem-humorado, mostra um eu-coletivo que enfasiado com tantas proibições, se permite uma última alfinetada: o que mais do seu

mundo falta cercar? Surpreendente não seria o Ibama coibir a também as possibilidades de divertimento comuns nesse universo: bebericar uma cataia<sup>21</sup> e namorar.

O enraizamento da Moda da Força Verde, tanto pela abordagem de um tema específico que aborda a luta dos pescadores de Superagui, quanto pelos dados de performance dessa poesia, confirma a singular característica da tradição caiçara de uma indispensabilidade do caráter coletivo em todas as formas de relação que permeiam o cotidiano das comunidades. Da mesma maneira, o fazer fandagueiro se assenta nesse mesmo caráter de laços, união e coletividade como únicas formas possíveis de sustentar a sua existência.

Concluo esse tópico ponderando sobre os diversos tipos de riqueza que essa faixa do litoral paranaense abriga. Essa estrada de mangue, rio e mar, representa muito mais que uma notável biodiversidade ameaçada pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Evidentemente, os esforços pela preservação das espécies que compõem a Floresta Atlântica dessa região são indispensáveis, no entanto, quando a questão se avalia de maneira crítica, pode-se perceber que as finalidades das ações de proteção à natureza não ecoam numa ideia de amor ao mundo natural. Salvar o papagaio-de-cara-roxa e o mico-leão-da-cara-preta da extinção parece mais um compromisso em se manter os ícones do endemismo que passou a simbolizar esse espaço. Enquanto o papagaio sai da lista dos gravemente ameaçados, o problema da coleta de lixo, da poluição das águas, da saúde, educação e segurança pública, por exemplo, permanece alarmante em toda a faixa litorânea, por ironia, tão próxima à capital do estado.

Assim pensando, o movimento de importação dos modelos que regem as leis das Unidades de Conservação, não parece um equívoco nada ingênuo. Subtrair de um grupo a possibilidade de se reconhecer perante um coletivo maior é uma manobra com consequências bastante vantajosas aos sistemas de governo neoliberais e que se ajusta aos interesses de uma minoria.

A popularização das Unidades de Conservação em áreas ocupadas por populações tradicionais assenta-se sobre um contraste categórico. A territorialização judicializada do parque, se dá enquanto uma forma de instituir efetivamente esse território de preservação. Não obstante, na prática da tradição, esse território é concebido com base em uma pragmática da religiosidade na relação do homem com a natureza. Isso pode ser

---

<sup>21</sup> A cataia é um arbusto encontrado originalmente na Barra do Ararapira, ponta da Ilha de Superagui e vizinha da Ilha do Cardoso (sul do litoral de São Paulo). Suas folhas são tradicionalmente usadas como remédio e possuem inúmeras propriedades medicinais. A história de sua mistura com a cachaça é mais recente, quando cerca de duas décadas atrás um morador testou misturar as folhas da planta na cachaça. A receita da cachaça curtida ganha uma cor bastante parecida com a do uísque e se popularizou rapidamente, tornando-se a bebida símbolo do caiçara parnanguara e dos ilhéus paranaenses.

percebido sob a ótica da ação sobre o mundo natural como uma relação com o sagrado. Dessa maneira, pode-se afirmar que há um limite de exploração desse espaço, justamente por existir uma força do sagrado que age sobre ele. O fragmento de uma narrativa de Seo Antônio enfatiza justamente essa questão.

Seo Antônio: Deus fez tudo só um. As coisas que fez, o céu, as estrelas, o sol, a lua e o vento, o trovão, né, só fez um. Uma coisa só. O poder é grande, o poder de Deus é muito forte né, ele fez... nós aqui estamos numa fazenda, nós aqui reunidos, que nem um pouco de boi. E ele que nos dá ração. Então você trabalha pra terra ficar forte, porque tudo o que tem na terra, é tudo, você pode procurar saber, tudo depende da água. Peixe depende d'água, né. As plantas tudo, as frutas depende d'água, as árvores depende d'água, os peixes do rio depende d'água, a caça depende d'água, tudo, tudo... os pássaros, tudo depende d'água. É... onde eu vou beber uma água? Onde o peixe vive, né? Na água! Ali tem água salgada, aqui água doce né? (aponta com a mão a direção do mar e do rio) Se essa água salgada seca e não vem, acaba-se a água doce. Então ela tem de vim, pra alimentar a água doce. Isso mesmo, verdade! É coisa bem feita!

O que é então essa religiosidade que se corporifica na relação do homem com a natureza? A fala de Seo Antônio denota profunda compreensão a respeito de um todo harmônico que constitui o universo ao seu redor, assim como, um saber enraizado sobre as relações de interdependência dos elementos da natureza, dentre os quais o homem se inclui. Existe uma simetria entre os fenômenos, fauna, flora e existência humana, abaixo apenas de um poder que ele concebe como uma soberania divina, e da elementar importância da água. Se por alguma hipótese essa água, da qual todos dependem, venha a faltar, isso aponta para uma justiça infalível nessa lógica de conexão com o sagrado, que nada mais é que o conjunto de todas as matérias que constituem o planeta. Assim, a vida só é possível a partir de uma perspectiva na qual o trabalho sirva como prática de permanência na terra e não de acúmulo. Retirar da natureza o suficiente para a conservação da força vital sem jamais explorá-la em sua exaustão. Refletir acerca disso, me leva a constatar a existência de uma mística caiçara com base na cosmologia indígena brasileira, que se perfaz precisamente nessa relação com o limite do agir como a única forma possível de afinação com o sagrado.

## 2 EXPEDIÇÃO 2- PERIGO NA BARRA, NAUFRÁGIOS E MEMÓRIAS

*O mundo em que vivemos talvez seja um mundo de aparências, a espuma de uma realidade mais profunda que escapa ao tempo, ao espaço, a nossos sentidos e a nosso entendimento. Mas nosso mundo da separação, da dispersão, da finitude significa também o mundo da atração, do reencontro, da exaltação. E estamos plenamente imersos nesse mundo que é o de nossos sofrimentos, felicidades e amores. Não experimentá-lo é evitar o sofrimento, mas também não haverá o gozo.*  
Edgar Morin, *Amor, Poesia, Sabedoria*.

Debruçando-se sobre as diretrizes cartográficas é possível compreender que os caminhos da pesquisa são orientados por pistas que guiam percursos. A esse respeito, Passos e Barros (2015, p. 17), defendem que esses critérios se assentam “[...] sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados”. Os autores explicam a inseparabilidade entre o conhecer e o fazer, pesquisar e intervir, o que vem a confirmar que toda pesquisa é intervenção. Dessa maneira,

[...] a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação (PASSOS, BARROS, 2015, p. 17-18).

Buscando revelar a imersão nas experiências que constituem essa pesquisa, organizo a segunda expedição com base em uma colagem das poesias orais testemunhadas nas performances *in loco*, trechos de diários de viagem, e análises dos dados, sob a ótica dos conceitos já apresentados na primeira expedição.

Os diários de bordo, apesar de não terem sido escritos na duração dos deslocamentos, as idas e vindas para a Ilha, servem para trazer à tona algumas reflexões sobre a atividade da pesquisa e a experiência do pesquisador. Tendo em conta que a abordagem cartográfica sempre aponta para a importância do aspecto processual na produção do conhecimento e, se apresenta como uma pista para a construção do pesquisador cartógrafo, Pozzana pontua que

[...] o processo de formação se faz na abertura atenta do corpo ao plano coletivo de forças em meio ao mundo. O aprendizado e a transformação do pesquisador se fazem no acompanhamento dos efeitos das múltiplas práticas de pesquisa, práticas que dão acesso ao plano de onde emergem sujeito, objeto, campo, pesquisador, pesquisados, questões, textos, desvios e mundos. (POZZANA, 2016, p. 48)

O uso dos diários, além de auxiliar na reconstituição dos modos pelos quais o objeto se consolidou, se mostra também como um exercício de composição literária no qual a memória é colocada à disposição da performance para gerar o texto que, materializado na palavra escrita, serve a outras possibilidades de performance por parte do leitor. Dessa forma, procuro

[...] detectar a trama que acompanha o ato de conhecer e de criar um mundo, pois assim nos aproximamos do que engendra o pessoal e o coletivo; nos aproximamos do conhecimento concreto e articulado que tem efeitos políticos, éticos e estéticos. Grande parte do modo como agimos e conhecemos se dá sem atenção e consciência ao que nos acontece. Não nos é dado saber como explorar o plano da experiência, isto não é imediato, requer aprendizagem. Por isso, acessá-lo e descrevê-lo é difícil (POZZANA, 2016, p. 48).

Para reconhecer a malha que concorre com meu próprio processo de territorialização em Superagui, ou seja, da formação de um campo de significações que, ao longo dos anos, agiu sobre mim, enquanto sujeito que passou a compartilhar das linhas de articulação do discurso caiçara, proponho um exercício de escrita sobre o início da formação de um repertório de memórias que compus acerca desse espaço. Na teia de multiplicidades expostas pela vida, busco relacionar acontecimentos que confluem para uma abertura de olhar em relação ao vasto universo caiçara.

Esse trabalho de correlacionar lembranças inclui remexer fatos mergulhados em alguns sentimentos tão íntimos como naufrágios em meu próprio ser, e também, é um exercício de *rememorações* sob uma perspectiva mais objetiva, que toma como foco o estudo, o trabalho e a pesquisa. Aqui, o questionamento: em que momento e espaço fui tomada por esse olhar? O resultado se perfaz invariável. Foi somente a partir da Barra de Ararapira que a potência dos corpos e vozes caiçaras foi percebida por mim.

Minha primeira passagem pela Ilha, se deu no ano de 2006, em um recorte de rota que se iniciou em Ilha Comprida, passou por Iguape, Cananéia, Ilha do Cardoso, na comunidade do Marujá, para dali, chegar em Barra do Ararapira, extremo norte da Ilha do Superagui. Essa história se deu em companhia de quatro artesãos/aventureiros que, naquele momento, seguiam viagem em parceria. Produzindo e comercializando peças artesanais de adorno, eu nunca havia desbravado de tal forma, o litoral do estado no qual eu nasci.

Das primeiras histórias em que atentei sobre a existência de um lugar chamado Superagui, todas elas recaíram em avisos de perigo da maré cheia na passagem da Barra do Ararapira. Desde o Marujá, já havia sabido da inconveniência em se fazer essa travessia num momento inoportuno, porque certamente se trataria de algo fatal. É maré que atira o caminhante sobre rochas e galhadas e faz de alguns descuidados o exemplo do que não fazer. Estes, obviamente, não estão mais no mundo dos vivos a ponto de utilizar a própria voz para contar sua história.

Nós, cinco viandantes, já combinados com um barqueiro, levantamos na madrugada para firmar pés no Rio Ararapira. Esse rio, com sua foz, marca o limite norte do litoral entre o Estado do Paraná e o sul de São Paulo. Fomos recebidos primeiramente por um grupo de crianças, correndo afobadas para ver quem chegava primeiro. Em seus gritinhos e cabelinhos de ventania, eles eram pura energia de vida. Sorrisos de orelha a orelha, caíçarinhas pulando n'água e nos chamando num afetuoso titia e titio.

Chegamos brincando na água, presenteados pela energia das crianças, e achamos justo assinalar esse momento com vários nós. Pulseiras e tornozeleiras amarradas, brinquinhos reluzentes nas orelhas das meninas. Nunca havia presenciado tão calorosa acolhida de crianças. Depois disso, eles assumiram o papel de guias para nos apresentar à vila.

Em poucos minutos, conhecendo um ao outro, um menino carregando uma bandeja com café, canecas e biscoito de polvilho. Perguntei para a criança quem mandou. Ele disse: – Da Dona Tereza, ela sempre manda café para quem chega. Mais um pouco e chega outro garoto, duas arraias pela cauda: – Quer? Meu pai acabou de matar, tá fresco. Respondo: – Não tenho onde cozinhar!

Dali um tiquinho chega o ensopado de arraia preparado na panela, pratos e colheres providenciados pela mãe do garoto. Comemos na varanda da mercearia do Rubens e aproveitamos para comprar as providências que nos serviriam para a travessia da Ilha, da Barra de Ararapira até a Barra de Superagui.

Organizando-nos para a caminhada na Deserta, atestamos a falta de uma ferramenta importante: estávamos sem panela. Fiquei incumbida de arrumar o utensílio e saí pela vila perguntando se alguém poderia me ajudar em troca de um adorno ou um objeto de decoração para a casa. Abordando um e outro que cruzavam esse caminho sem rota, todos me apontaram para uma casa específica. Casinha miúda de madeira sem pintura, sem cerca; como a maioria das casas que há por ali. Aproximei-me da porta de entrada e a primeira coisa que vi foi a bandeja de café que havia nos servido pela manhã. Deitada no chão da salinha de entrada, uma senhora idosa com um lenço branco na cabeça.

- Oi! Foi a senhora que mandou café para a gente? Me mandaram falar com a senhora, disseram que poderia ter uma panela sobrando, a gente está de passagem...
- Eu sei minha filha, já sei de vocês! Vem aqui, entra... não, não precisa tirar o chinelo não. Isso aqui vive cheio de areia.  
Vai que a Dona Tereza queria me dar sua melhor panela, a panela de pressão.
- Pega essa daqui, eu quase nem uso, não gosto de feijão.
- Mas Dona Tereza... não posso levar sua panela maior...dá uma mais velhinha.
- Tudo bem minha filha, leva qualquer uma. Só promete que vai com Deus e se cuida nesse mundo.
- Prometo Dona Tereza!

Abençoada por Tereza, banhada no chuveiro de Seo Rubens, alimentada e bem informada pela comunidade sobre os horários e perigos da maré; segui junto ao grupo no meio da tarde a trilha beira-mar da Praia Deserta. Guardei imagens belíssimas da singeleza da Vila de Ararapira e da natureza onde se edificou essa comunidade. A cor avermelhada da água do rio, seu encontro com o mar e os desenhos que se formam na areia, a vegetação que esconde passarinhos de todas as cores, o assovio do vento, mais o barulho das ondas naquela imensidão de mar.

No intuito de atravessar as distâncias da Praia Deserta, dando sorte, poderíamos encontrar a entrada para Seo Basílio e dormir no rancho dele, mas para quem nunca esteve ali antes, as entradas no mato rasteiro parecem sempre iguais. O cansaço dos caminheiros descansava com o sol. É um treino caminhar no escuro. Mar adentro, as luzes dos barcos, pesqueiros grandes e pequenos, longe da costa. É um exercício se locomover na escuridão, ainda que a lua auxilie com a luz na areia, somos urbanoides que se beneficiam de uma lâmpada no poste.

Existem obstáculos significantes numa praia deserta no escuro da noite. Toco de madeira, trapo de rede, vidro, isopor, pedaço de corda enterrado na areia. Ossadas, casco, dente, costela, espinha. A empolgação inicial da caminhada ruma ao cansaço. As pessoas silenciam, cada qual com seu peso. Alguém cogitara a ideia de armar as barracas ali mesmo, fazer fogueira, comer e dormir.

Vamos tentar mais um pouco, talvez não tenhamos chegado à metade onde é o Seo Basílio. Inspira e segue mais bocadinho. Um próximo passo e um vulto atira a rede ao mar. Puxa e rede e a conversa:

–Opa! Tão vindo de Ararapira?

–É... tamo vindo de lá.

–Vão dormir onde?

– Estamos andando, não sabemos há quanto tempo. Se estiver na altura ainda estamos procurando seu Basílio...

–Ah! Sorte que eu vim aqui pescar! Sou sobrinho dele. A casa dele é por aqui. Vocês estão na entrada do sítio! Mas olha! Se eu não estivesse aqui vocês teriam passado reto né? Para quem não conhece a praia, ainda mais no escuro, não acha as entradas.

Muita sorte mesmo que o Jorge estava lá. Jamais teríamos encontrado a pequena trilha entre a praia e Seo Basílio na noite escura, provavelmente nem mesmo no claro do dia. Nosso anfitrião se mostrou feliz em saber que teria companhia. Rapidamente foi nos mostrando as melhores sombras para armar as barracas e contando sobre os inúmeros caminhantes que já estiveram por ali. Tive a oportunidade de conhecer Seo Basílio, hoje já falecido. A solidão da Deserta fazia com que ele gostasse muito de receber pessoas. Viajantes que ocasionalmente procuravam o seu rancho para se recuperar do cansaço. Embora viúvo e com os filhos construindo a vida fora da Ilha, isolado no meio da Praia Deserta, Seo Basílio não pensava em sair dali. Lembro que um dia perguntei onde ele nasceu, ao que apenas apontou uma árvore e disse: – Nasci embaixo daquele pé ali.

Com ele, eu e meus companheiros de viagem, aprendemos a tirar sarnambi, um marisco de areia com uma bomba de sucção feita de cano de pvc. Com esta mesma ferramenta, pegamos um punhado de corruptos, crustáceo que nos serviria de isca para a pesca no braço de rio que passava a uns dois quilômetros dali. Os peixes e os frutos do mar fizeram render nossas refeições e, meu gosto pela cozinha me fez dirigir as caldeiradas num fogão à lenha que tanto me ardia os olhos. Arroz ou macarrão, o peixe e apenas sal, alguns tomatinhos do mato e alfavaca. Seo Basílio se queixava por não ter mais a força de cuidar da horta e contava das porções de coisas que cultivava em seu sítio antes de começar a sentir as fraquezas trazidas pela diabetes. Enquanto eu percebia que, na verdade, as refeições se tornavam nutritivas não pelos ingredientes que iam para a panela, mas pelas histórias que temperavam as horas ali vivenciadas. Seo Basílio era um grande contador. Os dias na Deserta

passaram-se praticamente dentro da cozinha de fogo<sup>22</sup>, onde Basílio desenrolava causos dos mais diversos motes. De noite, indo para a barraca, cheguei a sentir medo das histórias de assombração que ele contava. Reuníamos-nos perto da fumaça para evitar os mosquitos e conforme a lenha queimava Basílio ia contando as coisas, os causos, ensinando o que é a vida naquelas paragens, tecendo a rede, atirando iscas. Pescando-nos. Além das histórias de assombração com noivas, marinheiros e índios fantasmas, mais os seres encantados do mato e do mar, ele era o homem das adivinhas. Nunca vi uma pessoa saber tanto “o que é o que é”. Não repetiu nenhuma charada durante as noites em que alimentamos a lenha em seu fogão. Nós, por nossa vez, não acertávamos um desafio. Ele se envaidecia em perceber que sempre ganhava.

Seu Basílio era avô de um moço, recém-casado, que mora na Praia Deserta até os dias de hoje, o Odair, que eu sempre troco o nome com Edmir, o neto do Seo Antônio. Nesse tempo a costa da Deserta abrigava quatro moradias ao longo das quatro dezenas de quilômetros. Na ponta da trilha Antônio Cardoso, Dona Rosa mais adiante, esse neto do Basílio, o próprio Basílio e um tal Antônio Dias, o vilão de Superagui. Esse nem vale a pena contar suas histórias. Sei que o neto do Seo Basílio, o Odair tinha uma charrete e uma mula, a Madona. E aconteceu que na noite anterior à nossa despedida o neto visitou o avô. A dupla mula/humano fazia frete para os peregrinos que se aventurassem por ali. Acabamos por combinar o restante de praia com o auxílio da Madona e da carroça.

No dia da partida até pose para foto seu Basílio topou. Nos fez prometer que voltaríamos logo, que ele gostava muito de ter gente por ali, que sua vida era “muito sozinho”, e ele tinha gostado da gente. A Madona, usada como tração animal levaria as duas mulheres e as mochilas de todos. Os outros três humanos iriam caminhando. Mas se deu que o pneu da charrete já tinha chegado furado num esporão, ou caco de vidro fincado na areia. Numa Praia Deserta em frente a um mar de tantos caminhos se encontra de tudo: desde bóias de embarcação, até ossada de baleia. Antes de sair do Seo Basílio tentamos dar um jeito no pneu, mas, sem remendo algum que coubesse ao conserto, da Madona, suou e não entregou os pontos. Quando vimos que a mula estava realmente cansada, descemos e tiramos os pesos da carroça para aliviar um pouco para ela. O neto de Seo Basílio não se cansava de dizer o quanto a Madona era uma grande companheira de trabalho e amiga de vida. Contou que, às

---

<sup>22</sup> A cozinha de fogo, assim como a denominam os caiçaras é, normalmente, um cômodo isolado do resto da casa, edificado a parte e que abriga o fogareiro da lenha. É utilizada para o preparo de alimentos e, sobretudo para o café, que habitualmente passa o dia mantido aquecido na brasa. É também o espaço de grande parte do exercício da oralidade e do conforto longe dos insetos que fogem da fumaceira. Ainda hoje, essa tradição se mantém, principalmente entre os mais velhos, que optam tanto pelo sabor da lenha, quanto pela economia do botijão de gás.

vezes, ele tomava cataia demais na vila e a Madona o levava em segurança para casa, sem guia, pois conhecia o caminho de cor e salteado. Madona foi muito elogiada e trabalhou bastante arrastando na areia dura a charrete até a Vila de Superagui.

Despedindo-nos da Madona e do Odair, ficando com mais três quilômetros de trilha para a vila pela frente. O calor subia da areia, de baixo para cima e dificultava a respiração, estava extremamente quente. Estávamos sem água, exauridos. Foi um alívio imenso enxergar as primeiras casinhas, cachorros e pessoas ao aproximar-se da outra Barra. Passamos o dia por ali e nos programamos para partir no dia seguinte.

Acordados pelas luzes do amanhecer, logo a buzina do barco e, a primeira triste despedida da Ilha. Se não me engano o barco era o Megatron. Dessa vez sei que conheci a Ilha ao contrário. De Ararapira à Superagui. Depois descobri que, para as ilhas do Paraná, a partida mais cômoda é a partir de Paranaguá, cenário a ser explorado no próximo tópico.

Hoje compartilho de histórias com outros viajantes, artistas e trabalhadores, que acabaram por fazer de suas vivências, recortes encantados do Superagui. Dessa maneira, percebo que a construção de um trabalho fundamentado nas multiplicidades desse espaço, dessa cultura e dos sujeitos que se reconhecem nesse universo, também deve abarcar uma síntese das memórias que me levaram a reconhecer esses inúmeros territórios.

Meu corpo já havia se movimentado por Iguape, Cananéia e Ilha do Cardoso, espaços importantes que também sediam as tradições caiçaras. No entanto, indubitavelmente, asseguro que foi a partir da experiência de recepção das crianças na Barra do Ararapira, do contato com Dona Tereza e das vivências e aprendizados com Seo Basílio, que experimentei e fui afetada pelas intensidades dos corpos caiçaras.

A plenitude, a vivacidade e a intensidade das trocas iniciadas a partir dessa primeira viagem ao Superagui, é que desencadearam os movimentos de desterritorialização e reterritorialização que concorreram para as experimentações do Corpo sem Órgãos (CsO), pensado por Deleuze e Guattari.

O que posso dizer de tudo isso? Apenas sei que até hoje tenho receio de caminhadas na Praia Deserta. Ela tem piratas, fantasmas e até areia movediça. E eu acredito em todas as histórias que ouvi, pois creio na voz.

**Figura 7 -** Gaiivotas em dia nublado/Praia Deserta



**Fonte:** Acervo da autora

## 2.1 INDÍGENAS, JESUÍTAS, AFRICANOS E OS MARUJOS EUROPEUS

*Ondas do mar de Vigo,  
se vistes meu amigo!  
E ai, Deus!, se verrá cedo!*

*Ondas do mar levado,  
se vistes meu amado!  
E ai Deus!, se verrá cedo!*

*Se vistes meu amigo,  
o por que eu sospiro!  
E ai Deus!, se verrá cedo!*

*Se vistes meu amado,  
por que hei gran cuidado!  
E ai Deus!, se verrá cedo!*  
Martín Codax, Barcarola Trovadoresca

*Encontrei com Sinsará  
Na beira do mar chorando  
A causa de uma conchinha  
Que a maré ia levando  
Sinsará ficou chorando.*  
Repertório tradicional do fandango caíçara

Sabe-se que o princípio do domínio ibérico em terras brasileiras se deu a partir do litoral e, de onde atracaram os famosos veleiros, temos após alguns séculos, de norte

a sul do Brasil, toponímias diretamente derivadas da família tupi-guarani. São nomes potiguaras, caetés, tamoios, tupiniquins e tupinambás, entre outros que, resistem historicamente, nomeando cidades e estados em um país de dimensões continentais. Outro fato reconhecido, é que o estudo desses topônimos só ganhou peso, a partir do momento em que foi descrito por pessoas externas a essas culturas que documentaram as palavras ditas entre os indígenas.

Quanto ao o nome de Superagui, a primeira vez que apareceu grafado em uma obra publicada e lida por pessoas ao redor do mundo foi no diário do aventureiro mercenário alemão Hans Staden. Publicado na Alemanha no ano de 1557, e traduzido rapidamente para inúmeros idiomas na Europa, os relatos de Staden despertaram interesse de leitores desde seu aparecimento e, até hoje, são utilizados por antropólogos, historiadores, biólogos e botânicos, dados os detalhes que fazem dessa obra quase um compêndio sobre fauna e flora locais, além de descrever o vocabulário e os hábitos dos povos originários.

As questões sobre a tradução da obra para o português são bastante polêmicas. A primeira versão do texto nesse idioma foi traduzida a partir de uma edição francesa já traduzida da versão latina, no entanto, o trabalho feito por Tristão de Alencar Araripe, em 1892, é atualmente considerado irrelevante para pesquisadores<sup>23</sup>. A versão mais utilizada para estudos é a de Alberto Löfgren, traduzida diretamente do alemão em 1930. No Brasil, as publicações dos diários de Staden foram intituladas de diferentes maneiras: *Hans Staden: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*; *Duas Viagens ao Brasil*; *Viagem ao Brasil*; e *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. O que poucos costumam apontar é que o título original dessa obra “[...] é bastante extenso e não menciona o nome ‘Brasil’. O frontispício da edição original de Marburg, de 1957, registra, como título e em forma piramidal, as seguintes palavras.”<sup>24</sup>

DESCRIÇÃO VERDADEIRA DE UM PAÍS DE SELVAGENS

NUS, FEROS E CANIBAS, SITUADO NO NOVO

MUNDO AMÉRICA, DESCONHECIDO NA TERRA

DE HESSEN ANTES E DEPOIS DO NASCIMEN-

TO DE CRISTO, ATÉ QUE, HÁ DOIS ANOS,

<sup>23</sup> A primeira edição brasileira da obra, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ter sido traduzida a partir de uma versão que também não se originou do alemão, é pobre em notas e contém diversos erros.

<sup>24</sup> O comentário supracitado não é assinado por nenhum autor. Apenas consta como “Prefácio à presente edição” e consta na versão que utilizei para este trabalho, da Editora Martin Claret, do ano de 2010.

HANS STADEN, DE HOMBERG,  
 EM HESSEN, POR SUA PRÓPRIA  
 EXPERIÊNCIA, O CONHECEU  
 E AGORA A DÁ A LUZ  
 PELA SEGUNDA VEZ,  
 DILIGENTEMENTE  
 AUMENTADA E  
 MELHORADA.

O tom indômito dos povos e da terra brasileira, que Staden procura evidenciar nesse frontispício, para muito além de um olhar eurocêntrico, claramente é uma estratégia para atrair leitores e principalmente conquistar a simpatia da “sereníssima alteza Príncipe H. Philipsen” da Alemanha, a quem ele dedica o livro. Fiando-se ainda em um prefácio do Doutor Johann Dryander, um catedrático de medicina da cidade de Marburg, o que aparenta ser o desejo maior do mercenário, é que o príncipe acredite que o autor não está a contar anedotas. Obviamente, uma leitura anacrônica das formalidades e religiosidade exacerbada de Staden tanto no prefácio quanto no discurso final da obra, faria concluir que o autor usa de certo “coitadismo” para ganhar a confiança e credulidade dos seus interlocutores. Por outro lado, sabe-se que o trabalho literário de ficcionalização dessas vivências em terras brasileiras acontece a partir do olhar do autor e de sua construção cultural. Dessa maneira, é um exercício no mínimo prazeroso, divagar como seria a voz do indígena relatando sobre os encontros com Staden e o seu apavoramento pela perspectiva de servir como alimento aos “selvagens”, que os europeus nunca se envergonharam em escravizar.<sup>25</sup> Evidentemente, eu não fui a única a me divertir com esses pensamentos. Os modernistas do Movimento Antropofágico produziram verdadeiras preciosidades a partir dessas ideias, abrindo caminho para inúmeras reflexões ao longo do século XX, que frutificaram vários trabalhos em diferentes linguagens artísticas, mas este já é outro assunto.

---

<sup>25</sup> Ironicamente, a captura de Hans Staden pelos Tupinambás se deu justamente em um momento em que o alemão estava à procura de um indígena Carijó que havia sido escravizado por ele. Transcrevo alguns trechos do capítulo XVIII, no qual a desventura é descrita. “Tinha comigo um selvagem de uma tribo denominada Carijós, que era meu escravo. Ele caçava para mim e com ele fui às vezes ao mato. [...] No dia anterior tinha eu mandado o meu escravo para o mato a procurar caça, e queria busca-la no dia seguinte para ter alguma coisa que comer, pois naquele país não há muita coisa mais, além do que há no mato. Quando eu ia pelo mato, ouvi dos dois lados do caminho uma grande gritaria, como costumam fazer os selvagens, e avançando para meu lado. Reconheci então que me tinham cercado e apontavam flechas sobre mim e atiravam. Exclamei: ‘Valha-me Deus!’ Mal tinha pronunciado estas palavras quando me estenderam por terra, atirando sobre mim e picando-me com lanças” (STADEN, 2010, p. 67-69).

A primeira viagem de Staden ao Brasil, a partir de Lisboa, durou pouco tempo, mas contou algumas aventuras. No ano de 1547, as caravelas escoltam a nau, desaportando da Península Ibérica rumo ao Novo Mundo para

[...] traficar e tinha ordens de atacar os navios que comerciavam com os mouros brancos da *Barbaria* (África Setentrional). Também se achasse navios franceses em tráfico com os selvagens do Brasil devia aprisioná-los, bem como transpostar alguns criminosos sujeitos a degredo, para povoarem as novas terras. (STADEN, 2010, p. 35).

Ataques e fugas em terra e no mar, tempestades, conflitos com povos originários no estado do Pernambuco, combates entre portugueses e franceses, naufrágio e enfim, o retorno para a Europa.

Dois anos depois, já na segunda viagem, Staden desatraca de Sevilha, passa por Lisboa e segue como artilheiro de uma nau portuguesa que se destinava ao Brasil em 1549. Viagem deveras rica em imprevistos e desacertos, é aqui que Superagui se torna cenário de peripécias e localidade – geográfica e simbólica – de compartilhamento entre naufragos. Logo no capítulo VII do livro, a narrativa se desenrola sobre os temores de um novo naufrágio.

Também não podíamos nos arriscar a entrar num porto desconhecido, pelo que cruzamos em frente à terra. Começou a ventar muito, de tal modo que temíamos ser atirados contra os rochedos, pelo que amarramos alguns barris vazios, nos quais pusemos pólvora, bem jungidos, e neles amarramos as nossas armas, de forma que, se naufragássemos e alguns escapassem, teriam com que se defender em terra, porque as ondas levariam os barris para a praia (STADEN, 2010, p. 50).

Pelo relato, é possível notar que os navegantes estão na passagem da barra de Superagui, o tão temido banco de areia de onde se pode ver a praia<sup>26</sup>, mas não reconhecem o porto e os sinais que o primeiro oficial havia dado aos marujos.

Continuamos a cruzar, mas de balde, porque o vento atirou-nos contra os rochedos e parcéis com quatro braças de água, e à vista dos imensos vagalhões havemos de aproar para terra, na persuasão de que todos íamos perecer. Quis Deus, porém, que ao chegarmos mais perto dos escolhos se nos deparasse um porto, no qual entramos. Aí avistamos um pequeno barco que fugiu de nós e se escondeu por detrás de uma

---

<sup>26</sup> Aqui reproduzo uma transcrição de Mada, em relação ao mesmo espaço atravessado por Staden. quando eu lhe pergunto sobre a relação com o mar. Ela me relata sobre o medo e o respeito. Mada – Eu acho que os dois né? Os dois anda junto assim. Porque EU tenho medo. Sabe? Tenho medo quando eu estou lá bem no meio do mar agitado, já peguei ALTOS MAR! NOSSA MÃE! Já peguei de estar com meu filho, com o Jailson e esse mais novo engessado, de pegar um mar aqui na Barra vendo o Superagui, sabe? Tendo visão que você tava chegando em casa e... de pegar um mar o mar entrar... a onda vim tão grande dentro do barco que... o barco... o motor virou um chafariz de água! (sorrindo) Sabe aquele negócio de você olhar assim, de você olhar tudo aquilo e olhar para o seu filho e aí, vindo outra onda, de você saber que você ia morrer ali sem... tipo sem poder fazer nada e sem... e vendo Superagui de frente assim.  
Thatê – Porque é pertinho né?  
Mada – É pertinho!

ilha, onde não o podíamos ver, nem saber que barco era; porém não o seguimos. Deitamos aqui âncora, agradecendo a Deus que nos salvou; descansamos e enxugamos a nossa roupa (STADEN, 2010, p.50).

Depois de chegarem ao porto, o relato prossegue explicando que, algumas horas depois, foram visitados por uma embarcação grande carregando tupiniquins que tentaram travar contato com os viajantes. Dadas as dificuldades linguísticas, não foi possível travar grandes comunicações. À noite, foram novamente visitados e dessa vez os índios se fizeram acompanhar por dois portugueses, que se mostraram surpresos por terem passado a barra mesmo com vento e tempestade. Essa parte do livro de Staden reforça a ideia de que a Península, hoje Ilha do Superagui, foi o local de início do povoamento da região que atualmente corresponde ao território do Paraná. A narrativa do encontro com os portugueses e tupiniquins prossegue da seguinte forma,

Contamos-lhes então tudo e como o vento e as ondas quase nos fizeram naufragar; e quando nos julgávamos perdidos, ganhamos inesperadamente o porto. Foi, pois, Deus que nos guiou milagrosamente e nos salvou do naufrágio; e nem sabíamos onde estávamos. Ao ouvirem isso, admiraram-se muito e agradeceram a Deus e nos disseram que o porto onde estávamos era Supraway (STADEN, 2010, p.50-51).

Não é de se causar estranhamento que Superagui tenha aparecido nos diários do alemão, justamente como espaço de uma narrativa de naufrágio, embora muito da natureza naquele pedaço inter ilhas tenha se transformado. Há problemas gritantes relacionados a várias questões: assoreamento em função de obras do Porto de Paranaguá, que interfere em toda a região, desmatamento, queimadas, lixo na terra, no mangue e no mar. Porém, os perigos de travessia da barra são permanentes e continuam inalterados desde que se sabe sobre a existência dessa estreita faixa que serve como passagem há séculos para os navegantes. Os caiçaras paranaenses, portadores de histórias marcadamente trágicas desse pedaço de mar, que o digam.

O rápido sucesso editorial dos diários de Hans Staden, em uma Europa de pouquíssimos leitores, apresenta então ao mundo esse recanto ignorado até os dias de hoje e faz saber que nas longínquas terras brasileiras, há um porto em uma ilha de difícil acesso, num lugar chamado “Supraway”.

**Figura 8** - Chegada ao abrigo de Superagui, que fica do lado norte da baía de Paranaguá



Fonte: Staden (2010, p.51)

Na apresentação de sua obra *Superagui: informações históricas*, o folclorista José Carlos Veiga Lopes<sup>27</sup>, explica que a origem exata do topônimo não foi descoberta em sua pesquisa. No entanto, ele afirma que os diários de Hans Staden servem como a primeira referência de registro sobre o lugar. No capítulo em que Superagui é cenário de naufrágio e encontros com europeus e indígenas, Lopes expõe que Staden se utiliza das seguintes grafias

[...] *supraway* no texto e *suprawa* no mapa (*Supraway*, nome que poderia se transformar em *Superavaí*, *Superaguai*, e finalmente *Superagui*). Ele deve ter ouvido o nome dos portugueses que ali encontrou, ou então dos índios, que, segundo ele, lhe disseram os lusos, que eram Tupiniquim, e escreveu a narrativa das viagens, seis a sete anos depois, na língua alemã, conforme entendeu; observe-se que a letra “W” em alemão tem som de “V” (LOPES, 2009, p.7).

Em uma linha investigatória, que segue uma cronologia “pós diários de Staden”, o historiador revela que o segundo registro histórico mais antigo data do ano de 1614, na carta de sesmaria de Diogo de Unhate. Segundo Lopes, o original deste documento guardado no Arquivo do Estado de São Paulo está danificado e somente se pode observar as

<sup>27</sup> José Carlos Veiga Lopes, apesar de sua formação em Engenharia Civil, foi um grande historiador a se debruçar sobre os espaços e as tradições paranaenses. Seguindo o caminho aberto pelos folcloristas Inami Custódio Pinto, José Loureiro Fernandes e Fernando Corrêa de Azevedo, Lopes desenvolveu intenso trabalho junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e foi presidente da Academia Paranaense de Letras. Suas publicações se dividem em estudos históricos e produções literárias, principalmente na arte da contística.

letras *peragu*. “Mas Romário Martins e Francisco Negrão citam o memorial descritivo na íntegra, com a palavra Superagui” (LOPES, 2009, p.8).

É notório que todos esses registros bebem de uma fonte óbvia quando concluímos que Superagui já possuía essa designação muito antes da invasão ibérica. Dessa maneira, os pesquisadores que se voltaram ao contato com indígenas e, junto a eles, construíram estudos sobre suas etimologias, certamente, podem contribuir com reflexões mais profícuas que essas descrições.

Busquei profundidade comparativa entre história oficial e história construída de forma coletiva entre pessoas que mantêm relações horizontais para a edificação do conhecimento. Dessa maneira, usufruí também do contato via internet com gente que pudesse me auxiliar nessas investigações. Na trama desse rizoma, troquei algumas palavras com o biólogo e ornitólogo Fernando Costa Straube, um dos colaboradores que figuram na apresentação do estudo de Lopes. Straube gentilmente me explicou sobre seu estudo do topônimo, reiterando que sua sugestão recai sobre a união das palavras *so’o pira guy*. “[...] onde *so’o* é carne, *pira* é peixe e *guy* um sufixo para coletivo (abundância), ou seja, *lugar onde tem muita carne de peixe*” (LOPES, 2009, p.8). Interessante, é que quando pude reconhecer as radículas deste trabalho, primeiramente elas se construíram pelo suporte da voz.

Sobre a palavra Superagui, ouvi falar de mitos fundadores que explicam de outras formas a etimologia do topônimo, inclusive reconhecendo a raiz indígena do termo, mas com uma configuração completamente diferente dessa informação sobre a carne dos peixes.

Em uma das oportunidades de entrevista com Madalena, pude apreciar em sua performance, as duas narrativas recorrentes no imaginário da comunidade, sobre as significações do nome de Superagui. Com Mada, elas desabrocharam depois de um estímulo de minha parte, quando perguntei se ela conhecia histórias dos antigos veleiros que por ali passaram e deixaram registros inclusive de embarcações piratas no entorno. Das diversas histórias não gravadas que pude acessar, muitas delas apontam para fatos que podem ser confrontados com a história oficial, e a narrativa do veleiro pirata *Louise*<sup>28</sup>, quando de sua passagem por Paranaguá em 1718, é um dos exemplos de ocorrência dessas comparações que pude tecer com base na pesquisa histórica.

Assim, buscando satisfazer uma curiosidade acerca desse repertório, acabei por contemplar novamente as narrativas que se constituem como mitos fundadores do

---

<sup>28</sup> A história do insucesso da embarcação armada Louise na investida contra o galeão Le François, apesar de já contar três séculos, é bastante viva na voz das comunidades da Baía de Paranaguá.

Superagui.

Mada: É. Hoje em dia ele (seu amigo Marcelo) já foi embora aqui da Ilha, mora em Curitiba. Mas ele me falava muito dessa... dessa história desse veleiro. Que a feiticeira era uma índia, isso, que ela se chamava Piragui... é essa história então que você escutou... (risos)

Thatê: *É! Então, eu acho que é essa mesma!*

Mada: Ele me falava dessas histórias sabe? (risada) Desse veleiro que tinha afundado aqui, eu acho que era no ano de 50, mais ou menos, daí tinha uma, uma feiticeira e o nome dela era Piragui e daí por isso que foi fundado o nome de Superagui. Né, por causa dessa feiticeira. Diz que ela era muito linda, ela saía cantando e enfeitando os pescadores que tavam em volta, levava pro mar, os pescadores não voltavam mais (risos) Nossa eu achava incrível ele contar isso! (a voz revelando o riso da boa lembrança) Lógico que a gente não sabe se isso é verdade né? Igual a do bambuzal!

Thatê: *Não, mas independente, né?*

Mada: Eu escutava ele falar isso assim né? E por isso que foi se chamado Superagui. Porque essa índia ela se chamava Piragui né? E ela era uma feiticeira. Daí não sei, daí a gente começou a estudar e começou a ter uma versão diferente do nome de Superagui né? A versão já é a da água. Não sei se você já escutou a história da água já.

Thatê: *Já! Mas conte!*

Mada: Então! Daí o professor explicava pra nós que os índios vieram morar aqui e... e na nossa comunidade aqui, de fato, não temos água. Sabe? A gente não tem água aqui. A água que vem é de uma cachoeira, de uma mini cachoeira que é aqui pra cima. Lá no morro, é. E aí os índios começaram a andar junto com o Willian Michaud que foi um dos primeiros moradores daqui, de fato que tem uma ruína! Não sei se você já chegou a ver.

Thatê: *Não.*

Mada: Então, tem uma ruína, um pouquinho mais pra baixo da cachoeira, uma ruína ENORME assim, de construção que era uma *big* de uma casa, que era dele. É... e eles começaram a caminhar morro acima e acharam essa cachoeira, acharam essa cachoeira e é uma ótima água aqui (barulho de rojão) é o que nós tomamos aqui né? E eles acharam essa água e começaram

a gritar do morro abaixo assim, pra quem tava no morro pra baixo eles começaram a gritar. – Nossa! Aqui tem uma super água! Nossa! Que água deliciosa! Tem uma super água aqui! – Daí começaram um para o outro. Oh! Tem uma super água aqui, olha a água, uma super água aqui. E daí foi indo que foi derivado Superagui, que é uma “super água aqui”! Né? Isso que foi, que o professor contava as histórias das pessoas antigas. Que meu professor era muito velhinho sabe?

Thatê: *Você foi aluna do Vicente?*

Mada: Fui aluna do Vicente, aham! E ele que explicava pra nós assim da questão do nosso nome, do Superagui, era disso. Que ele já escutava o pai dele falar. O professor João Luís, que também era um professor da nossa professora que tinha falecido, que também contava essas histórias da água... então que eu acho que é uma coisa mais concreta que da índia, sabe? Daí a gente começou a ver que, eu acho, que o mais certo é o da água do que da índia.

Em sua performance, Mada presentifica três figuras em sua narrativa. O amigo Marcelo que, apesar de ser uma pessoa “estudada”, é mencionado para ilustrar uma história na qual a própria narradora se mostra descrente, e questiona o caráter de veracidade desse mito da índia Piragui. Marcelo é tido por Madalena como alguém que gosta de contar histórias, mas talvez por ser jovem e pelo fato de pertencer a um mundo exterior ao seu, não merece a mesma credibilidade conferida a seus pares. Em contrapartida, Vicente foi mestre durante décadas na escola de Superagui e professor da maior parte das pessoas com a sua própria idade, além de ser um nativo da Ilha. Já Willian Michaud é o herói do Superagui, um patriarca e líder comunitário que veio da Suíça, mas deixou ali plantada uma semente genética e simbólica pela representação do seu amor por aquela terra. Essas são, de fato, duas apropriações que emprestam à Madalena autoridade essencial para narrar a formação do Superagui. Outra questão que se pode notar por meio desse relato é o cruzamento de espaços temporais, que segundo Zumthor (2010, p.168) podem tratar de diferentes manifestações: tempo convencional, natural, histórico ou livre. Dessa maneira, a poesia gerada pela performance de Madalena esteve envolta no tempo convencional, que é o da própria performance, e a um tempo histórico que “[...] marca e dimensiona um acontecimento imprevisível e não ciclicamente recorrente, concernente a um indivíduo ou a um grupo” (ZUMTHOR, 2010, p. 170).

A primeira narrativa sobre a índia Piragui, pode ser considerada, no sentido proposto por Deleuze e Guattari, uma territorialização mais próxima a uma linha de fuga desse rizoma, pois trata de uma significação que se distancia do caráter de veracidade que Madalena deseja me apresentar. Dessa maneira, já que a tradição acolhe o mito da índia feiticeira, mas não confere legitimidade a ele, a performer o insere em seu relato como um contraponto e um introito do que ela realmente pretende me revelar. Já a conectividade com a história da água contada pelo professor indica um peso de territorialização e tessitura desse mapa, na medida em que remete ao colonizador mais notável do universo sógnico de Superagui e marca a identidade da narradora junto ao seu grupo.

Ainda que o mito fundador da “Super Água” incluía William Michaud como personagem principal da origem toponímica de Superagui, sabe-se que as terras da região da Baía de Paranaguá, quando da invasão portuguesa no Brasil, eram habitadas por indígenas carijós e tupiniquins.

Desconhecendo todas essas histórias, em minha primeira viagem a partir de Paranaguá, pela estrada de mangue, rio e mar, com destino a Superagui, ainda não havia atinado que o aventureiro alemão Staden havia estado nos mesmos locais que estive, claro, transformados pelo tempo e pelo homem, séculos antes.

Paranaguá, o grande mar redondo e também a possível Terra sem Males dos Mbyá Guarani, permanece como o ponto de partida mais facilitado rumo às águas de Superagui. Ainda que a Ilha pertença ao município de Guaraqueçaba é junto aos parnanguaras que se acessam questões relativas a comércio, saúde, educação e trabalho em geral. Também por isso, o movimento migratório dos habitantes que rejeitam o isolamento da Ilha é mais intenso em direção à cidade de Paranaguá, espaço que abriga o maior porto graneleiro da América Latina.

Chegar ou despedir-se de Paranaguá significa passar pelo Rio Itiberê e inevitavelmente cruzar com uma construção colossal, histórica e belíssima. Trata-se do primeiro colégio paranaense, inaugurado em 1755, quase um século antes do Paraná se tornar uma província independente de São Paulo. Em um momento em que esta Comarca era palco de disputas entre espanhóis e portugueses<sup>29</sup>, os jesuítas fundaram o Colégio, ensinando latim e religião em troca de donativos para compra de escravos e doações de terras para suas fazendas de agricultura e pecuária. O local que atualmente sedia o Museu de Arqueologia e Etnologia

---

<sup>29</sup> Pelo Tratado de Tordesilhas, o território correspondente ao Paraná era de propriedade espanhola. O acordo explica a forte presença portuguesa em terras do litoral, considerado oficialmente o espaço de direito da Coroa Portuguesa.

da UFPR, nas mãos dos jesuítas, teve apenas quatro anos de funcionamento, dado que em 1759, o Marquês de Pombal, ministro português, determinou a expulsão da Companhia do Brasil.

O colégio parnanguara representa meramente o final de uma história bastante ampla que se iniciou em Superagui. Ali, no ano de 1606, os jesuítas alicerçaram a primeira casa de missões na Comarca do Paraná, mantendo no local um enorme e produtivo sítio de caráter agropecuário. Foi a partir da missão em Superagui que se iniciou a expansão dos domínios jesuítas no sul do Brasil. O colégio à beira do Itiberê é resultado de uma negociação entre os religiosos e a Câmara de Paranaguá que, “Segundo todas as indicações, com o transcorrer do tempo, não satisfeitos com a ‘casa pobre de Superagui’, desejaram fosse construído um colégio em Paranaguá” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018).

Em todas as minhas passagens pela Cidade Mãe do Paraná, antes de embarcar para a Ilha, dou uma passada no Museu das Memórias dos Povos do Litoral Paranaense. Além de me encantar com o acervo, sempre desfruto de belas exposições.

Depois, caminho rumo ao trapiche para as ilhas, que é ali pertinho e me despeço de Paranaguá. O caminho a ser percorrido, é o mesmo trilhado pelos tupinambás e carijós, pelos navios repletos de africanos escravizados, por jesuítas, piratas, mercenários e navegantes europeus. A passagem pela barra na qual, em 2012, adquiri profundo respeito e conheci o medo de mar, é a mesma localidade pela qual Hans Staden e seus companheiros de viagem, se viram aterrorizados em 24 de novembro, do ano de 1549. O mar, o vento, as tempestades, o banco de areia da barra, como elementos dados pela natureza somados à condição de um difícil e perigoso acesso à Ilha do Superagui, habitam o imaginário das narrativas de naufrágio, muito possivelmente, antes mesmo do incidente de Staden. Conhecer esse lugar por onde o alemão passou, vivenciar várias situações nas quais me vi encharcada pelas ondas altas na barra, estar como passageira de embarcações sacudidas por uma força que nenhum ser humano é capaz de enfrentar e ouvir as dezenas de histórias dos nativos, me faz pensar numa interconexão. Trata-se de uma rede de narrativas orais que inclui os navegantes, os moradores e as minhas próprias experiências. A sensação de naufrágio causada por esse ambiente integra e possibilita a construção desse repertório coletivo que tem em comum a temática da nau fraturada.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> “Naufrágio: do latim *naufragium*, navio quebrado, já que em latim *navis* significa navio, nau, embarcação, e *fragium*, quebrado, fraturado”. (SILVA, 2014)

No século XXI, quatro séculos depois de Staden, em minhas viagens para a ilha, fui sucessivamente construindo na memória, principalmente, acervos visuais e sonoros. Não menos importantes, meus acervos olfativos, táteis e gustativos, se entrecruzam nas sensações sinestésicas a cada vez que exercito essas memórias.

Ouvir o motor do barco se aquecendo e logo embrenhar-se pelos mangues, sentir seu cheiro peculiar, observar os diversos pássaros que por ali se alimentam e fazem seus ninhos, é adentrar as estradas que levam para Superagui. Logo adiante, avistamos o gigantesco Porto Dom Pedro II, e suas tantas histórias. Ao longe, todas as vezes, os milhares de contêineres causam certa confusão nas dimensões visuais. São tantos quadradinhos que não parece possível fazer uma casa utilizando-se de apenas um deles. Sempre acontecem os encontros com cargueiros colossais que carregam bandeiras do mundo inteiro. Atravessando os caminhos das águas, os marujos no convés acenam entusiasmadamente quando cruzam com barcos de passageiros. A alegria é algo realmente fabuloso. E a estrada se abre.

Por detrás da embarcação se forma uma espuma larga e branca, desenhando todos os nossos rastros, que em seguida se apagam. É como a poeira que se levanta no ar e desaparece em um tropel de estrada de terra. São vozes de muitos povos que sussurram em nossos ouvidos.

Quando se vai para a Ilha de Superagui a partir de Paranaguá é assim: olhando à esquerda, verá a Capitania dos Portos, e mais adiante luxuosos iates atracados perto da saída do Porto Dom Pedro II. Milhas náuticas adiante, à sua direita, poderá vislumbrar a Ilha da Cotinga<sup>31</sup> e a Ilha do Mel<sup>32</sup>. À esquerda verá a Ilha das Cobras<sup>33</sup> e a Ilha das Peças. O barco/ônibus leva cerca de duas horas, quando se faz bom tempo para chegar ao destino.

---

<sup>31</sup> A Ilha da Cotinga, atualmente, sedia a Aldeia Pindoty, abrigo litorâneo de resistência dos Mbyá Guarani paranaenses. Os Mbyá, tradicionalmente, viviam em uma dinâmica de nomadismo em seu território, que abrange a região do norte uruguaio, nordeste argentino, leste Paraguai, estados do sul do Brasil, além de toda a faixa litorânea de Mata Atlântica que segue desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo. Gravemente afetados pelos conflitos de especulação imobiliária e pelas diversas regras impostas pelas Unidades de Conservação, os Mbyá Guarani que circundavam as regiões de Cananéia, Iguape e o litoral norte paranaense, fixaram uma aldeia na Ilha da Cotinga. A princípio, poderia se dizer que a segurança proporcionada pela demarcação de terras em função de um Decreto Presidencial, no ano de 1994 os colocou ali. No entanto, a mítica que aponta para a fundação do mundo entre os Mbyá, localiza a “Terra sem males” na região leste do país, especificamente uma faixa litorânea que inclui o Paraná em seus domínios. Dessa forma, torna-se compreensível que o movimento de nomadismo dos Guaranis se perfaça durante séculos, na incessante busca por alcançar o litoral.

<sup>32</sup> Explorada por um movimento turístico intensificado a partir do final dos anos 1980, a Ilha do Mel se tornou a vedete do litoral paranaense, recebendo ao longo do ano, turistas de todas as partes do mundo. Pertencente ao município de Paranaguá, a ilha abriga desde 2002, o Parque Estadual da Ilha do Mel. O Patrimônio Natural que mais atrai visitantes é a Gruta das Encantadas, espaço onde nasceram inúmeras histórias de lindas sereias que atraíam os homens com danças e vozes enfeitiçadoras, daí seu nome de Encantadas. Quanto ao Patrimônio Material, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, construída sob ordens do Marquês de Pombal e inaugurada em 1769, é um ponto bastante visitado e envolto em misteriosas histórias orais e oficiais, por ter sido um sítio clandestino de tráfico de africanos escravizados. No Morro das Conchas, estrategicamente posi-

Deslumbrada em minha primeira vez de estrada Paranaguá>Superagui, tudo era lindo e se olhando com atenção para a superfície da água captávamos o gracioso salto dos golfinhos em seus simpáticos olás. Mas, eu havia madrugado para descer a serra partindo de Curitiba e vi uma Paranaguá que ainda amanhecia. A mudança na pressão atmosférica, os meneios do barco, o fato de ter dormido pouco, aliado ao afável vento que dissimulava a queimadura do sol, me trouxe enorme moleza. Cochilei. Ou melhor, cochilamos, já que todas as aventuras em Superagui, contaram com a presença cativante de minha filha Dandara, hoje com onze anos.

Acordei com uma batida de onda que encharcou toda a popa. Foi um banho, nosso batizado. Era o início do trecho de mar aberto. O assistente do barqueiro nos aconselhou a sentar nas laterais, era mais seguro que estar no meio. Depois de algumas viagens descobri que a estratégia de viajar nas beiradas olhando o mar, além de facilitar o salvamento no caso de um naufrágio, serve como remédio a quem sofre de náuseas.

Nas ondas altas, expressões assustadas, mulheres puxando as crianças e apertando junto a si, alguns puxando coletes. As pessoas fechavam os olhos em oração. À esquerda, não muito longe já acompanhávamos a praia na Ilha das Peças<sup>34</sup>. Senti a marcha do barco diminuindo, direcionei os olhos à cabine. O leme girava tão rapidamente para um lado e outro que não era possível distinguir suas partes. Quem estava no comando era a Selma, na época esposa de César, o proprietário do Megatron, também conhecido como “cem gramas”, por ser bastante magro. Todos os olhos a bordo, extremamente atentos. Dei-me conta do quanto chacoalhava a embarcação quando apreciei a melancia que integrava as compras de

---

cionado para orientar os navegantes, está o ponto turístico mais lembrado da Ilha: o Farol das Conchas inaugurado em 1872.

<sup>33</sup> A Ilha das Cobras é um espaço de relatos obscuros que remetem ao regime ditatorial brasileiro. Transformada em local para prisão dos perigosos comunistas, a ilha rapidamente se tornou o lugar de ameaças para crianças desobedientes. São inúmeras as histórias de fantasmas que rondam o lugar. Atualmente, é o local que sedia a residência oficial de veraneio destinada ao governador(a) do estado do Paraná. Com o perdão da ironia, penso na injustiça da relação entre cobras e pessoas más.

<sup>34</sup> Também pertencente ao município de Guaraqueçaba, a Ilha Das Peças abriga cerca de 350 moradores. Diferente de Superagui, as Peças, como é conhecida pelos caiçaras da região, foi alvo da especulação imobiliária mordaz no litoral. Ali, a aura de simplicidade do universo da pesca artesanal, contrasta com a imponência das mansões que passam o ano fechadas e, em época de temporada é comum observar luxuosas lanchas, iates e helicópteros que transportam os proprietários em férias ao paraíso da Mata Atlântica. A história da toponímia, segundo pesquisas, pode aludir às peças de cerâmica produzidas pelos índios Carijó. No entanto, a versão mais aceita é de que as peças são referências aos escravizados africanos já em período posterior à abolição. Relatos apontam que a ilha era utilizada para esconder as pessoas que posteriormente seriam vendidas clandestinamente em Paranaguá. Importante ressaltar aqui, o trabalho autodidata de Renato Pereira de Siqueira, o Renato Caiçara. Nativo das Peças, artesão e produtor cultural, ele recolheu centenas de relatos junto aos moradores e organizou a história e memórias da ilha. Renato é também o idealizador da Viagem de Canoa, que acontece no inverno, desde o ano de 2001 e percorre 18 comunidades caiçaras e aldeias indígenas, no intuito de levar doações de roupas e brinquedos aos moradores. A Viagem de Canoa percorre a remo em 15 dias, cerca de 200 quilômetros de estradas fluviais nas tradicionais canoas de um pau só, e se configura como um momento de troca entre nativos, artistas e pesquisadores.

alguém, num vaivém notável de um bordo ao outro do barco. Selma<sup>35</sup> se equilibrava majestosamente num banco alto de madeira e sem encosto. Foi necessário levantar-se quando, de fato, ainda que eu não soubesse, o perigo deu as caras. Nesse momento, pude observar uma expressão ansiosa no rosto de Selma. Parece que em menos de um minuto o céu encheu-se de nuvens negras. O motor foi desligado para esperar que uma onda grande passasse mais adiante. Ouviam-se suspiros, mas nenhuma palavra. Eu não estava com medo. Pelo contrário, estava achando a aventura atraente. Tive receio de ser topetuda ao reparar que até os homens com ares de experientes pescadores revelavam o temor em suas faces, afinal, qualquer um ali era meu semelhante, no sentido de que prezam pela vida e receiam a morte. No entanto, diferenças cruciais me tornavam inferior a eles – não sei navegar, sou incapaz de diferenciar os tipos de nuvem ou vento e, sobretudo, jamais vivenciei uma tragédia pessoal no mar.

Daí aquele tempinho de motor desligado – que não deve ter completado um minuto – pareceu uma eternidade. O vento só fez rebuliço naquele pedaço. Todo aquele sem fim de mar ao redor, parecia contemplar melancolicamente o abismo que se abre na passagem da barra.

Quantas vidas findaram ali? Quantas vozes foram silenciadas para viver unicamente na memória dos amigos e parentes? Ingenuamente, eu nunca havia compreendido o significado ao pé da letra do dito popular “atravessar uma barra”. Em verdade, assimilei vagarosamente os reveses que se relacionam às fraturas reais e simbólicas das naus, no universo desse povo insulado e dos aventureiros que se encorajam a experimentar o mar bravio para chegar ou partir do Superagui. Esse entendimento se dilata a cada visita para a Ilha, a cada relato que escuto, a cada vez que sinto meu corpo se encher de adrenalina naquele trecho tão curto em espaço, mas tão ameaçador e abundante em histórias. Passar pela barra é sentir a vida suspensa por alguns segundos. É sentir a angústia do motor desligado e dos rostos empalidecidos.

Quando o motor roncou novamente as pessoas voltaram a conversar. A impressão é que a vida retorna ao se ouvir o timbre singular da embarcação em movimento. À direita já se enxergava a Vila de Superagui, as casinhas, os barcos, a antena e atrás a enorme

---

<sup>35</sup> Reproduzo aqui um trecho da conversa com Madalena. Neste momento, comentávamos que há poucas mulheres na atividade da pesca em Superagui. Eu questiono Madalena sobre mulheres barqueiras, e a prosa segue assim:

Mada: Mulher barqueira eu acho que só a Selma.

Thatê: Ah! É, a Selma eu já vi, ela, nossa ela manda super bem né?

Mada: É! Barqueira já é Selma!

Thatê: É! Ela vai numa confiança né?

Mada: Tem carteira de pesca e tudo! De pesca não! De manusear o barco né? É motorista de barco. Ela tem carteira, ela é atendida! Dirige voadera, vai pra Paranaguá SOZINHA, pilota, vai e vem. Confiança total.

floresta tropical protegida pelo ICMBio. Depois do momento de alerta na passagem pela barra, sosseguei e já dormitava novamente quando de leve senti um toque no ombro. Era o rapaz cobrando a viagem. Nessa época, mesmo estando já matriculada na universidade, eu ainda mantinha como uma das formas de sobrevivência o artesanato de adorno – o trabalho responsável pela parcela nômade da minha vida e que me oportunizou conhecer um tanto de chão brasileiro, inclusive o mar de Superagui. O ajudante do barqueiro, numa espiadela meticulosa em nosso painel expositor, foi ligeiro. Também atinei com sagacidade seu olhar de raio-x, já que todo pescador é, por excelência, um artesão. Paguei e ele me devolveu metade do dinheiro. – Criança não paga moça. Depois, com calma, quero olhar um brinco para minha namorada.

– Ok! A gente se vê!

A chegada do barco de passageiros vindos de Paranaguá é o maior acontecimento no cotidiano da Vila. Diariamente, não apenas por uma questão de horário, os moradores sabem diferenciar pelo barulho do motor a embarcação que se aproxima. Na ancoragem do barco de linha o trapiche fica cheio de gente – crianças, maridos, esposas, mães, tios, irmãos que ajudam a descarregar as compras e recepcionam seus familiares e amigos. Carrinhos de mão harmoniosamente se revezam no desembarque. Na areia as bicicletas, cavalos e charretes aguardam suprimentos, materiais de construção, eletrodomésticos, sal para os cavalos, homens e mulheres das mais diferentes idades. Parecia que eu nunca tinha estado ali. E de verdade, da Vila conhecia tão pouco que posso considerar esta a primeira vez na comunidade. Meu olhar sobre tudo aquilo era plena gratidão à vida por estar ali.

Atabalhoada naquele tumulto organizado, eis que uma mão toca em meu ombro, surge uma voz: – Oi! Você vai ficar de barraca né? Já tem um lugar aonde ir? Já conhece a Ilha?

– Ah! Vim com a indicação de procurar Dona Bega, vou para o camping dela.

– Há! Essa mulher que você fala é minha mãe. Eu sou filho de Bega, do Camping Michaud! Vem que eu te mostro o caminho!

Cláudio só não carregou a mochila das minhas costas porque não deixei. Ele fez questão de puxar o carrinho de bagagens pela trilha de areia, com seu passo ligeiro e seu sorriso fácil.

Tirei os chinelos para sentir a alegria roçar entre meus dedos. Meus olhos se encharcaram em lágrimas de areia.

**Figura 9** - Vista da vila de Barra do Superagui



**Fonte:** Acervo da autora

## 2.2 ILHA À VISTA: ENTRE BÚFALOS, PEIXES E MANDIOCA

Com a transferência da corte portuguesa ao Brasil, no intuito de povoar as grandes extensões territoriais, assim como a produção agrícola no Império, surge a preocupação dos governantes em desenvolver políticas imigratórias. A preocupação com os chamados vazios demográficos afetava a maioria das colônias americanas e, no Brasil, essa evidência é representada pelo decreto de 25 de novembro de 1808, baixado pelo príncipe regente, que concedia aos estrangeiros residentes no Brasil, datas de terra como sesmarias. Assim, nesse período, começam a ser instaladas em solo brasileiro, as colônias de imigrantes europeus.

No Paraná, as primeiras colônias foram a de Rio Negro, instalada em 1828 com a entrada de famílias alemãs (cerca de 200 colonos), e a de Tereza Cristina, na região do rio Ivaí, instalada por colonos franceses em 1847. Por essa mesma época, uma colônia em Superagui, figurava entre os projetos imigratórios paranaenses, como uma proposta de Carlos Perret Gentil, então cônsul da Suíça no Brasil.

Gentil já estava no Brasil desde os 16 anos e havia vivenciado uma prática de colonização em Limeira<sup>36</sup>, estado de São Paulo, tendo sido essa a sua inspiração quando iniciou as investigações sobre grandes extensões de terras disponíveis para negócio. Cabe ressaltar que seu cargo diplomático junto a Confederação Helvética, fazia com que seus contatos com o governo do império fossem frequentes.

Como um preâmbulo desse momento histórico na região, é pertinente lembrar que, subtraídas dos “proprietários legítimos”<sup>37</sup> – tupiniquins e carijós – as terras de Superagui já haviam passado pelas mãos de Diego Unhate como uma sesmaria<sup>38</sup>, e recebeu a Companhia de Jesus, oficialmente, durante cerca de quarenta anos. Após a expulsão dos jesuítas, a então península voltou a pertencer ao Estado, para depois ser negociada algumas vezes com proprietários, desinteressados ao ponto de não construírem ali nenhuma grande memória.

O fato é que Perret Gentil, com base em suas observações do sistema de parceria, que substituíra mão de obra escravizada por imigrantes, se tornou um entusiasta da colonização suíça no litoral do Paraná. A partir do ano de 1851, acompanhado de imigrantes suíços, Gentil passa a fazer visitas regulares à península e às ilhas adjacentes no norte da comarca e, enfim, “adquiriu a propriedade, por ato notarial, no dia 14 de janeiro de 1852, do inglês David Stevenson e de sua esposa Jacinta” (SCHERER, 1998, p. 13).

A região prevista para a colonização tinha uma extensão de 35 mil hectares e podia ser dividida em três partes, de acordo com as diferentes características geográficas: uma estava situada no continente e compreendia um terreno montanhoso, nas faldas da Serra do Mar; a segunda era a Península propriamente dita, separada da primeira pela baía dos Pinheiros e pelo canal do Varadouro; a terceira, formada pela Ilha das Peças e mais algumas pequenas ilhas (SCHERER, 1988, p.13).

Em sua última viagem à Europa, Gentil aproveitou para “vender seu peixe”, organizando para isso uma exposição baseada na obra *Le Brésil on 1852 et sa colonisation future*, de Jean-Louis Moré. Com os planos de entregar seu cargo ao consulado para se dedicar aos trabalhos administrativos da nova propriedade, Gentil iniciou uma campanha de convencimento para que os Suíços viessem povoar sua propriedade e trabalhar em seu grande sonho de transformar a região em uma gigantesca lavoura de café. No ano de 1852, em relató-

<sup>36</sup> A inspiração de Carlos Perret Gentil foi a Fazenda Ibicaba, no interior do estado de São Paulo. Ibicaba é considerada pioneira no Brasil em substituição de mão de obra dos escravizados africanos por colonos europeus.

<sup>37</sup> Não há como se furtar a certa ironia para desenvolver essa cronologia, já que a ideia de posse para os indígenas é completamente discrepante da lógica europeia.

<sup>38</sup> Os documentos cartoriais da sesmaria de Unhate, como visto no tópico anterior, serviu inclusive aos estudos toponímicos, feitos por Lopes. “Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria na região de Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagui”. (PARANÁ, 2016).

rio enviado à Conferência Helvética, Gentil “[...] menciona que já viviam na propriedade 8 suíços e 50 famílias brasileiras, num total de 244 pessoas” (SCHERER, 1988, p.13). No documento, ele assegura que o convívio com os brasileiros seria de grande préstimo, dado que os nativos conheciam todas as especificidades do clima e do solo, além da utilidade em alertar sobre todos os perigos da mata.

Sobre o audacioso projeto, “[...] o cônsul suíço pretendia que sua propriedade não fosse só uma colônia de estrangeiros, como também pudesse fornecer um novo porto para a nascente província, bem como seu domínio se tornasse uma cidade de grande produção agrícola e de manufaturas” (DYSARZ, 2011, p. 11). O planejamento de sua cidade, que por sua vez estaria cercada por outras aldeias menores, contaria com a construção de igreja e escola, inclusive com doação de terreno para a casa sacerdotal, do professor e do médico/farmacêutico.

Propósitos deveras grandiosos movimentaram os desejos do cônsul e sua convicção arrebatou algumas dezenas de pessoas – principalmente suíços, franceses, italianos e alemães. A persuasão foi tão encorajante que essas pessoas, além de custear suas próprias passagens, ainda deveriam pagar por seus lotes na colônia. Instalados, os imigrantes, segundo a propaganda, eles poderiam exercer seus ofícios, com lucro imediato para atividades relacionadas à construção de moradias, ferramentas e transporte de tração animal e, além disso, toda a produção agrícola teria venda garantida.

O objetivo deste tópico não é fazer uma descrição pormenorizada de todos os entraves em relação ao sistema colonizatório proposto por Gentil, que levaram, por fim, ao fracasso de seu projeto. No entanto, vale listar algumas questões, para entendermos o processo que levou Superagui a adentrar o século XX, praticamente desabitada.

Um dos problemas enfrentados pelo administrador da colônia, em um longo período, foi em relação à escassez de alimentos. Questão que não ocorreu de maneira localizada, dado que a adversidade também foi uma das grandes preocupações do Império em um momento no qual a produção agrícola nacional se voltava para os produtos de exportação. O desenvolvimento dessas políticas que visavam o fortalecimento das vendas para outros países, se tornou um obstáculo para a policultura gerando escassez dos gêneros de primeira necessidade, principalmente nos centros urbanos que se expandiam consideravelmente. O período conhecido na história como “carestia”, foi basicamente o aumento descontrolado no preço dos alimentos, levando boa parte da população urbana mais pobre ao flagelo da fome. Embora o monopólio fosse apontado como uma das principais causas que resultaram nesse processo, Perret cobrava do governo imperial um apoio maior à sua colônia – única experiência de co-

lônia particular no Paraná. Ali, embora os moradores tivessem liberdade para manter suas roças de subsistência e um engenho à disposição para beneficiar a cana, em seu tempo fora da monocultura, preferiam trabalhar no mar ou na extração de madeira. Ou seja, havia dinheiro, mas pouca sorte de alimentos.

Outro fator de adversidade em Superagui eram os conflitos de terra entre os brasileiros já residentes ali quando da instalação da colônia e a administração. Das histórias que chegaram ao nível judicial – nem todos tinham coragem de se indispor com o “patrão” – os resultados sempre privilegiavam o ex-cônsul. Esses inconvenientes acabaram por produzir uma distinção bastante explícita entre estrangeiros e brasileiros, o que talvez explique a percepção que aponte sobre o “nós” e os “de fora”.

Acontecimento que marcou a vida dos colonos e reforçou um olhar sobre a insalubridade do país tropical foi a peste de varíola paranguara que ocorreu por volta de 1856. Superagui foi afetada pela doença e, embora tenham ocorrido poucos casos de contágio – em pessoas que haviam estado em Paranaguá – criou-se um clima de pânico entre os europeus que já se queixavam do calor e da quantidade de insetos.

O endividamento, tanto por parte dos colonos, quanto da administração, é apontado como grande causa do fracasso do sistema proposto por Gentil. E se as circunstâncias já não estavam positivas, tudo piorou quando o fundador da colônia se mudou dali para assumir um cargo na administração da Fazenda Ibicaba.

Embora a produção agrícola na colônia tenha passado por um período de crescimento, vários problemas são apontados como obstáculos para um crescimento ainda maior. Em Superagui, além do café, que era a principal fonte de lucros, se produzia arroz, feijão, mandioca e sua farinha, banana, melado e – pela experiência dos portugueses e italianos com a uva – o vinho ali produzido ganhou fama. Mas o período de chuvas intermitentes e o uso incorreto do solo provocavam colheitas cada vez menores. Com as chuvas, se perdia as vinícolas, bananeiras se quebravam e arrozais eram completamente perdidos. A queimada após as colheitas e a falta de insumos para fertilizar a terra também foram um fator do declínio na economia da colônia.

O diálogo com o governo do império não era dos melhores e Gentil não conseguiu apoio para a vinda de mais imigrantes que significassem mais braços no trabalho da lavoura. Vida penosa, lugar de acesso complicado, dificuldades de adaptação dos europeus ao clima e aos insetos da floresta, resultaram no êxodo da maioria dos imigrantes suíços para outras colônias europeias. Quem permaneceu ali foi uma pequena comunidade formada prin-

principalmente por brasileiros e alguns imigrantes, entre eles, um suíço de Vevey chamado Guillaume Henri, mas conhecido como William.

Apesar de ter sido Carlos Perret Gentil o autor da empreitada colonizatória, o nome mais lembrado pela comunidade atual em relação a essa época é o de William Michaud (sobrenome ainda encontrado e muito prestigiado por lá).

O mais velho de oito irmãos recebeu uma educação dedicada e estudou desenho clássico desde criança. Vivendo uma infância e juventude em um seio familiar relativamente abastado, Michaud não conhecia as privações duras da vida. No entanto, um jovem dotado de um grande espírito aventureiro, nunca cogitou se acomodar nas facilidades que sua família poderia lhe proporcionar. Em contato com um comerciante amigo de seu pai lhe foi oportunizado conhecer as questões imigratórias, especificamente em um lugar chamado Brasil. Nas conversas com Charles Pradez, que inclusive morava no Rio de Janeiro, William soube de uma chance para ir ao Brasil assumir um trabalho em uma fazenda de bicho da seda.

Desembarcando no Rio de Janeiro em 1849, Michaud iniciou suas atividades primeiro como assistente no escritório dos proprietários da Fazenda Palmisal, e depois foi para a lida na criação do bicho da seda. Em dois anos o negócio fracassou e William se viu desempregado, tendo de pedir auxílio financeiro para o pai na Suíça.

De volta ao Rio de Janeiro, Michaud conheceu um francês, geólogo e agrimensurador que tinha pela frente um grande trabalho nos estados de Goiás e Minas Gerais. O fato é que esse francês precisava ter em sua companhia um ajudante que deveria se adequar ao critério de saber desenhar. Os mistérios encantadores da vida colocaram William Michaud diante dessa pessoa. Com Vallée, Michaud percorreu milhares de quilômetros entre idas e vindas, estando a maior parte desse tempo em territórios completamente desabitados. Segundo Scherer

A relação com Vallée ofereceu muitas vantagens para o jovem Michaud. Mais tarde, escreveu que com ele aprendera mais do que em cinco anos no colégio de Vevey. Especialmente, teve oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre Matemática, Geologia e Ciências Naturais. Sob a direção de seu chefe, pôde também desenvolver sua capacidade de desenhar, aproveitando seu talento inato. Vallée pediu-lhe que ilustrasse os levantamentos cartográficos para o governo de Goiás, com desenhos à pena. Estes provocaram tal admiração que o presidente da Província, após a conclusão dos serviços contratados, lhe fez a proposta de que ficasse como professor de Francês e Desenho em Goiás. Michaud, todavia, não aceitou, com esta justificativa: 'Recusei porque temi ficar só e isolado, sem amigos em meio a um povo imbuído de preconceitos contra os estrangeiros' (SCHERER, 1988, p. 26).

Dada a recusa de se manter em Goiás, Michaud retorna ao Rio de Janeiro e, a partir dali, embarcou em um vapor que fazia a linha Rio de Janeiro>Destêrro (atual Flórida)

nópolis). Os vapores que faziam essa linha, tinham alguns pontos de parada durante o trajeto e assim, William conheceu a cidade de Paranaguá.

Michaud pisou na areia de Superagui em 1852, acompanhado do próprio autor do projeto, Carlos Perret Gentil e logo se impressionou com a natureza exuberante do lugar e a vida dos nativos. Sobre as pessoas da península, Michaud, em carta à família, faz a seguinte descrição

Os homens, vivendo na borda da baía e nas matas vizinhas, conservavam para si, longe do tráfego e no seu clima saudável, uma grande ingenuidade, uma magnífica simplicidade e inocência. A gente encontra entre eles figuras nobres, dotadas de elegância, com graça natural. Orgulhosos, desfrutando de uma liberdade e simplicidade ilimitadas, eles são moderados na comida e na bebida, limpos no vestuário e no trato do corpo, sem preconceitos e hospitaleiros com relação a estrangeiros. Os homens, em geral, ocupam-se da pescaria, enquanto as mulheres e as crianças tratam do serviço em casa e no campo (MICHAUD apud SCHERER, 1988, p.34).

A simplicidade do povo nativo chamava tanto a atenção de William, talvez porque ele próprio fazia da humildade um lema. O jovem sonhador contava 25 anos de idade quando conheceu a terra e a moça que faria dele um “suíço caiçara”. Custódia Amerigo, nativa extremamente pobre e órfã foi o feitiço que fez Michaud fincar raízes. Casaram-se no ano de 1854 e do fruto dessa aliança nasceram nove filhos.

Homem extremamente trabalhador, com suas economias do trabalho com Vallée e muito suor, providenciou a compra de suas terras, edificando ali sua casa e labutando em diversas plantações. Mas o paraíso na terra também pode ter desventuras e logo o suíço aprendeu a viver com a escassez financeira. Por mais que a terra e o mar fossem fonte de fatura à mesa, em muitas situações, um Michaud envergonhado, escreveu à família relatando não ter uma moeda que fosse.

Entre altos e baixos, a família cresceu e quando os filhos já tinham idade suficiente para trabalhar na lavoura, Michaud assumiu alguns cargos no Superagui. Passados trinta anos de sua chegada, atuou como professor da escola primária, foi Juiz de Paz, secretário da Associação de Imigrantes e agente do Correio. Foi também nesse período que encontrou tempo para se dedicar mais profundamente à arte, que passou por um longo período de adormecimento em sua vida.

Em 1885, o barão de Taunay visita Superagui e nessa viagem nasceu uma grande amizade. Surpreso com o talento de William Michaud, Taunay estimula incisivamente o retorno do suíço aos trabalhos artísticos. Eles passaram a trocar correspondência e sempre que necessário, o barão fazia o envio de materiais de pintura para o amigo. Dos irmãos na Suíça ele recebia os jornais europeus, e do amigo Taunay, recebia jornais brasileiros e uma

diversidade enorme de livros. Essa foi a maneira com que Michaud retornou ao contato com o mundo “exterior” e teve redespertado o seu espírito de artista em belíssimas pinturas que retratam as paisagens bucólicas do Superagui.

Pode-se dizer que essa guinada provocada pelo retorno ao desenho, foi o último período de alegrias na vida do suíço. A força dos anos passou a pesar sobre ele e seu corpo já não suportava mais o trabalho pesado. A tristeza sentida por ele em relação ao reconhecimento da entrada na velhice é notada de forma profunda nas correspondências entre ele e os irmãos.

Quando do avanço dos federalistas avançam por Curitiba, William, em sua paz e isolamento, mal imagina que a vida está prestes a lhe dar uma rasteira. O fato é que sua cultura e os cargos de confiança que ele ocupava, gerou inveja nos vizinhos maldosos que o denunciaram como um colaborador dos revolucionários. Assim, em junho de 1894, pelos boatos e difamações espalhados a seu respeito, Michaud e os filhos Robert e Joseph são presos e de forma humilhante, levados à Paranaguá. Pela amizade com a família do Visconde de Nacar ele é libertado quase imediatamente, mas ao regressar para Superagui

Michaud encontrou sua propriedade num estado lamentável. Os soldados tinham procedido como bárbaros, saqueando a casa, no verdadeiro sentido da palavra, apesar dos protestos de dona Custódia e de suas filhas. Pior ainda foi o tratamento dado, por exemplo, ao mais jovem Durieux, cunhado de Robert. Ele havia procurado refúgio na mata, com a mulher e as crianças e, ao retornar, achou, de sua casa, apenas as quatro paredes. Tudo fora roubado ou queimado: móveis, roupas, louças, cavalos, vacas, porcos e galinhas (SCHERER, 1988, p.78).

O mundo parece enfim desmoronar quando, em 1895, Custódia falece e a partir daí, todos os registros das cartas com a família, são dotados de um tom extremamente melancólico. Passando os dias a filosofar, entristecido pela velhice e vendo os netos crescer, Michaud encerrou sua aventura pela terra em 07 de setembro de 1902. Seus descendentes ainda vivem em Superagui e o nome de William Michaud figura como pioneiro no escudo de honra dos estrangeiros ilustres e prestimosos e, também é nome de camping e pousada em Superagui.

Após o período de povoamento da colônia de Gentil, já no “[...] século XX a população diminuiu sensivelmente para apenas 125 pessoas, indicadas no censo de 1920” (GUARIDO, 2005, p. 24). Nesse período, apenas algumas famílias de pescadores resistiram nesse espaço, vivendo seus dias de maneira quase primitiva.

No ano de 1952 são iniciadas as obras no Canal do Varadouro, com o objetivo de facilitar a navegação, quando Superagui perde o formato de península para se tornar uma ilha. Nesta época o local passa a receber novos moradores vindos das cidades

próximas, famílias que trouxeram na bagagem violas, rabecas e adufos, mais a cultura do mutirão e das festas de fandango. Sobre os meandros do processo de implantação do Parque Nacional, Superagui se materializa como cenário de pelo menos duas décadas de disputas entre o poder público e a iniciativa privada. No ano de 1970, a ilha foi inscrita no

[...] Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Esse processo foi contestado pela Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná em 1984, com intenção de tomar posse das ilhas de Superagui e das Peças para nelas desenvolver a criação de búfalos e fazer delas um pólo turístico (INSTITUTO CHICO MENDES).

De acordo com o Instituto Chico Mendes a criação do Parque Nacional do Superagui (PNS) e a delimitação das áreas de preservação aconteceram em 1989, fato que veio a limitar as atividades de agricultura desenvolvidas pela comunidade, autorizada a manter somente a pesca artesanal.

Nesse sentido, não há como se furtar a novamente apontar a mágoa recorrente no discurso dos moradores em relação às proibições que acompanharam a implantação do Parque Nacional, no que diz respeito à impossibilidade de se manter as roças, principalmente o cultivo da mandioca, alimento singular na tradição do modo de vida caiçara. Percebe-se na Barra de Superagui uma divisão de opiniões acerca da presença do IBAMA (muitos moradores ainda se utilizam dessa sigla para se referir ao ICMBio). Enquanto parcela significativa se mantém contrária à imposição de novas leis ambientais, outros se mostram satisfeitos com as ações dos agentes externos nesse território.

A abordagem desse contexto, necessariamente leva a pontuar a formação de opinião constituída a partir do processo de expulsão da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná S/A – Capela, grupo empresarial instalado na Ilha nos anos 1970 e que representa narrativas tumultuosas no seio da comunidade. Com o intuito de iniciar um projeto turístico, produzir carvão para as siderúrgicas mineiras e cultivar a criação de búfalos no litoral sul de São Paulo e no Superagui, a companhia

[...] surpreendeu os caiçaras dizendo-se dona de milhares de hectares de terras no litoral, incluindo a Ilha das Peças e o Superagui. A suposta ‘titularidade’ das terras provinha de rasuras na ata de doação de terras à Agropecuária (1948) pela Câmara Municipal de Guaraqueçaba. A farsa foi descoberta por jornalistas e amantes de Superagui, e denunciada pelo jornal O Estado de S. Paulo. Um conflito se instalou entre a Capela, os órgãos públicos, os moradores de Superagui e até os trabalhadores contratados para o desmate da Mata Atlântica (RAZENTE, 2016, p. 291).

Relações de escravidão bastante próximas às que ocorreram com os trabalhadores do ciclo da borracha amazonense, desmatamento desenfreado da Mata Atlântica, desprezo aos embargos e multas relativas ao código Florestal são alguns dos

elementos que motivaram a defensiva caiçara no que concerne à presença da Cia. Agropastoril na Ilha e adjacências.

Por outro lado, para expulsar os nativos caiçaras, todo o tipo de pressão foi usado, desde o silêncio e a cooperação disfarçada do Delegado de Polícia de Guaraqueçaba até a criação de búfalos (soltos). ‘Uma manada de búfalos é mais eficiente que qualquer exército de jagunços’, [...] os animais invadiram a cultura de subsistência dos agricultores, as casas e o cemitério (RAZENTE, 2016, p. 291-292).

Uma disputa judicial entre setores governamentais do Paraná e da União perdurou durante anos com o apoio de ambientalistas que “visavam conter o avanço dos grupos empresariais e latifundiários e pôs fim às lutas pela posse da terra junto às comunidades que ocupavam o Superagui” (RAZENTE, 2016, p.292). Das histórias que se relacionam às principais tensões do conflito entre nativos e a Capela, localizadas em pontos diferenciados do litoral paulista e paranaense, temos que, quando essa luta alcança o território da Barra do Ararapira, ponta norte de Superagui, a desavença “encontrou uma resistência surpreendente: os habitantes do lugar cercaram seu território e desafiaram, com suas foices e facões de lavradores os capatazes armados” (VON BEHR in Razente, 2016, p. 292).

Das narrativas sobre o contexto de retirada da Companhia Agropastoril nas terras do Superagui, acessei algumas vezes, embora sem a oportunidade de gravar, a história do “búfalo derradeiro”, que ilustra a simbologia dessa luta. Segundo os moradores, quando se deu a retirada da Capela, um último búfalo foi “por distração”, deixado na Ilha e, tal presença passou a caracterizar inúmeras situações de pânico no cotidiano da Vila, uma vez que, o búfalo solitário e selvagem aterrorizava aqueles que se aventurassem no deslocamento pela trilha da Barra de Superagui para a Praia Deserta, ou o oposto disso. Nesse universo, mulheres e crianças jamais poderiam estar expostos ao perigo eminente de um animal que, diferente de uma onça, não pertencia ao seu habitat. Assim, o tal búfalo se tornou alvo de uma caçada que envolveu uma força-tarefa de mais de dez dias em seu rastro e, enfim, morto, carregado pelos braços de dezenas de homens através das trilhas, o animal serviu de alimento aos versos e ao churrasco de comemoração que perdurou por uma semana em inesquecíveis bailes de fandango. A caça ao búfalo, que inspirou inclusive uma moda de fandango de autoria do já falecido Zé Squenine, acabou por criar uma união entre a comunidade e os ideais políticos de preservação, já que no momento da saída efetiva da Cia. Agropastoril dessas terras, caiçaras e ambientalistas, puderam reconhecer a aproximação de seus interesses. Restam ainda inúmeras adversidades substanciadas pelo embate entre legislações e modos de vida tradicionais.

O último búfalo ficou apenas na memória, mas há ainda a última casa de farinha na ilha. Em meio à desistência em se manter esses espaços, Dona Abigail Alves

Michaud, a Dona Bega, talvez não saiba de forma tão clara, o quanto seu posicionamento é político. No meio de pilhas de lenha e ferramentas de pesca em sua cozinha de fogo, ocasionalmente, quando há mandioca o suficiente, Dona Bega faz funcionar sua casa de farinha, fornecendo a resistência de uma ciência baseada em conhecimentos ancestrais.

**Figura 10** - Casa abandonada na Vila de Superagui e o mar.



**Fonte:** Acervo da autora

### 2.3 DESBRAVANDO A ILHA COM MADALENA, A MULHER DAS COBRAS

*Seu colar é de concha  
 Seu vestido se arrasta na areia  
 Ela tem cheiro de mar  
 Ela sabe cantar  
 Canto de sereia.  
 Ô Janaína  
 Quando estou feliz eu choro  
 Ô Janaína  
 Deixa eu dormir no seu colo!  
 Kiko Dinucci, Ciranda para Janaína*

Início da noite e cheguei à casa de Madalena. Mulher que inspira uma paz inenarrável em seu modo de falar, com sua voz doce, pausas e palavras. Como havíamos combinado a visita no dia anterior, ela já me esperava e me recebeu no chalé.

Mada é uma mulher que se destaca dos modelos femininos de levar a vida em sua comunidade. É vegetariana, pesca frequentemente e sempre está viajando porque

adora conhecer novos lugares e pessoas. Na coleta Mada contava quarenta anos de uma bagagem imensa de vivências e inúmeros naufrágios pessoais.

O chalé é uma casa grande e muito bem decorada com objetos que ela encontra na Praia Deserta. Madalena ressignifica o lixo, carcaças e ossos de animais marinhos, transformando-os em utensílios e enfeites para a casa toda. Esse chalé foi construído na época de seu primeiro casamento, com Jaco, pai de seus filhos. Uma construção confortável e charmosa em madeira nativa que, atualmente, ela aluga para turistas/amigos. Madalena é mãe de três filhos: Gilson, Joice e Luyã. O áudio revela os barulhos dos bichos da noite, grilos e diferentes coaxos de sapos ofereceram a ambientação sonora durante toda a conversa. Sempre que entro no chalé, fico maravilhada com os trabalhos artísticos da Mada e a expressão da sensibilidade que refletem aqueles objetos criados por ela. Como eu sempre elogio sua arte, começamos falando de seus trabalhos com os objetos achados na praia. Madalena conta que gosta de ir com a bicicleta preparada para a Praia Deserta. Vai com a bicicleta vazia e volta trazendo tudo que ela conseguiu carregar no dia.

Mada: Caixinha é... madeiras que eu restauro, caixinha de fruta.

Thatê: *Porque acha de um tudo nessa praia né? Gente! Você vai andar pela Deserta e acha um monte de coisa.*

Mada: Um monte, um monte... chinelo, sapato, bota... e eu acho tão bonitinho plantar, fica uma graça né? Já que você não pode fazer outra coisa, vamos plantar né? Enfeitar o quintal que fica bonitinho. E eu acho tão bacana quando eu vejo que está dando florzinha nas botinhas, nos sapatos. Nossa! Eu... eu amo fazer essas coisas.

Com base nesse trecho da fala de Mada, que acaba sendo o nosso assunto sempre que nos encontramos em sua casa, já é possível estabelecer certa familiaridade que, de certa forma, serve para começarmos a desvendar a narradora Madalena. A sua relação com os objetos, transformados na maior parte das vezes para receber as plantas, faz pensar em uma analogia com o poder criador das palavras. Mais adiante, com o aprofundamento nesse universo humano, será possível perceber que Madalena vivencia uma relação mágica com o falar e com o meio ambiente – pela natureza que suas mãos envolvem plantando e por meio da voz que ela emite contando.

O hábito ritualístico de recolher objetos na praia – espaço de muitas memórias e significações – e levar para casa, faz pensar que o espaço habitado por ela, um

microcosmo, seja constituído de fragmentos desses elementos que representam o macro, a ilha na qual ela nasceu. O fato de Mada ressignificar objetos e o próprio meio ambiente ao seu redor, pelo trabalho com a jardinagem, está em conformidade com a sua maneira de narrar, recolhendo outras narrativas do Superagui e as ressignificando. A própria história do mito fundador contada por ela, serve de exemplo a esse *modus operandi* da narradora de recolher, reconhecer, julgar e atribuir suas próprias significações, para contar histórias sempre novas.

O modo como Mada se relaciona com a natureza sinaliza a forma carinhosa de sua ação no mundo e reflete a figura humana que ela é. Me impressiona a maneira mística dessa narradora em lidar com os bichos peçonhentos que aparecem em quantidade no seu enorme jardim, já que o seu quintal é a fronteira com a mata fechada. Assim, na continuidade dessa mesma conversa que abriu o encontro naquela noite, arranjo um jeito de ouvir história de cobra.

Thatê: *Mas e aí as cobras quando você está plantando?*

Mada: Menina... sabe... incrível te falar uma coisa assim ó. É... a cobra morde as pessoas e faz mal e tudo né? É... eu nunca fui mordida de cobra. Mas eu fico mexendo nesse quintal, você acredita que elas passam por cima da minha mão, elas passam por cima do meu pé e elas não me fazem nada. Nada! Eu acho incrível, eu tô mexendo assim, eu... eu não fico prestando atenção porque eu não tenho medo sabe? Então eu não fico assim, ai... eu vou mexer em tal lugar que aqui tem cobra. Eu não ponho isso em cabeça. Eu ponho assim, eu penso assim: - Ah! Isso aqui está cheio de matinho eu vou... vou limpar, porque está sujo né? Vou dar uma organizada. Aí eu pego e... começo a limpar. Eu não presto atenção que ali tem cobra. Sabe, não me vem na cabeça. Aí eu começo a limpar, limpar, limpar assim e... daqui a pouco quando eu sinto assim, está passando alguma coisa em cima da minha mão. Daí eu olho é ela passando em cima. Deixo que ela passa e vai embora assim. E não me morde gurria! Eu acho incrível isso! Daí eu fico assim, meu Deus acho que tenho uma conexão tão grande com a natureza assim, por eu ser uma pessoa natureba, que... elas não morde, elas não me faz nada, a aranha gurria, tem uma aranha grande assim, que às vezes dependendo da planta, do pneu. Acho os pneu por aí, daí eu trago né? E, às vezes fica uma folguinha no pneu ali e dependendo da situação que eu vou arrancando as plantinha elas saem debaixo daquele ar que tá ali quentinho. Elas saem, daí

quando eu olho tá passando elas, daí eu continuo limpando, cutuco ela pra elas saírem pra me dar um tempinho, pra mim limpar... e elas ficam guria, depois elas voltam no mesmo lugar.

No livro *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*, de Frederico Fernandes, conheci algumas lendas contadas por pantaneiros em uma categoria de histórias que o autor intitulou como “O dono das cobras”. Trata-se de pessoas que têm o poder de encantar serpentes, sendo inclusive, obedecidos pelos répteis. Quando descobri que os causos dos “donos de cobras” habitavam o imaginário popular, já conhecia as narrativas de cobra da Mada e, de imediato, concluí que ela é uma dessas pessoas. Por mais que em muitas culturas a serpente esteja associada aos símbolos de maldade e traição, percebe-se que Mada tem outra leitura dessas presenças em sua vida. Sua profunda conexão com os elementos da natureza lhe possibilita lidar com o risco de uma picada sem temor algum, aliás, muito pelo contrário, ela expressa nessa narrativa uma intensa convicção de que basta conversar com os bichos que eles compreendem tudo.

Thatê: *E às vezes você conversa com elas?*

Mada: Siiiiim! Daí elas voltam no mesmo... pra casinha delas assim... E SÃO ARANHAS AMIGA! ENORME! E não me morde! Até hoje, nada assim, nada me morde, me pica a não ser os pernilongo que... são normal né, pernilongo, mutuca, essas coisas...

Thatê: *Esses é mais difícil negociar com eles né? (risos)*

Mada: Daí você tem que matar né? Porque você vai ficando com raiva. Mas esses animais que é prejudicial à saúde da gente... o meu irmão ali a cobra mordeu... menina, ele ia morrendo! E o meu irmão também é natureba sabe? Mas nossa, ele passou mal, deu uma reação, ele teve que ir tomar soro no hospital e até chegar no hospital, ele tava com falta de ar, já tava com parada cardíaca, um monte de coisa, sabe? E eu acho incrível, porque comigo não acontece isso.

Thatê: *Que cobra que pegou ele?*

Mada: Jararaca. É uma cobra venenosa.

Thatê: *Daqui da Ilha é a pior né?*

Mada: É a pior. Aham. É o que mais tem na verdade né? O que mais tem assim. Aqui dentro de casa, até agora a gente não viu nenhuma, mas aqui no

cantinho da área aqui, eu e Joice limpando, aí de repente tava uma aqui. Daí eu pego com a vassoura, vou varrendo, varrendo, daí ela... tipo vai procurar o teu lugar né, não vou te matar, mas vai... aqui não é o teu espaço né, vai pro teu lugar. (latidos) E ela vai. E outro dia aqui por trás nesse outro banheiro, eu limpando e como eu sou meio cega, eu não enxergo muito bem né? Eu vi um negocinho preto do ladinho do banheiro assim. E eu comecei a pegar com a vassoura e varrer porque eu achava que era um rabió preto, meu sabe? Falei putz, ainda bem que eu não levei a mão pra pegar o rabió. Peguei com a vassoura e comecei a varrer, tava atropelado assim, porque daí lá fora eu pegava o rabió imaginei e era uma cobra! (gargalhando) E era uma cobra menina! Quando eu vi que ela deu um... eu varri e ela voltou no mesmo lugar (risos) E eu varri e ela voltando no mesmo... mas que porra né? Um rabió não pode ser isso. Aí eu vi que ela deu uma pulada na vassoura assim, “tchac” na vassoura, aí eu falei caramba! É uma cobra! Daí eu peguei fiquei, fui mais perto assim pra enxergar bem ela, daí eu... putz é uma cobra né? Aqui não é o seu lugar, vá para sua casa! Daí ela pulava na vassoura e eu empurrava ela e fui, até que eu levei ela pro mato. Vai! Vai procurar o seu espaço né? E daí não voltou mais também. Foram só essas duas. Mas também assim, pelo quintal, meu quintal é enorme né? Cheio de planta, de flor, de horta, de plantas medicinais, de coisa e... vejo VÁRIAS cobras mas... não me fazem nada.

O poder da natureza para Mada está no mesmo patamar que o poder das palavras e, conseqüentemente da oralidade. Dessa maneira, é possível afirmar que, pelo olhar da narradora, esses dois espaços que constituem a vida são sagrados. O autorreconhecimento de sua integração enquanto sujeito ao mundo que a cerca e a possibilidade de conviver harmoniosamente com esses espaços é algo relevante nos relatos de Mada. As cobras e aranhas podem sim representar risco de uma picada acidental, no entanto, o que a diferencia do irmão que já lidou com o veneno de uma jararaca? Acredito que Mada reconhece de forma distinta um agir sensível nesse universo e coloca isso em prática por meio da voz. Esse sentimento de pertencimento e integração com o espaço e os elementos naturais é um afeto recorrente nas poéticas caiçaras, compartilhado pela comunidade em maior ou menor grau, no entanto, em Madalena esse é um dado gritante e permeia toda a sua autoidentificação, como também a formação de seu posicionamento para com o mundo. Ela fala com os bichos,

reconhece uma farmácia em seu quintal, confia na simbologia dos sonhos e tem uma intuição extremamente apurada. Observando a mística de Madalena, não poderia me furtar em apresentar outra de suas memórias, que diz respeito ao peso que a narradora confere aos seus laços de ancestralidade.

Em suas narrativas, Mada sempre demonstrou um afeto muito grande pela avó, que desde tempos imemoriais, cuidou dela com aconchego e ternura. A avó teve um papel de muito destaque no nascimento de seus três filhos, chegando inclusive a prognosticar o sexo de cada bebê. Seus dois primeiros filhos, Luyã e Joice nasceram de parto natural ali na ilha mesmo, pelas mãos da avó, que foi uma parteira bastante ativa na comunidade.

Mada: A vó benzia? (pausa) Benzia! Ela passava remédio, as mulheres que estavam grávidas com dores assim ia lá na casa dela, aí ela dava remédio e fazia o parto.

Foi também a avó quem a avisou que o filho mais velho viria com uma deficiência – Luyã é surdo – e o mais novo nasceria com alguns problemas, mas que a medicina e a fé em Deus curariam os problemas do menino. Sobre sua última gravidez, cheia de orientações pavorosas da medicina “de hospital”, em contraponto aos conselhos da avó, Mada conclui

Sabe, deu tudo certo, minha vó tinha esse... esse dom de prever as coisas e... você acredita que Joice também tem? Joice também tem! Eu falei – Minha filha, vá se aprofundar, vai estudar sobre isso, porque sua vó, ela se abria muito comigo, ela tinha até uma certa repreensão da comunidade eles chamavam ela de... feiticeira. Era a palavra específica pra ela. Feiticeira. E EU sou neta de feiticeira, as pessoas falam assim, sabe? Alguma coisa que... que acontece de um tumulto, alguma coisa... a minha mãe também. Até... falam. Ela não gosta muito que fale sobre isso sabe? Se for conversar com ela assim, é... ou conversar com um certo jeitinho até chegar a esse ponto, é... porque nossa comunidade é pequena, há um preconceito em relação a isso sabe? E... e daí assim, não é, não é... como é que se diz? Não é bem visto na nossa comunidade isso, sabe? É um dom que as pessoas não conhecem, não... não dão valor. Minha vó tinha esse dom e Joice tem, GRAÇAS A DEUS! Sabe? Joice tem, daí a gente conversa muito eu e ela,

daí eu falo pra ela assim, vá... vá estudar mais, vá se aprofundar nisso, que é maravilhoso! Daí ela diz assim – Mãe, a senhora me apoia nessas coisas, nessas loucuras. – Falei – Não é loucura minha filha, porque eu via que sua avó, até então... essa nossa conversa eu e ela em relação a isso a gente não comenta com ninguém, nem com o pai dela. Porque ela não quer ter essa mesma... ser recriminada igual a vó dela era sabe? De ser chamada de feiticeira né? Então ela não quer. Ela está estudando e ela tem o dom, sabe? Ela vê é... coisas além como a minha vó via.

Nesse processo de rememorar a mãe de sua mãe, Madalena reconhece algumas características que recaem sobre a família em si e a comunidade de forma geral. O rizoma traçado por ela traz como linhas de fuga o seu próprio olhar – ao defender o dom esotérico da avó como algo presente em suas vivências – e o julgamento da comunidade que toma a “feiticeira” praticada pela mulher como algo condenável.

#### 2.4 CONHECENDO A BARRA COM TUCANO

Depois de passar a manhã inteira em casa de Madalena, um pouco perdida, pois a ideia seria estar com sua mãe e pai – relativamente afetado por um AVC – achei que os planos haviam sido desfeitos pela chuva. Eu queria demais conversar com o pai e a mãe de Mada para saber pessoalmente sobre o naufrágio do Seo Jordalino, no entanto, há dias não era eu quem decidia por onde me direcionar.

Tomando um café no Magal Mar, depois de almoçar, bati um papo com Floriza, recém curada de um câncer bastante invasivo. Ela estava cuidando de suas orquídeas e me falava sobre várias situações que havia vivenciado em seu processo de enfrentamento contra a doença. A varanda nos fundos do Magal é um local por onde passa muita gente, há muita prosa boa por ali. De repente, escuto uma voz familiar – Ô Thatê! Sabe que é sempre uma alegria te ver por aqui! – Era o Natael Squenine, o amigo Tucano.

– Ô Tucano, estou gravando histórias da ilha, você topa prosear comigo ou vai trabalhar agora?

– Não, já encerrei meu expediente hoje! Mas que tipo de história você quer?

– Ah! Sobre naufrágio...

– Naufrágio tem muito aqui né? Posso te contar sobre o meu próprio, mas não aqui. Vamos lá para casa...

E fomos! Durante a caminhada, com sua autorização, eu já liguei o gravador. Ali já se iniciou o desvendar do universo de um homem sofrido, mas cheio de alegria e carinho em suas formas de habitar os espaços de Superagui.

Tucano: Ô! Eu fui um cara que eu nasci...bêbado, eu nasci bêbado e... fumante, entendeu? (Risos) Por que! Eu dou a graças a eu tá vivo porque minha avó né? Minha avó paterna que foi a minha parteira. Porque quando a minha mãe sentiu que eu ia nascer, eu nasci era quatro horas da madrugada, falou é, falou minha avó! E mãe e tudo né? Eu nasci quatro hora da madrugada. Mamãe tava num grande porre, o meu pai tava também pior do que ela, ela não sentiu dor de parto. Entendeu? E quase que eu morro porque, como disse a minha avó, porque a bolsa né... ela, mamãe era uma mulher grande também, abriu a pele e eu saí assim que nem, né... E fiquei naquela bolsa lá, me batendo. A vovó que me salvou velho! (Pausa) Sério!

Thatê: *E a avó índia aí do mato?*

Tucano: Do mato! É... o nome dela se chamava Antônia Marques. A turma dos Marques, a turma dos Marques também é, é uma turma mais antiga aqui que nós temos.

Thatê: *Aham. E pra você? O que é esse sentimento de ser caiçara?*

Tucano: Independente da vida que eu tô vivendo aqui agora, dessas coisaradinha que tão tudo me arrodiando, que vocês mesmos tão vendo... É as coisa mais linda que eu fiz. Tô com as minhas criança do meu lado! Tô formando meu ninho! Como é que a gente vai se sentir? Sossegadinho aí ó, preocupado também. Muito preocupado com essas cambada de otário que tão aí ó. Tão judiando de vocês, judiando de tudo nós. Essas cambada de coisa, agora esse, ainda foi, pegaram mais um aqui mas... fazer o que?

Thatê: *Então, e aí quanto mais tio, mais primo né? Mais primo... às vezes de mesmo sobrenome, às vezes não né?*

Tucano: Daí se mistura tudo!

Thatyana: Vai se misturando né? Mas você é Squenine né?

Tucano: TÔ DOIDO! TÔ DOIDO! (Pausa grande, continuamos a caminhada. Ecoam os “tô doido, tô doido” de várias direções, ele se volta para mim sorrindo) Escutou?

Thatê: *Aham!* (rindo)

(Continuamos caminhando e surgem novos “tô doido”, ele responde gritando)

Tucano: TÔ DOIDO!

(Passamos em frente à casa de outra senhora que nos observando sorri)

Thatê: *Boa tarde!*

Sra. da janela: *Boa tarde!*

Tucano: TÔ DOIDO! TÔ DOIDO! Olhe! E eu vou procurar a galera que tá doido lá pra lá, porque eu, pô! Tá doido! É...

(Os passos da caminhada na areia molhada, barulho de pássaros, pausa na conversa)

Tucano: Porra! Se eu pudesse, eu tinha uma filmadora pra mim gravar todos os dias que eu passo nesse, nessa estrada aqui. Eu ia montar um show mesmo.

(Barulho dos passos, o gravador capta inclusive o barulho das jaquetas de nylon dos três peregrinos pós-chuva)

Thatê: *E o teu nome de verdade Tucano? O nome que tá lá na certidão de nascimento, teu nome de batismo?*

Tucano: Natael dos Santos.

Thatê: *Natael?*

Tucano: Dos Santos.

Thatê: *Dos Santos?*

Tucano: Agora você vai... você quer perguntar pra mim – Porque não Squenine?

Thatê: *Aham!*

(Latidos de um cachorro, pelo timbre um cão de médio para grande porte. Tucano cumprimenta alguém que cruza)

Tucano: Tudo bem? (caminha mais uns passos) Porque... eu pesquisei na época, antes de mim assinar só “dos Santos”, na época que o cara que tinha mais herança pra deixar pra mim era meu pai. Porque Squenine, já era da parte da mãe né? TINHAM TUDO! Mas tinha uma grande briga feia e... tá louco? Então tinha uma fortuna, mas aquela, ah! Vou pare, vou querer saber dessa porra? Negativo! Vou ficar com a minha velhinha e com essa porra aqui. Tá entendendo Thatê?

Thatê: Aham!

Tucano: Então agora você vai saber! Mas isso aí tando por um milhão de reais, aonde tem quinhentas, seiscentas herdeiros, pô, que daí, poxa, o chefe vai ter que distribuir com toda essa galera. E esses são lá de outro país, lá do... do. Rogério sempre falava pra mim uma história legal, mas não, não tem como, não tinha cabimento pra nós, o que é que nós fazer? A gente viveu aqui, pô, cinquenta e sete anos. Toco minha viola, cantamo, brincamo! (Os passos produzem um barulho molhado)

[\*Chegada à casa do Tucano, trecho utilizado para a discussão sobre o “dizer-se”]

Tucano: Você queria falar sobre... NAUFRÁGIO! Droga, que naufrágio que eu vou poder... não mentir pra você?

Thatê: *Pode inventar que não tem problema também!* (rindo)

Tucano: Não, não. Não posso inventar!

Thatê: *O teu próprio. Pode, dá para começar pelo teu. E depois assim ó, às vezes pode ser história que você não viu, mas que te contaram, que você lembra que te contaram. Então, esse modo de que a comunidade vai conhecendo as histórias também por ouvir falar né?*

Tucano: Mas eu (pausa) esse naufrágio que eu poderia falar pra você já tá falado. Esse daí não vou, que é que eu posso ter mais pra você? Preta!

Iracema: Oi!

Tucano: Me dê um... (pausa)

(Barulho de uma porta fechando dentro da casa e a risada das crianças)

Tucano: Depois daquela tragédia que nós tivemos, outra mais pior que eu lembre?

Iracema: Eu acho que eu não sei. Pior que aquela não teve né?

Tucano: Não, não, que eu digo outra, assim, parecido ou menos, claro que depois...

Iracema: Não sei, aham...

Tucano: Então daí, o que é que eu vou falar?

Thatê: *Mas, ah, é, essa que você falou que já foi falado... mas não foi falado pra mim... eu não conheço.*

Tucano: Tá em todas as rádios.

Thatê: *Mas eu queria ao vivo aqui, eu e você ó.* (risos)

Tucano: Ah bom!

Thatê: *Nesse momento, aqui, agora, com esse violão no colo!*

Tucano: Então expliqueeeeeeeee! Fale pra mim jangada, que eu vou saber o que é pau, pau que bóia! Ainda bem. (Puxa uma corada do violão) O que que eu vou, vou começar por onde?

(Pausa. Faz um acorde, toca o violão enquanto resgata o fio da memória)

Thatê: *Qual que era o nome do barco?*

Tucano: Tô querendo lembrar...

(Continua dedilhando o violão)

Tucano: Ela vai me ajudar, eu tô precisando. Vocês tão querendo que eu transmita uma coisa pra vocês, eu vou transmitir. Iracema!

Iracema: Oi!

Tucano: Como é que era o nome daquele barco do Oswaldo Silvano que afundou ali?

Iracema: Ah! Não lembro mais o nome do barco...

Tucano: Putchá...

Iracema: Não lembro...

Thatê: Mas como é que foi? Era dia, era noite?

(Passa o dedo por cinco cordas do violão)

Tucano: Eu saí de casa cedo né velha? De casa bem cedo, é... cinco horas, que a gente diz, (som do cachorro se abanando), e fui pescar. (Pausa) Me joguei eu e mais três camaradas. Um é falecido já, mas outro, tá de boa. Que nem eu né? Essa foi o... (Pausa) uma coisa que... (Pausa. As lágrimas já começam a molhar seu rosto) Desculpe!

(Pausa. Os bichos na mata e as crianças, tosse)

Tucano: De boa! Trabalhemos. Dia bonito ainda tudo bem. (Acende o cigarro) Não falei pra vocês isso. (Tosse) Desculpe, desculpe, desculpe... deixa eu me...

Thatê: *Não! Fica tranquilo, a gente vai conversando devagarzinho.* (Pausa)  
*É duro lembrar né?* (Pausa)

Tucano: Hhhhhã! Não é duro velho! Lembrar o passado é sofrer duas vezes. Duas vezes. São... (Pausa) Retornei. Era umas quatro horas da tarde, mais ou menos. (Pausa) E umas cinco horas, mais ou menos daa tarde, tivemos

uma ventania aqui. Uma ventania velho! Porra, e eu já tinha... perdi a pescaria tudo que eu, voou tudo. Descarreguei caixa, camarão na praia que o... o vento carregou. Aí acabou tudo. Cada um... e eu saí fora né? Meus camaradas tudo tão legal. Um já é, um já faleceu mas, tem outro que é meu compadre, tudo aí pela Ilha. (Pausa. Tucano suspira puxando o choro.)

Thatê: *Vocês tavam na barra?*

Tucano: Nós já tinha, nós já tava aqui. Nós já tava de boa. Daí, acabou, daqui a pouco pô, aquela “gritaceira” e a turma grita pro lado de lá. OOOÊÊÊ! E raio, trovão! Raio pra caralho – Meu caralho! Que é que aconteceu? Que que aconteceu? – Tinha se virado outro barco ali.

Thatê: *Com gente dentro?*

Tucano: Tudo! Já veio dez nessa época.

(Galo garnizé cantando)

Thatê: *Lá na barra?*

Tucano: O barco virou aqui, nessa barra nossa. Pegou aquela ventania, não suportaram. Perdi uma irmã (Pausa), dezesseis anos. (Pausa) Uma filha com um ano e três meses, xodó... (Suspira e chora) Triste! (Pausa) A gente andava na praia ali velho, dez corpos assim. (Soluça e chora) Foda! Então vocês não entendem isso né? Por isso que, não existe como você guardar um... pra mim foi um desastre Thatê! Entendeu? Um dos piores desastres de minha vida. Foi essa.

(Toda a fala entrecortada por pausas e soluços)

Tucano: Onde eu tive (soluço), onde eu perdi duas Rainhas. Minha irmã e a minha filha. Você olhava assim... (O galo cantando. Soluço) Desculpe, mas... Thatê, é o que eu sinto! Se vocês quiserem gravar, isso foi a pior tragédia que eu tive na minha vida. Nós ficar carregando corpo de lá pra cá e... o naufrágio que eu... pra mim foi esse. Por isso que cada um de nós, e eu peço que cada um de vocês que vão daqui pra lá, que venham de lá pra cá, pulou no barco? COLETE!

Thatê: *Aham.*

Tucano: COLETE! Porque se tiver, se a galera, se aquele barco tivesse preparado com colete não morria, não morre ninguém com colete ali. A galera já invade rápido né, caramba. Porra! A maioria dos corpos morreram dentro do porão. Porão do barco.

Thatê: *Porque o barco vira e as pessoas não conseguem...*

Tucano: É! Não conseguem submergir.

(Pausa)

Thatê: É uma vida de muitos perigos né? A vida do pescador.

[Analisar a questão do ambiente sonoro. Discutir a performance, gestos corporais, pedido de ajuda à esposa para os resgate das memórias e as onomatopeias].

Tucano: É... É a história que eu conheço de naufrágio mais pior da minha vida que eu não quero nem repetir mais. Eu repeti pra você, Thatê, porque você... Agora, outra história de naufrágio que eu... fiquei até hoje e não consegui entender foi aquela porra daquele navio chinês que...

Thatê: *Uhm!*

Tucano: Que chegou aí na praia aí. Entendeu? Porra, quatrocentos e poucos pescadores que tavam no barco, encostou três aí. Esse foi um naufrágio né cara? Foi mais vida! Thatê! Quer perguntar mais alguma coisa pode perguntar, agora eu já tô legal. Porra, mas é... ei! Eu não sei se vocês me entendem, mas eu acredito na Bíblia. Relembrar o passado... pô... eu perdi uma filha e uma irmã nessa. (Volta a chorar) E o resto da galera que é tudo nossa aqui né cara?

Thatê: *Que é tudo família né?*

Tucano: Tudo! Tudo! Tudo! Tudo! Porra! DEZ mortes só num naufrágio. AQUI! Na nossa barra. Essa. Eu não gosto nem de lembrar, eu, não gosto. (Suspira) Eu preferia inventar qualquer coisa cara! Eu prefiro fazer qualquer coisa, pra poder não lembrar. Mas eu só fiz isso porque...

Thatê: *E eu te agradeço.*

Tucano: Porque você pediu!

Thatê: *Eu te agradeço muito. E aí é pela amizade também.*

Tucano: Esse naufrágio aí, eu não, não (pausa) A gente sempre vai ter que falar nele, por mais que a gente não queira, mas é, sempre vai ter que repetir alguma coisa. Enquanto a gente tiver vivo. E aconteceu com o barco do Oswaldo Silvano essa tragédia.

Thatê: *E era ele que tava...*

Tucano: Não era ele! Era o pescador que trabalhava no barco dele. Mas não tiveram culpa. A ventania pegou, que nem aí.

Thatê: *Aí não adianta ser um bom barqueiro.*

Tucano: NÃO ADIANTA! Você não tá prevenido pra receber aquela cassetada de onda ou de, de... só que ninguém tava com o colete né? O costume! Vocês não tão vindo de barco de lá pra cá, você usam o colete? Vocês põem o colete?

Thatê: *Eu vou. A partir de agora eu vou usar.*

Tucano: Ei, ei! Mas é claro! Pois aquele... não tem nada a ver. Entrou, saiu e pulou do trapiche, vou embarcar!

Thatê: *E não tem nada a ver com saber nadar né Tucano?*

Tucano: Chegou, já olhou, não interessa! Nããã. É só você pegar aquele coletinho, botou ali, agasalhou suas coisinhas ali, pronto! Bora! A maioria das mortes, desses naufrágios foi assim. Porque não tinha colete. Entendeu? Uma pessoa que... a minha irmã ela sabia nadar, sabia nadar muito mais do que... eu mesmo. Ela passava daqui lá pro... pro lado de lá e voltava. Entendeu? Era brincadeira pra ela! Morreu nesse acidente. Dezesesseis anos de idade. E... ela ia junto com a minha mulher, não com essa aqui né? Com a outra lá que... mora lá do outro lado, moram aqui também, mais pra lá. Daí, quando vê já morreu os... Morreu ela e... não sei se ela foi querer salvar a sobrinha né, a sobrinha dela, aí depois lá no laudo lá, daí eu fui lá pesquisar o que tinha matado ela, ela tava com um furo bem aqui assim. Parafuso do barco né cara. Ela foi querer salvar a sobrinha e... a sobrinha tava com um ano e três meses. As duas passaram. E a mãe, ó, eu não perdi ainda a mãe na época porque, sei lá. Salvou-se. Porque não era pra morrer mesmo. Ta aí hoje, viva ainda.

Thatê: *Alguns conseguiram nadar então?*

Tucano: E o resto... se livraram né? Daí as galera socorreram lá, tudo. Peguemo os barco aqui, fomos lá, carreguemo tudo. Levemo lá em cima, lá. Parte da lama aqui, pra lá, pra dentro do rio. Encalhemo o barco. Batalha pra cá, batalha pra lá. Nada! Daí o... o corpo da minha irmã já tinha achado.

Thatê: *Encostou-se na praia?*

Tucano: Não! O corpo da minha irmã foi pegado na hora lá, no barco lá. Ela boiou, na hora que o barco virou, já boiou junto. A galera que tavam do lado

da cabine né, mas ela já nasceu... já, já boiou sem vida. E a mulher que tá viva até hoje, que é a mãe dessa minha menina, é... não sabia nadar. É... fazer o que né?

Thatê: *Não tem muita explicação né Tucano?*

Tucano: Não tem! Daí outro dia, cada desespero a noite. Sabe o que que é? Noite de desespero, porra, uma tragédia onde morre dez pessoas? Superagui. Morre dez pessoas. Meu caralho! E só da minha pancada tava todos eles, bem dizer. Que é... era dois meu e oito de comadre Floriza pô. Então... entendeu?

Thatê: *Eu tava conversando com ela agora e eu não tive como... com ela eu não tenho coragem de perguntar, porque eu sei que ela foi a mais afetada assim, e ela se queixa de depressão né?*

Tucano: Agora pra ter um... um acidente desse... eu não, bom, eu já me acidentei, eu no marzão! Mas eu tava, eu tava... aqui né no nosso litoral aqui, só que o marzão não tava legal, nós enfrentemo, saímo. Agora, na entrada da barra, aí foi outro sufoco, eu pensei que eu ia morrer. Era eu, o Magal, Compadre Tomé e outro Tio, que ele morava lá na época com nós, mas daí depois desse naufrágio ele sumiu e nunca mais voltou pra cá. Mora lá na Bertioga, lá.

Thatê: *Tem gente que não entra mais no mar né?*

Tucano: Nunca mais! Ele pega aqueleeeee, aquele trauma que nem, nem, tá doido...

Thatê: *E você continuou pescando?*

Tucano: Eu continuei, pois fazer o que né? A gente é lobo do mar, não tem como... não tem como desistir. Quando você é apaixonado pelo mar, quando você é aquele camarada não tem nada a ver, você... é aquele camarada e as ondas gostam de você também né, e a gente navega conforme as ondas gostam de nós, as ondas nós permite né? Não vai se querer morrer aí, ah, tá marcando um ciclone que vai se mete navegando que ele, aí já é... É loco! (Suspiro forte) Mas e aí essas crianças? O que que vocês querem mais?

Thatê: *Essa? É a netinha né? É sua neta né? Nossa! Como cresceu! É filha de Jéssica?*

Tucano: É!

Thatê: *Tá linda!*

Tucano: Ei! Fale aqui! Fale com a Thatê aí!

Thatê: *Oi! Tudo bom? Eu conheci você assim ó! Assim!*

\*fim do áudio

Thatê: *Autoriza a usar na universidade, que é ali que vai ficar. E depois vai voltar pra você. Eu não vou, eu não levo isso pra publicação se você...*

Tucano: Você quer que eu diga o que?

Thatê: *Se você autoriza pra eu usar no meu trabalho.*

Tucano: O que que eu tenho que dizer? Só que eu autorizo?

Thatê: *Eu, Fulano de Tal...*

Tucano: Eu, Natael dos Santos

Jéssica: Comprei... (rindo)

Thatê: *Autorizo...*

Tucano: Ou querem outro sobrenome, sei lá.

Thatê: ***Tucano!***

Tucano: Tucano, sei lá. Posso fazer isso?

Thatê: *Aham, pode!*

As meninas ao fundo tirando sarro: Tô doido!

Tucano: Então, eu! Tucano! Tucano doido! Autorizo Thatê, ao que mais? A ela usar essa gravação, esse trabalho em tudo que for do planeta Terra. Se saí lá pra Marte também, pode ser usado!

Desligamos o gravador. Tem muita coisa que acontece fora dos momentos de gravação. Pensar nesses registros de áudio é perceber que a vida inteira, a existência de cada um em suas nuances corpóreas é performance.

## 2.5 SEO ANTÔNIO CARDOSO, UM FILÓSOFO CAIÇARA

*Eu sou um marujo velho,  
na terra sou pescador.  
O mar é quem me balança,  
As ondas quem me criou.*  
Ponto tradicional da umbanda

Thatê: *Seo Antonio, para o senhor com sua experiência de vida, o que o senhor me diz, o que é ser caiçara para o senhor?*

Seo Antônio: Ah! Os caiçaras são as pessoas que mora no mato, né? Entende das coisas. E ele faz a canoa, faz a vassoura, faz a casa de sapê, faz... ele come, se alimenta com mel de abelha, e... são os caiçaras né? Eles são umas pessoas que não se comunica com as pessoas da cidade, ele não atende a pessoa da cidade. Olha! Um homem que trabalha no mato é a mesma coisa de um doutor que trabalha lá, melhor do que o doutor especialista que trabalha na clínica. Lá o doutor conhece quando você chega para ele, ele já conhece você pelo aparelho, que você não vai ter vida. É. Como é que você tá por dentro. Um caiçara lá no mato, ele olha num pau e diz assim: - Esse pau não presta, vai acabar de apodrecer, tá oco por dentro. Então ele tira aquela madeira e sabe de que lado que o pau cai, sabe se aquele é madeira boa pra fazer um palanque, uma casa, tudo... o médico é a mesma coisa. Então, tanto faz um médico lá, do que um caiçara no mato pra tirar uma madeira. Ele sabe a lua de tirar, sabe tudo, tudo. E a pesca também.

Thatê: *E com quem o senhor aprendeu pescar de primeiro?*

Seo Antônio: Olha, eu aprendi com meu pai, velho pai... depois a morte levou meu pai, fiquei sozinho com a minha mãe, depois a minha mãe foi embora também, fiquei eu, já era casado, com a primeira mulher. Fiquei eu, a minha irmã e uma filha da primeira mulher, e... fiquei sozinho no mundo. Hoje sou bem dizer, uma árvore sem folha né. Uma árvore sem folha. Uma árvore sem folha? É a que cai e não tem mais folha. Só tenho um irmão, uma filha longe, mas por aqui, eu me considero uma árvore sem folha.

Thatê: E os irmão já foram a maioria então?

Seo Antônio: É, tudo... meus padrinho, meu compadre, minha vó, meus avô, minhas tia, meus tio... tudo já foi embora... aham... foram embora, e eu já

estou no caminho pra também seguir. Mas sigo com grande prazer na minha vida, por eu tô do lado de Deus.

Seo Antônio: Meu avô fazia uma canoa, meu avô fazia fazia balaio, fazia tipiti, fazia prensa, fazia tudo, tudo, tudo!

Thatê: *Tipiti?*

Seo Antônio: Tipiti é de prensar massa. É um negócio de imprensar massa de farinha, é tudo de gradezinha assim. (Para a conversa para espantar os gatos que estão de olho no peixe que está secando acima do fogareiro de lenha). Pra, quando cai ali o peso né? E a prensa. A prensa é uma mesa muito grande e tem o fuso e tem outro lá em cima. Então o fuso é rosqueado naquela prensa de cima, naquele negocinho, aquela mesa lá em cima. Aí você tem quatro pau grosso assim, você vai (batendo uma mão na outra ele mostra o funcionamento da ferramenta) o tipiti vai mexendo, vai mexendo...

O ruim pra gente não é quando a gente começa a vida, o importante é depois que a gente tem meia vida, aí que a gente melhora na vida. E fica feliz. Isso que é importante. Morrer feliz. Né? Porque no começo, ser rico, ter bastante e perder tudo pra, como se diz, no final, não ter condição de viver.

A gente merece porque a bondade da gente é o documento. Isso quase no mundo inteiro. A mesma coisa da ruindade. A ruindade, mesma coisa da saúde e o sofrimento. Eles andam juntos. Num dia você está com saúde, no outro está doente.

É uma coisinha puquinha, posso falar do navio chinês pra você. O navio chinês, eu era casado bem novinho, primeira mulher. E daí, eu ia fazer compra, cheguei no porto o navio tava ali, bem na beira da ressaca, navio grande. Chamei a esposa, vem ver o navio que tem no porto. Aí fui ali, avisei a turma e eles vieram né. Vieram ver que tava encostado aí, um navio pesqueiro, de pescar peixe. Daí... daí foram saindo... saíram seis pessoas dali. Tinha muitas coisas no navio. Tinha peixe, caça, carne de porco, tinha carne de boi, comida tinha arroz, tinha tudo espécie de comida, só que não tinha, era só café. Acúcar tinha, trigo tinha, o óleo de amendoim tinha, tudo tinha no navio. E daí foi ficando aí né, ficou. Depois que iam tirar o navio

não tinha condições, depois veio um homem velho lá de Paranaguá, chamado Tomé, aí ele que trouxe os material. Instalou ali, o navio saiu... foi embora... era esse do navio. Tinha seis, brigaram aí fora, assim contaram né? Era vinte e cinco, vinte e seis pessoas. Dos vinte e seis só ficou seis só. O tal do mestre [inaudível] prendeu eles e matou com gás. Só escapou por prenderem ele, pra não deixar fazer mais nada, aí ele, o mesmo, o navio ficou à deriva, o mesmo... como é que se diz? O marinheiro foi que desviou o navio, sem saber de nada da costa que ele dirigindo... saiu da China né? Chegou na costa brasileira, não soube de nada. Bateu aí na praia. Foi! Navio ficou bastante tempo aí. Nem sei a data que ele ficou aí na praia. Ficou bastante tempo.

Thatê: *Ficou encalhado aí?*

Seo Antônio: Encalhado no meio da praia, é. Teve muito, muitos avião, muita gente vendo aquele navio né? Chamou atenção, é! Hoje eu acho que não vai acontecer mais aquilo.

Thatê: *E o senhor foi o primeiro que viu? Foi o primeiro que achou?*

Seo Antônio: Ah! Foi eu, foi eu! Foi eu que achei. Foi!

Thatê: *E as pessoas?*

Seo Antônio: As pessoas foram pra Paranaguá, foram pro hospital pra depois serem julgados né? Coisa lá também. É, a justiça. E eu que encontrei com eles. Eu já tô com uma idade, tô com setenta e quatro anos de idade, mas me lembro que se fosse hoje o navio chinês. Eu quando tô deitando, eu às vezes tô em casa me lembro de tuuuuuuudo até hoje. Meu cérebro é muito bom!

Nós passava bem na vida! Passava a comida boa! Carne de caça né? Lavoura! Lavoura nossa plantava fazia a garapa, a cana! O caldo da cana pra beber. Passei muito bem na vida, é por isso que eu tenho esse... minha vista é boa, meu... eu não sinto dor no corpo de jeito nenhum. Se eu me deito, eu me deito assim uma hora, não sei o que é esse dor nas cadeira. Então eu fui bem tratado, por isso que eu tenho assim, o meu cérebro é bom. É! O meu cérebro é bom e minha língua é boa também. Porque a língua é a cabeça do homem e a cabeça da mulher! Porque é pela língua que sai a condenação e a salvação.

Carne de caça? Ô, aqui pegava paca, pegava tatu, pegava capivara. Nós matava aquela capivara igual um porco né? De grande. Sessenta, setenta quilo, aqui no tacho da banha. Salgava tudo e punha no jirau. Sabe o que é jirau? Jirau é uma coisa feita de taquara. Põe em cima do fogo pra depois que seca a carne pôr ali, pra tá comendo ele com feijão. Ah! Felicidade cristã!

Thatê: *Huuuum! Que delícia hein?*

Seo Antônio: Era muito bom! Então por causa disso que até hoje [som alongado da água batendo no metal do bule, o café estava sendo preparado] você não sabe da forteza que eu tenho. Porque, a forteza, a coragem é a forteza que você tem. Eu vou lá na Vila, venho de noite, qualquer hora eu vou. QUANDO EU DANÇAVA? EU DANÇAVA DIRETO ATÉ AMANHECER O DIA! NÃO CANSAVA! (risada marota) É...

Thatê: EU SEI! (Gargalhamos juntos) É... dá até saudade das danças! Mas aproveitou bastante a vida de fandanguero né Seo Antônio? [o café continua escorrendo do coador, produzindo um som peculiar no registro de áudio].

Seo Antônio: É! Pois então! A minha vida na terra eu aproveitei bastante! Como eu digo: eu namorei bastante. Nos tempos que se namorava, hoje não namora mais, mas no tempo que se namorava eu namorei bastante.

Com a minha mãe, eu aprendi muitas coisa... hoje, eu me sento numa mesa, eu não tenho com quem conversar. Converso com meus amigo mas é... tudo novo né? Às vezes tem um homem bem de idade, mas falando mal do meu neto, não entende nada, fala aquelas bobagem. Fala de assunto. E a minha mãe não! Me sentava com ela, ela dizia meu filho... eu morei lá pela mãe Luzia, morei lá pelo Segredo, João Real. Plantei tudo, plantemo aquilo... e ali contava tudo a geração né? E esse que era importante, hoje não...

Thatê: *Então o senhor cresceu escutando história né?*

Seo Antônio: É, história de todo mundo, é.

Thatê: *E qual era as história que o senhor gostava de ouvir assim, que ela contava?*

Seo Antônio: Ela contava muitas coisa né? Essas história né, desses povo, sempre de d'antes que ela contava. Mas contava muito caso, desses homem

antigo que tinham terreno, tinham casa, negócio, venda né. [som da colher mexendo o café na caneca de metal].

O vento na terra, é só um vento que existe.

Thatê: No mundo inteiro?

Seo Antônio: Mundo inteiro é só um vento. E ele, você quer ver como é só um vento, você durma numa praia. De noite ele venta todo rumo de vento. Venta sueste... venta sul, venta sueste, venta é... (A partir daqui ele pronuncia as palavras rapidamente, como quem deseja demonstrar na fala o reboiço do vento. Passa a gesticular ligeiro com as mãos). Venta éste, venta uma parte de éste, uma parte de sul, uma parte de sul, uma parte de sueste, uma parte de sueste, uma parte de leste, uma parte de leste, uma parte de norte, uma parte de norte, outra parte de nordeste, uma de nordeste, uma parte de norte que é aqui, daí vai circulando o mesmo vento. É a mesma coisa. Daí passa no oeste... (volta ao ritmo normal de fala) Tanto a temperatura passa, mais ele esfria mais. Tem uma temperatura que é mais quente, tem outra que é mais frio.

## 2.6 SEM ABALROAR – NA VOLTA AO CAIS

*De manhã que medo  
Que me achasses feia!  
Acordei, tremendo,  
Deitada na areia...*

*Mas logo os teus olhos  
Disseram que não  
E o sol penetrou  
No meu coração.*

*Vi depois numa rocha uma cruz  
E o teu barco negro  
Dançava na luz...  
Vi teu braço acenando,*

*Entre as velas já soltas...  
Dizem as velhas da praia:  
- Que não voltas.  
São loucas! São loucas!*

*Eu sei meu amor  
Que nem chegaste a partir.*

*Pois tudo, em meu redor,  
Me diz que estás sempre comigo.*

*Barco Negro* (fado português)  
Amália Rodrigues

Na relação emissor – receptor, as mensagens trocadas costumam conter, em variadas escalas, a dimensão poética. O caiçara, habitante de Superagui a extravasa no relato de sua visão de mundo, de sua relação com o destino, com o espaço em que vive, com a manifestação de sua cultura, e com os saberes ancestrais que inundam cada existência. É um espaço insular, cuja inclinação é produzir isolamento, fator que não poderia deixar de ser considerado, mesmo sob contradições. O caiçara de Superagui, embora “ilhado”, vislumbra a imensidão do mar que o rodeia e enxerga o que essa imagem insinua como possibilidade de expandir o horizonte alcançado pelo olhar. O lançar-se a esse horizonte tendo à frente o mar, se dá pelo estar a bordo de uma embarcação e as expedições da pesquisa aqui realizada tinham essa ambição original. Já que expedição era uma decisão de procedimento, nada mais conveniente do que converter toda a terminologia para o mundo das incursões pela via marítima.

Tudo começa pelo momento da partida, percebendo o vento, as nuvens e o movimento do mar. A questão que primeiramente se apresentou foi como encontrar formas de se abrir uma brecha da cortina que resguarda as memórias e o cotidiano da Vila de Superagui. Naturalmente nasceram histórias que, à primeira impressão, pouco tinham relação com o tema que eu almejava. Depois percebi que os narradores, ao falar dos eventos a que estavam sujeitos, como situações de naufrágio, também falaram, não sem vontade de evitar o assunto que os fazia sofrer, mas resistindo e encontrando forças para consumir o relato; de suas vidas, suas crenças, seu apego ao território que os abriga, sua visão do que é viver neste planeta, o sentido que atribuem ao transitório e ao eterno, além da resiliência diante de tudo o que frustra e entristece. Esse tripulante é o caiçara em sua invisibilidade tornada visível, expressa em sua manifestação cultural e sabedoria ancestral, como também na disposição em relatar poeticamente na desenvoltura com os códigos da oralidade.

Outra intenção era encontrar um modo de capturar a vivacidade da expressão oral, que poderia enganosamente ser confundida com uma efêmera fonte de obtenção de dados, mas que se provou sólida absorvedora da grandeza de uma manifestação poética abarcada pelas histórias relatos das quais a expedição zarpou em busca. Esteve implicada nesse trajeto, uma performance em que locutor, destinatário, e circunstâncias estão concretamente envolvidos em dois eixos. O primeiro unindo o locutor e autor, e o segundo fazendo emergir

situação e tradição – a voz do caiçara dando vida ao texto oral com os enredos de suas histórias cotidianas, a sonoridade particular e toda original de um “vocabulário caiçarês”.

O caiçara fez sua parte e, com essa performance, proporcionou acesso a muito mais do que uma pequena fresta. Esses amigos permitiram revelações amplas o bastante para dar corpo a uma cartografia que configura elementos para efetuar inferências de pesquisa. Uma atitude de respeito e de agradecimento origina o compromisso de retornar ao povo do Superagui para que conheçam os resultados e se vejam neles espelhados. O diálogo realizado ao longo da expedição promoveu o encolhimento de uma distância formal contributiva no sentido de assegurar a presença de várias poéticas, como dimensão particular emergida de um experimento com a oralidade. Lançar o olhar sobre uma cultura é uma atitude que só se concretiza porque acompanhada dessas poéticas. Houve também um processo de escrita que se fez presente nas transcrições como suporte e registro da potência poética dos relatos orais, da voz e da performance, para materializar a fala caiçara em suas múltiplas dimensões, considerando a voz como mais um território dessa identidade.

Os múltiplos caminhos encontrados e percorridos lançaram luz sobre as investigações que perpassam desde elementos geográficos e biológicos da região, além de questões políticas e históricas que contribuem para o entendimento das complexidades dos sujeitos no mundo. As estratégias cartográficas e a prática de um pensamento rizomático deu corpo ao acompanhamento dos percursos desta pesquisa, assim como direcionou a apreciação das memórias no espaço e rotina dos caiçaras.

E antes de finalmente dar a despedida – um adeus de “mentirinha” – como se faz no fandango caiçara, quando se termina uma moda para emendar em outra, deixo desatada uma reflexão bastante pertinente para se pensar na essência da pesquisa cartográfica

As cartografias são sempre resultados parciais, lances de uma viagem em terras estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir (RÉGIS; MARTINS, p. 273, 2012).

Essas objeções trazem o tom do leme que guiou os nossos processos de desfazer brumas para desvendar algumas das diversas camadas que compõem as poéticas orais caiçaras. Nesses caminhos, não renunciamos às incumbências de explorar, identificar, e discernir os diferentes aspectos que concorrem para a formação da concepção caiçara - contextualizada em Superagui – de vida e ação sobre o mundo.

Nossa nau a partir de agora, pensando em um olhar cinematográfico, desenhará um movimento de zoom-out, apartando-se da Ilha, com o objetivo de entregar os pesca-

dos – frutos coletados por esse mutirão – resultantes de trabalhos exaustivos em terra e mar. Entre lágrimas, naufrágios e tempestades; corpos, memórias e algumas alegrias a vida se desfaz e refaz como no movimento das ondas quebrando na areia.

### 3 VAMOS DAR A DESPEDIDA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Abracei o mar na lua cheia, abracei  
Abracei o mar  
Escolhi melhor os pensamentos Pen-  
sei  
Abracei o mar.*

*É festa no céu é lua cheia  
Sonhei  
Abracei o mar.*

*E na hora marcada Dona Alvorada  
chegou para se banhar  
E nada pediu, cantou pra o mar  
E nada pediu, conversou com mar  
E nada pediu, e o dia sorriu.*

*Uma dúzia de rosas, cheiro de alfa-  
zema  
Presentes eu fui levar  
E nada pedi  
Entreguei ao mar  
E nada pedi  
Me molhei no mar  
E nada pedi  
Só agradeçi.  
Gerônimo Santana e Vevé  
Calasans, Agradecer e abraçar.*

O relato de naufrágio, seja na metáfora ou fora dela é uma inevitável circunstância que ocorre não por vontade de quem está envolvido. Como enredo, a lembrança, em uma história, revela algo que se perenizou de tudo o que deixou registrado como expressão viva de uma geografia e de uma história que envolvem o ser humano em sua integração com o espaço e com tempo. Nesse contexto há um habitante – o caiçara – designação portadora de uma tradição. O estímulo desses relatos, a partir dos estudos que fundamentaram a metodologia, aqui foi considerada uma atitude de pesquisa, e os informantes, cada um a sua maneira, não se furtaram a construir seus relatos e compartilhar performances junto a mim. Esses “falares” foram reveladores de uma poética que é capaz de abrigar as memórias do corpo coletivo do Superagui. Dessa maneira, a pesquisa culmina na proposta de vislumbrar o papel revelador da oralidade sobre o modo de vida caiçara e a amplitude de seus saberes e das manifestações que preserva, como há séculos, ocorre com o fandango.

A oralidade possibilitada pela fala, como expressão capaz de dar acesso e influenciar uma poética nas formas de contemplação e convívio com a cultura de Superagui, expressa sentimentos e contradições como se pode observar na questão ambiental intensamente sentida nos dias atuais. O modelo importado de preservação ambiental acaba por produzir consequências trágicas e calamitosas para os habitantes da Ilha que, com a criminalização do extrativismo (na terra e no mar), ficam privados de auferir o sustento de suas famílias e de permanecer na região que é o seu lugar de origem e, sua significação maior de enraizamento na vida. Essa concepção de preservação tem por base a ideia de estancar toda e qualquer exploração, e a proibição de que o homem possa habitar regiões designadas como “reserva”. Com isso se extingue um modo de vida gerado na ancestralidade – trabalho na roça intercalado com a pesca, guiado pelos ciclos das estações do ano.

Uma harmonia nunca estudada como fator de equilíbrio, pelo contrário, torna-se sempre suspeita como decorrência da desconsideração pelo interesse dos povos que habitam a região, é refletida no que acontece como consequência do chamado “imperialismo verde” em que funcionários do governo a serviço do neoliberalismo se colocam no papel de únicos e habilitados representantes de falsos interesses de proteção à natureza. Em momentos nos quais uma população pode ser ouvida, como é o caso do caiçara em Superagui, há a possibilidade de aceder ao conhecimento acumulado, como também a incorporar como relevante fator de preservação e, de eficácia alta e comprovada. São os saberes tradicionais a serviço da preservação – que se pode confiar a quem ali nasceu e sempre viveu. Há, portanto, a necessidade de rever o sentimento de dominação embutido na atitude de interação entre as políticas de preservação e o habitante natural dos espaços de conservação.

A desvalorização e a não consideração da sabedoria tradicional, aprofunda a contradição nas condutas dos órgãos oficiais encarregados de levar adiante políticas de preservação ambiental e acabam por dar exclusividade a um turismo que depreda, dentre outros elementos, a biodiversidade marinha e dos mangues. Assim, torna-se presente, uma reterritorialização que suprime uma tradição não reconhecida em suas vantagens, para reger os propósitos de uma conduta pseudopreservacionista. Essas divergências, quando existe interesse em resolvê-las, só podem ser mediadas por vivências e relações despidas do sentimento de desconfiança do “nós e os de fora”, em um movimento recíproco de sensibilidade na escuta. Assim enxergo as parcerias firmadas entre caiçaras e pesquisadores – principalmente da antropologia, biologia, e geografia – artistas e produtores culturais, que têm gerado frutos preciosos no que concerne a salvaguarda das tradições.

Trata-se então de dar voz a um povo que tem muito a dizer e uma visibilidade a projetar, para produzir uma literatura que se apresenta em um formato singular. Falo a respeito dessa unicidade justamente pelo caráter fugaz da voz e desse tempo/espço *sui generis* que acolhe a performance. São vozes que habitam e são habitadas pelo ambiente e povoam o imaginário. São sons construtores de um estar no mundo que a pesquisa transforma em relato para dele gerar conhecimento. A livre transcrição modula essa voz e promove um modelo dramático de ataque e perda que pode ser examinado e tratado com equilíbrio e harmonia. Fomentar e instigar essas vozes que carregam tantas outras, eis a energia e o dinamismo desejável. Essas pessoas, universos moventes, não estão respondendo a uma enquete ou assinalando alternativas, nem estão diante de equipamentos de registro intimidatórios. No espaço geográfico e simbólico de suas casas, em sua ilha, elas estão narrando, estão contando e estão criando roteiros naturalmente nascidos de tudo o que querem expressar – um caminho de acesso às memórias.

Estimular a voz é apenas uma estratégia que deve concorrer simultaneamente com outras atribuições de uma pesquisadora. Devo exercitar a capacidade de tecer pequenas provocações aos narradores para que os fios das histórias estejam em movimento, ao mesmo tempo em que dou vazão à atenção visual e auditiva – principalmente, posto que as vivências em campo possuem alta carga sinestésica. Atento-me aos cantares de pássaros e à melodia que se faz pelas passadas na areia molhada. Coaxares e cricrires ao cair da tarde também fazem parte daquilo que denomino uma escuta sensível. Pelo som, aprendi a diferenciar distâncias e modelos de embarcações. Devagar aprendi a diferenciar o movimento da maré cheia e vazante. Dançar fandango, tomar cataia, reconhecer trilhas de cobra na areia. Alimentar-me com farinha de mandioca e banana, café e bolo de graxa. Pirão, peixe e frutos do mar. As crianças que me intimam perguntando se vou cair na maré (nadar com eles), tudo isso faz parte de minha formação enquanto pesquisadora no chão de Superagui.

Com base em toda a exposição feita neste trabalho, defendo que essa busca recaiu em um exercício cartográfico baseado em observações e escutas criativas e afetivas que puseram à frente a influência dos laços de convívio e o respeito aos seres humanos detentores de suas vozes.

Após o período de coleta, trabalhando nas transcrições, tecendo textualmente algumas de minhas memórias, e procurando encontrar os fios de minha própria rede para esta dissertação, vivenciei muitos processos e *insights* que revelaram muito mais que as poéticas caiçaras tão perscrutadas nesses anos todos. Muitas das subjetividades que me escoltavam não eram claramente assimiladas por mim. Reconhecer a dimensão simbólica dos naufrágios

na vida humana exigiu de mim um encadeamento de reflexões pungentes sobre a perda e a dor. Assim como o naufrágio se revelou a grande metáfora desse trabalho, outros termos também sinalizaram a profundidade subjetiva do universo da pesca e do povo que faz da vida no mar o sentido da sua existência.

Nesta pesquisa, os seguintes termos, dentre outros, compõem um vocabulário associado:

- *Expedição*. Remete às naus que, nos séculos anteriores, faziam a entrada para a ilha. Na metodologia aqui adotada, foi uma forma inspirada nos conceitos de rizoma e mapa, em que o pesquisador buscou unir os fios das histórias trazidas pelos relatos colhidos. Constituiu também a forma escolhida para realizar o passeio pelo rico mar da cultura desse canto do Paraná.
- *Pescar*. Histórias orais, no momento exato de atirar a rede, a tarrafa, o anzol, representados pelo gravador e pela câmera de posse do pesquisador, embora o pescado não dependesse de sua escolha. Eram os causos que cada narrador domina. A história do SinHai II, um navio que ficou seis meses encalhado na praia deserta em 1970, abriu uma série que exemplifica as narrativas de histórias de naufrágio dos próprios moradores e de seus familiares e amigos em incontáveis episódios.
- *Capitanear*. Três narradores assumiram essa tarefa e a realizaram com sua performance. Falaram do sentimento de ser caçara, de felicidade, dor, alegria, e do melhor no viver em Superagui.
- *Barco*. Cada um tem um nome e uma função. Representa vidas e destinos.
- *Tempestade*. Elas chegam de súbito, virando embarcações, mostram a pequenez humana diante do poder da natureza. Elas vêm para lembrar sobre resignação. É um momento em que se unem grandes representações simbólicas na vida do pescador. Vento, chuva e mar. Nem sempre a chuva se faz presente, pois a tempestade pode se formar apenas com o vento. Mas uma coisa é certa: vento e mar trabalham juntos, mar bravio é vento forte.

- *Naufrágio*. Ao mesmo tempo que significa momentos trágicos e dolorosos, faz emergir, desses dissabores e infortúnios, verdadeiros ensinamentos e sabedoria de vida. A poesia caiçara brota de todos os cantos para registrá-la. Vacilações durante os relatos têm finalidade de ajudar a lidar com as emoções evocadas na expressão: Lembrar o passado é sofrer duas vezes, mas tem que falar nele, por mais que não queira.
- *Tripulação*. Os integrantes da expedição foram identificados por seus codinomes numa atitude que localizou essas presenças em seu próprio cotidiano e espaço. Dessa maneira, diferente da ideia de preservação do anonimato, busquei traduzir no texto o espírito de familiaridade entre os moradores da ilha. Mada, Tucano e Seo Antonio são tripulantes autores, assim como eu, no papel de pesquisadora. A mim, coube oferecer em maior escala o meu ouvido enquanto os convidava a falar. Era a voz do genuíno habitante de Superagui, o caiçara. Como em toda pesquisa com seres humanos, eles foram esclarecidos da finalidade desse falar e nele consentiram, se tornando assim, narradores-autores.
- *Leme*. O leme só é dado ao pesquisador no momento da tessitura textual. Fora disso, ele deve estar nas mãos dos narradores.
- *Águas*. Histórias da água. Povo D’água. Água salgada. Água doce. Água pelos joelhos. Caminhos sobre as águas. Poluição das águas. Tudo depende da água: as plantas, as frutas, os peixes. Beber água. Na água. Aí tem água. Superfície da água. Pulando n’água. Chegamos brincando na água. A cor avermelhada da água. Estávamos sem água. “Não sei se você já escutou a história da água já”. A água que vem é de uma cachoeira. Eles acharam essa água. Nossa! Aqui tem uma Super Água. “Nossa! Que água deliciosa!” Olha a água. Rumo às águas de Superagui.
- *Mergulhos*. No cotidiano de Superagui. Cada um espelha seu próprio percurso, no modo simples e resignado de ser.
- *Profundidade*. O subjetivo das abstrações desce ao fundo e com elas as leituras auditivas, visuais e olfativas compondo uma paisagem visual e sonora. A ressignificação da palavra comporta uma articulação entre sujeitos com seus gestos e expressões, e o mesmo acontece com o receptor.
- *Casco*. Remendá-lo parece ser um inexorável destino humano.

– Tesouros – Foram encontrados pela oralidade caiçara, com suas componentes de relação com o espaço, com a memória, com o pertencimento.

É também uma motivação e um ato de estimular sua continuação e poder aperfeiçoar uma inferência que pode ser realizada neste momento. Este trabalho não deixa de ser um desdobramento das “Cartografias das Poéticas Oraís no Brasil”, pela ambição de se ter acesso à riqueza das poéticas da oralidade. Aqui, elas são designadas “tesouros da oralidade caiçara”, sempre acompanhando o percurso que implica em processos de produção e, conexão de redes ou rizomas: o engendramento entre afetos e identidade dos narradores/autores em suas relações com o espaço, a memória e o pertencimento ao todo que é o “Universo Superaçuense”.

Antes de refletir sobre as possibilidades de eco que as cartografias da oralidade podem suscitar no interior dos ambientes acadêmicos, coloco em destaque os mais significativos construtores desse rizoma. Pensar em uma contrapartida que seja, de fato, valorosa para os caiçaras ainda tem sido uma inquietação nos planejamentos de continuidade do trabalho. Em primeiro lugar, o mesmo banco de registros em áudio que será disponibilizado para o Portal de Poéticas Oraís, constituirá um acervo em construção fornecido ao ponto do Museu Vivo do Fandango em Superagui – o Bar Akdov. A ideia é que as coletas sejam estimuladas entre os próprios caiçaras, para que a comunidade, compreendendo o valor do registro de suas próprias memórias, amplie esse acervo. Outra questão que posso considerar como contrapartida, mas que dependerá exclusivamente dos anseios da própria comunidade é o suporte para que eles desenvolvam projetos que possam ser submetidos às leis de fomento à cultura. Sendo a comunidade um guia de suas aspirações, existe a possibilidade em se ofertar diversos tipos de oficina, que estejam de acordo ao objetivo traçado.

Refletindo sobre possíveis perspectivas de aproveitamento desses estudos no eixo do ensino, me arrisco a pontuar que pode ser válido ainda para os estudos de história e para os estudantes da cultura com uma leitura que transporte maior sentido aos conceitos com os quais esses estudantes estão tendo contato. Do ponto de vista da pesquisa, o essencial se torna a imersão realizada. Que melhore a personalidade dos projetos de iniciação científica, verdadeira forma de despertar paixão por um campo e ganhar perspectiva de saber tomar decisão, adquirir postura, transitar entre ciência e arte e maravilhar-se com os fecundos resultados a que essa postura pode conduzir. Uma pesquisa aberta que reconhece o papel das (re)significações e (re)elaborações em que o narrador capitaneia o barco com os diversos tempos contidos nas narrativas oraís, sobretudo quando compreendidas por meio das múltiplas

entradas que o conceito de rizoma ajuda a cartografar: Oralidade, laços de convívio entre os participantes, a pesquisadora “não como alguém dos de fora, mas instalada na casa”.

O mote dos naufrágios foi adotado para estimular narrativas de episódios reveladores de vivências para uma cartografia, concepção em que os caminhos da pesquisa são orientados por pistas que guiam percursos. A pesquisa é realizada no plano da experiência como mergulho que põe em contato sujeito e objeto num mesmo plano de produção e coemergência. Aqui se produziu um diário de bordo porque a pesquisadora estava imersa e envolvida, exercendo um papel. Houve momentos dependentes do desligamento do gravador. Falados em off, porque o gravador ligado produzia a síndrome da desconfiança de ser um agente externo.

A contribuição deste estudo está na busca de acrescentar mais uma cartografia de poéticas orais, proveniente de uma imersão que se articulou entre ambiente e leituras de materiais sobre experiências já existentes nesse campo no Brasil e o desejo de revigorar o diálogo com pesquisadores que centram seu direcionamento nesse campo nas diferentes instituições às quais pertencem. A cartografia aqui originada visa contar, por intermédio das narrativas de vida dessa comunidade, como se dão as relações de existência humana em uma localização espacial cercada pelo mar. É algo que não se encerra... Superagui tem muito mais a dizer. Cartografias só têm começo...

## REFERÊNCIAS

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA. **Bahia de Parana-guá**. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/baiadeparanagua/index2.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Literatura oral e popular: um grupo de trabalho e de intercâmbio. **Boitatá**, Londrina, jul./dez. 2008. Número Especial. Disponível em: <<http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.inf.br/revista/edicao/numero-especial-semester-doralice-fernandes-xavier-alcoforado-ago-dez-de-2008/6>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- ÂNGULO, Rodolfo José et al. Paraná. In: MUEHE, Dieter (Org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 347-400.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL. Governo Federal. **Acordos globais**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>. Acesso em: 25 maio 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapa de vegetação nativa na área de aplicação da Lei no. 11.428/2006**: Lei da Mata Atlântica (ano base 2009). Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Floresta, 2015. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/mata\\_atlantica/Relatorio%20Final%20Atualizacao%20do%20Mapa%20de%20cobertura%20vegetal%20nativa%20da%20Mata%20Atlantica%201.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/mata_atlantica/Relatorio%20Final%20Atualizacao%20do%20Mapa%20de%20cobertura%20vegetal%20nativa%20da%20Mata%20Atlantica%201.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2018
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Reserva da Biosfera**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>. Acesso em: 07 jan. 2018.
- COELHO, Daniele Maia Teixeira. **Reflexões sobre a eficácia do registro do fandango caçara como forma de expressão do patrimônio cultural do Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013
- COELHO, Karina da Silva. **Entre ilhas e comunidades**: articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37074> >Acesso em: 17 nov. 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célio Pinto Costa. Rio de Janeiro: ED 34, 1995. v. 1
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caçara e a urbanização. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Enciclopédia caçara** (volume I). São Paulo: Hucitec; Nupaub-CEC/USP, 2004b. p. 21-48.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. Etnoconservação da natureza : enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santana (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-46.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOMINGUES, Aorélio. **Amanhece**. Curitiba: Gramofone, 2017.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **A voz e o sentido**: poesia oral em sincronia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. De narrativas orais e suas abordagens interdisciplinares. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 179-182, 2008.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **Entre histórias e tererés**: o ouvir da literatura pantaneira. São Paulo: Unesp, 2002.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. O atributo da voz: poesia oral, estudos literários, estudos culturais e abordagem cartográfica. **Revista da Anpoll**, Campinas, v. 1, n. 33, p. 137-157, 2012. Disponível em:

<<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/633/644>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Jerusa Pires. Leituras de presença e ausência: textos noturnos e diurnos. In: EWALD, Felipe Grüne et. al. **Cartografias da voz**: poesia oral e sonora: tradição e vanguarda. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 11-22.

FERREIRA, Jerusa Pires. O universo conceitual de Paul Zumthor no Brasil. **Revista do IEB**, São Paulo, n.45, p. 141-152, 2007.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Plano de manejo da Reserva Natural Salto Morato**: Guaraqueçaba, Pr. Curitiba, 2011. v.1. Disponível em: <[file:///E:/Usuario-User/Downloads/pms\\_plano\\_manejo\\_MORATO.pdf](file:///E:/Usuario-User/Downloads/pms_plano_manejo_MORATO.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – Mopear**. 2013. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/movimento-dos-pescadores-artesanais-do-litoral-do-parana-mopear-pr/>>. Acesso em: 27 maio 2018.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 403-432, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200007)>. Acesso em: 03 maio 2018

GT LITERATURA ORAL E POPULAR. Apresentação. **Boitató**, Londrina, 2016. Disponível em: <<http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.inf.br/conteudo/apresentacao>> Acesso em: 10 maio 2018

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 81-99.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL –IPHAN. **Paranaguá – Colégio dos Jesuítas**. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/?p=20416#!map=38329&loc=-25.518722474488772,-48.477516174316406,14>. Acesso em: 27 maio 2018.

LORINI, Maria Lucia; PERSSON, Vanessa Guerra. Nova espécie de *Leontopithecus LESSON 1840*, do sul do Brasil (Primates, Callithrichidae). **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 338, p. 1-14. 1990.

LUDWIG, Gabriela; MARTINS, Milene Moura; AMARAL, Alexandre Túlio. **Mamíferos - Leontopithecus caissara - Mico-leão-da-cara-preta**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/7205-mamiferos-leontopithecus-caissara-mico-leao-da-cara-preta>. Acesso em: 10 jan. 2018

MAFRA, Tiago Vernize. **Produção socioespacial do litoral do paraná e as estratégias de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território**. 2018. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MITALLE, Karina; QUEIROZ, Sônia. (Org.) **Chefes Africanos**. Belo Horizonte: FLE/UFMG, 2014. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/eventos/vivavoz/ChefesAfricanos\\_PDF Site.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/ChefesAfricanos_PDF Site.pdf) >. Acesso em: 3 maio 2018

NADER, Rundsthen V.; SANTOS, Nadja Paraense dos Santos; CAMPOS, José Adolfo S. O eclipse solar de 7 de setembro de 1858 e a modernização da astronomia no Brasil. In **SCIENTIARUM HISTÓRIA**, 6., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: HCTE/UFRJ, 2013. p. 1-8

NOSSO LITORAL DO PARANÁ. **Paranaguá**. Disponível em: <http://www.nossolitoral doparana.com/atrativo/lista/9/23>> Acesso em: 17 nov. 2017.

NUNES, Geice Peres; NOGUEIRA, Carlos. Um olhar sobre o legado das narrativas orais. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2013.

PARANAGUÁ. **Nosso Litoral do Paraná**. Disponível em: <http://www.nossolitoral doparana.com/atrativo/lista/9/23>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Um pouco de História**. <http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1.html>. Acesso em: 27 maio 2016.

PARANÁ. Secretaria de Infraestrutura e Logística. **Portos do Paraná** Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/baiadeparanagua/index2.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Corredor das Araucárias e do Rio Paraná e Mosaico Lagamar**. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=385>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015

PORTAL DE POÉTICAS ORAIS. **O projeto**. Disponível em:  
<<http://www.portaldepoeticasorais.inf.br/site/?pg=projeto>> Acesso em: 11 mai. 2018.

POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do Método da Cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 42-65.

RAZENTE, Nestor. **Povoações abandonadas no Brasil**. Londrina: Eduel, 2016.

RÉGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal Revista de Psicologia**, n. 2, vol. 24, p. 271 – 286, Mai. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922012000200005&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922012000200005&script=sci_abstract&tlng=es)>. acesso em: 10 mai. 2017.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Manguezal**: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SCHERER, Emílio. **Michaud, o pintor de Superagui**. Tradução de Joachim Graf. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, 1988.

SENKOVSKI, Antonio. Justiça: pescadores de Superagui devem ter acesso a planos de manejo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 jun. 2015. Disponível em:  
<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-pescadores-de-superagui-devem-ter-acesso-a-elaboracao-de-plano-de-manejo-7qlxlipbek61fj2i13i8a8msa>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras**: origens e curiosidades da língua portuguesa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM. **Mosaico Lagamar**: você sabe o que é? Curitiba, 20 jun. 2014. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/mosaico-lagamar-voce-sabe-o-que-e/>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM. **Projeto de conservação registra 116 nascimentos de Papagaios-de-cara-roxa**. Curitiba: SPVS Comunicações, 2013. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/sao-paulo-e-parana-registram-116-nascimentos-de-papagaio-de-cara-roxa/>. Acesso em: 8 jan. 2018.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

STRAUBE, Fernando Costa. **Ruínas e urubus**: história da ornitologia no Paraná: Período de Natterer, 2 (1835 a 1865). Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2013. (Hori Cadernos Técnicos, n. 6). Série Disponível em: <<http://www.historiaambiental.org/documentos/R&U%20VOLUME%20III%201835-1865.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e nomadismo**: entrevistas e ensaios. Tradução de Jerusa P. Ferreira e Sônia Queiroz. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Tradução de Jerusa P. Ferreira, Maria Lúcia D. Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção e leitura**. Tradução de Jerusa P. Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

## **ANEXOS**

**ANEXO A****Carta aberta à sociedade brasileira do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Litoral do Paraná – Mopear****MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR****MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL – MPP**

*Encontro sobre a violação de Direitos Humanos provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de Comunidades Caiçaras e de Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná*



Somos comunidades tradicionais caiçaras, Ilhéus do Rio Paraná, Pescadores e Pescadoras Artesanais atingidos por Parques Nacionais no Estado do Paraná. Estivemos reunidos na Vila de Superagui no dia 06 de dezembro de 2013 para denunciar injustiças praticadas pelo ICMBio contra os DIREITOS de nossos povos, em especial nesse encontro, as comunidades caiçaras, pescadores e pescadoras artesanais atingidos pelo Parque Nacional de Superagui, em Guaraqueçaba, PR.

Com apoio e presença de diversas instituições e movimentos, dentre eles: comunidades Faxinalenses, Indígenas, Benzedeiros, Cipozeiros, Ilhéus do Rio Paraná, Caiçaras, grupos de fandango, além de representantes de Universidades/Instituto Federal, Conselho Estadual de

Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Ministério Público Estadual – CAOPDH, Secretaria Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, além de diversos movimentos sociais do Paraná.

Estamos aqui reunidos para denunciar o preconceito, a violência e o descaso que vem sofrendo nossas comunidades tradicionais da parte dos órgãos ambientais, em especial do ICMBio, ao criminalizar nossas comunidades e impedir o avanço de iniciativas e entendimentos baseados no diálogo democrático, uma vez que nosso interesse é verdadeiramente participar da elaboração do Plano de Manejo do PNS, para tanto o ICMBio necessita reconhecer nossos direitos territoriais.

Denunciamos medidas e tomadas de decisão autoritárias e arbitrárias de gestores em posição de poder, que tem promovido a ampliação da desigualdade e da exclusão social em nossas comunidades, ao desconstituir direitos territoriais, ignorar o reconhecimento e a efetivação de nossos direitos, e impedir a reprodução do modo de vida de nossas comunidades, compatíveis com a conservação dos recursos naturais.

Denunciamos o ocultamento dos efeitos do Parque Nacional de Superagui sobre nossa identidade étnica e territorial nos “estudos” encomendados pelo ICMBio e, contestadas por Parecer Técnico de pesquisadores independentes.

Denunciamos a forma como os órgãos ambientais ignoram e descumprem políticas públicas e legislações de interesse de povos e comunidades tradicionais, conforme menciona a CF 216º, o art 28º da Lei 9.985/2000 (SNUC) e a própria Lei da Mata Atlântica em seus art. 9º e 26º. Cobramos imediata aplicação do disposto na Convenção 169 da OIT, em especial em seu artigo 6º, que determina a consulta aos povos e comunidades tradicionais interessados, “por meio de procedimentos adequados sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente”. Princípios estes presentes nos instrumentos de gestão participativa previstas na Lei do SNUC.

Considerando as denúncias apresentadas no decorrer do Encontro, requeremos ao ICMBio: 1) a realização de novos “estudos” através da verdadeira participação das comunidades afetadas pelo PNS, antes da aprovação do Plano de Manejo; 2) A elaboração de Laudo Antropológico

das comunidades afetadas pelo Parque Nacional de Superagui, conforme recomendação da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, como condição para aprovação pelo ICMBio dos Estudos de Usos Público e Turismo e Relatório Socioeconômico, Histórico e Cultural do PNS, e 3) Definir um espaço de discussão com as comunidades para que elas explicitem quais usos são necessários para sua reprodução social e, que o ICMBio forneça o acesso imediato a seus territórios tradicionais para que realizem seu modo de vida conforme manda a legislação do SNUC e da Lei da Mata Atlântica, além da Constituição Federal em seu art. 216º, e o Decreto Federal n. 6040/2007.

Confiantes na justiça como guia do Estado Democrático de Direito, e na Constituição Federal, que nos assegura a dignidade e a igualdade pelo reconhecimento da nossa diferença, exigimos o cumprimento da legislação federal no que concerne aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Sul do Brasil.

Na terra e no mar: nós vamos lutar!!!

Coordenação MOPEAR/MPP

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP

**ANEXO B****Carta do MOPEAR solicitando apoio ao Movimento**

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ –  
MOPEAR MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO  
BRASIL - MPP

Guaraqueçaba, 13 de dezembro de 2013

A \_\_\_\_\_

Órgão/Instituição: \_\_\_\_\_

Prezado Sr(a) Vimos por meio desta encaminhar em anexo documento intitulado “PARECER TÉCNICO SOBRE OS ESTUDOS PRELIMINARES ENCOMENDADOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI - GUARAQUEÇABA – PR”. O referido “Parecer Técnico” foi produzido por solicitação do Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR e pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP, tendo como objetivo apurar inconsistências teóricas e metodológicas encontradas nos documentos oficiais apresentados pelo ICMBio, doravante denominados: Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional de Superagui e Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional de Superagui. Partindo desse contexto, diversos pesquisadores e professores de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, que tiveram contato com os estudos técnicos apresentados pelo ICMBio, aceitaram a tarefa de fazer uma leitura atenta desses estudos e, de assim, produzir o presente Parecer Técnico, apresentado no dia 06/12/2013 em Encontro organizado pelo MOPEAR/MPP, na presença dos Gestores do Parque Nacional de Superagui – PNS (Sra Guadalupe Vivekinanda e Sr Marcelo Bressolin) e do Coordenador da Regional Sul do ICMBio (Sr. Daniel Penteado), além de diversas autoridades públicas, movimentos sociais e comunidades atingida pelo PNS. Preocupou-nos nesta reunião, que apesar de todo esforço de diálogo dos pescadores artesanais e caiçaras em serem escutados, o ICMBio silenciou, ao não declarar qual procedimento seria adotado no que se refere a validação dos estudos/relatórios gerados a pedido do órgão à consultoria e apresentados como 167

concluídos no evento, uma vez que o Parecer Técnico encomendado aos pesquisadores pelo nosso movimento (Mopear/MPP) contradiz as explicações técnicas e mostra as incoerências e ausências no relatório oficial. Importa salientar também que, o MOPEAR/MPP apresentou 3 propostas ao ICMBio (Carta Aberta – em anexo), e que nenhuma delas foi acatada, ou pelo menos, indicado um encaminhamento para resolução dos conflitos gerados pelo Parque Nacional, o que denota claramente a falta de interesse em dialogar com os pescadores artesanais e caiçaras, ou seja, mais uma prova do autoritarismo que impera neste órgão. Nesse sentido, solicitamos Vosso apoio, a fim de encontrarmos uma solução que atenda os direitos dos pescadores artesanais e caiçaras atingidos pelo Parque Nacional de Superagui.

Atenciosamente, Coordenação

**MOPEAR/MPP NA TERRA OU NO MAR, NÓS VAMOS LUTAR!!!**